

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARILIA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CONGRESSO DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO:
CONJUGANDO ESFORÇOS NA FORMAÇÃO DE
EDUCADORES PARA O SÉCULO XXI

CLAUDIA M. PORTO C. GAZZOLI

MARILIA
1999



1410001001



Dissertação apresentada como
exigência parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Educação, à
Faculdade de Filosofia e Ciências
de Marília – UNESP – sob a
orientação da **Professora Doutora**
Raquel Volpato Serbino



1001

Para

Zé Maria

Que caminhou meus passos
Enxugou minhas lágrimas
Riu meu riso
E me ajudou a ser o que sou

Marianna e Bié

Nossas respostas de amor ao mundo

Meus pais

Pelo exemplo de vida

Agradecimentos:

À Profª Drª **Raquel Volpato Serbino**, por acreditar em meu trabalho, pelas preciosas orientações, apoio e amizade.

À Profª Drª. **Ana Maria de Andrade Caldeira**, grande amiga e companheira que me ajudou a percorrer este caminho e todos os outros que tenho percorrido.

Aos Prof. Drs. **Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida**, e **Ricardo Ribeiro**, novos amigos que este trabalho me permitiu, pelo incentivo, paciência e pelas contribuições que tanto enriqueceram esse trabalho.

À Profª **Iracema Torquato**, cara amiga, pela revisão desse trabalho, pelas contribuições e pelas lindas poesias.

À Profª Drª **Luciana M. Lunardi Campos** pelo companheirismo, ajuda e amizade.

Às funcionárias **Maria Inês Bayer Pereira** e **Wilma Regina Resende Santos** pelo extremo profissionalismo, competência e, principalmente, pela paciência e incentivo nesse meu caminhar.

Aos novos amigos que foram acontecendo, decorrência natural do Curso, do Congresso de Águas de São Pedro, do Fórum Estadual Paulista sobre Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e do PEC.

À **CNPq**, pela bolsa concedida.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	001
------------------------	------------

CAPÍTULO I

Fracasso Escolar e Formação de Professores: faces da mesma moeda.....	014
---	-----

CAPÍTULO II

1990 – 1996 caminhos percorridos, conquistas realizadas: a história do “Congresso de Águas de São Pedro”.....	040
2.1. Retrospectiva histórica.....	040
2.2. Os Congressos de São Pedro: sua organização, objetivos e estrutura.....	053
2.2.1. I CEPFE – 1990: “Rumo ao Século XXI”.....	053
2.2.2. II CEPFE – 1992: “Por um projeto educacional em favor da Cidadania.....	057
2.2.3. III CEPFE – 1994: “Tempo da escola ... tempo da sociedade”.....	060
2.2.4. IV CEPFE – 1996: Formação do educador: dever do	

Estado, tarefa da Universidade”.....	063
2.2.5. Referências: data, local, instituições organizadoras, número de participantes.....	066
2.2.6. Temas dos Congressos.....	069
2.2.7. Objetivos e metas	075
2.2.8. Homenagens.....	080
2.2.9. Conferências.....	081
2.2.10. Mesas Redondas.....	082
2.2.11. Comunicações Científicas.....	087
2.2.12. Seminários Temáticos.....	099
2.2.13. Mini Cursos e Oficinas.....	100
2.2.14. Segmentos representados.....	103
2.2.15. Platéia participante e procedência regional.....	107
2.2.16. Considerações gerais sobre os Congressos.....	108

CAPÍTULO III

Os Grupos de Trabalho: sua história e evolução.....	111
3.1. GT. 1 “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.....	114
3.1.1. GT.1 do I CEPFE	114
3.1.2. Propostas e Conclusões.....	118

3.1.3. GT. 1 do II CEPFE.....	119
3.1.4. Propostas e Conclusões.....	121
3.1.5. GT. 1 do III CEPFE.....	122
3.1.6. Propostas e Conclusões.....	124
3.1.7. GT. 1 do IV CEPFE.....	125
3.1.8. Propostas e Conclusões.....	127
3.1.9. Considerações sobre o GT. 1.....	129
3.2. Conclusões dos Grupos de Trabalho.....	137
3.2.1. Licenciaturas.....	139
3.2.2. Pedagogia e suas habilitações.....	140
3.2.3. Pós-Graduação e Pesquisa.....	141
3.2.4. Formação Continuada.....	143
3.2. 5. Educação Especial.....	145
3.3. Considerações gerais sobre os Grupos de Trabalho.....	146

CAPÍTULO IV

Educadores participantes falam sobre os Congressos.....	147
---	-----

CONCLUSÃO.....	159
-----------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	174
--------------------------	------------

ANEXOS.....

Concepção de Educador da CONARCFE.....	180
--	-----

Programas dos Congressos.....	
-------------------------------	--

Programa do I CEPFE.....	181
--------------------------	-----

Programa do II CEPFE.....	186
---------------------------	-----

Programa do III CEPFE.....	190
----------------------------	-----

Programa do IV CEPFE.....	193
---------------------------	-----

Grupos de Trabalho: textos geradores, coordenadores.....	196
--	-----

Resumo:

Este trabalho é resultado dos meus 20 anos como professora da Rede Pública do Estado de São Paulo e de minhas indagações, inquietações e reflexões à respeito da formação do educador.

Minha intenção foi tentar reproduzir o que significou realmente o **“Congresso de Águas de São Pedro”** para a formação básica e continuada do professor.

Através da análise descritiva das fontes levantadas, nos relatórios científicos, nas entrevistas realizadas, nas publicações consultadas, na retrospectiva histórica e documentos, viabilizou-se a discussão e as considerações aqui expostas.

SIGLAS

ANDE – Associação Nacional de Educação

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Ensino

ANPEd – Associação Nacional de Prática de Ensino e Didática

APASE – Sindicato dos Supervisores de Ensino de São Paulo

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEBE – Conferência Brasileira de Educação

CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEI – Coordenadoria do Ensino do Interior

CENP – Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas

CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CPP – Centro do Professorado Paulista

CONARCFE – Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador

COGSP – Coordenadoria da Grande São Paulo

DE – Diretoria de Ensino (antiga Delegacia de Ensino)

DRE – Diretoria regional de Ensino (extinta em 1995)

ECA – Escola de Comunicação e Artes

FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FDE / SE/ SP - Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

FE / USP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FIEO – Faculdades Integradas de Ensino de Osasco

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

HEM – Habilitação Específica para o Magistério

HTP – Hora de Trabalho Pedagógico

GT. – Grupo de Trabalho

IUFM – Instituto de formação de professores em nível superior (França)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SMA – Secretaria do Meio Ambiente

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

PEB I – Professor de Educação Básica I

PEB II - Professor de Educação Básica II

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCCAMP- Pontifícia Universidade Católica de Campinas

UDEMOM – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

USC – Universidade do Sagrado Coração

USP – Universidade de São Paulo

CONGRESSO, CONFESSO QUE TE AMO
Iracema Torquato

*Reconhecer e aceitar inseguranças
Sentir o mar nas lágrimas
E nelas achar a compreensão de si
Do mundo dos paradoxais roserais
Acordar a coragem e a descoberta
O pavão envolveu-se e se viu feio
Empobrecido, contrariado com si mesmo
Sentiu-se confuso com seus pés
Com sua existência enferma
E lhe veio a fé
Veio a vontade de compreender inseguranças
E consultou a coruja
Ela, sábia e madura
Reuniu o conselho florestal
Cada bicho era um especialista
Portavam listas com várias formulações
A águia revelou ter vivência e plenitude
O macaco sabia temporalizar sua inquietude
O castor, o especializar e o escolher
Enobreceu serem metas do existir
E, então, chegou o leão
Cuja especialidade era o poder
E, desta feita, calaram-se todos
Aceitas inseguranças avolumaram-se
Disfarçaram todos os medos
O pavão se viu bonito
O pio da coruja emudeceu
Macaco, castor se confundiram
Flexíveis diante do rei
Inflexíveis com o pavão
Toda bicharada o condenou
E o congresso terminou
O recear, o amedrontar e afligir
Toda essa maneira preocupada de ser
Só o não - ser apetece
Comovendo-se de tanta desarmonia
O deus da floresta bradou:
De hoje para sempre todos serão leões
Todos sairão de si mesmos
Lá fora o Congresso é a existência
Doces lágrimas do cotidiano imediato
Roserais num presente perene
Maneiras básicas de ser-finito
Maneiras simples de ser – intenso.*

INTRODUÇÃO

“ Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores. Esta afirmação é de uma banalidade a toda prova. E, no entanto, vale a pena recordá-la num momento em que o ensino e os professores encontram-se sob o fogo cruzado das mais diversas críticas e acusações”. (p.9).

A citação de Nóvoa (1995) assim como todas as considerações feitas ao longo dos últimos anos em relação ao fracasso escolar, remetem-me a uma reflexão sobre o papel da escola e o tipo de formação que o professor recebe para nela atuar.

A literatura específica sobre o fracasso escolar tem destacado a formação de professores, como um dos aspectos mais relevantes na problemática da evasão e da retenção. Minha experiência como professora do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Particular de Ensino, vice-diretora, assistente técnico pedagógico da Delegacia de Ensino, professora junto ao CEFAM e, mais recentemente, diretora de escola da Rede Pública do Estado de São Paulo, permitiu-me vivenciar, de forma integral, as dificuldades enfrentadas pelo

professor no seu exercício profissional, como também os desafios de sua formação. No meu cotidiano de professora do CEFAM enfrentei diretamente os sérios e persistentes problemas dos cursos de magistério: como articular os conteúdos específicos e pedagógicos da parte diversificada, com os conteúdos da parte comum ao Ensino Médio? Como utilizar novas metodologias e motivar os alunos a construir o conhecimento? Como avaliar a aprendizagem? Como proceder durante o estágio supervisionado? Como articular o conhecimento elaborado durante os 4 anos de curso com as possibilidades de concretizá-lo na escola pública? Como realizar o entrosamento dos conteúdos trabalhados nas diferentes escolas? Como atender a todas as exigências legais frente à preocupação com a qualidade do professor? Enfim, como formar um professor que atendesse à demanda da nossa sociedade?

Em função desses problemas, aprofundei meus estudos sobre formação de professor e sobre as políticas públicas para melhoria da qualidade de ensino, elaborando projetos que permitissem, senão sanar tais problemas, pelo menos torná-los menos contundentes.

Por isso tudo, e preocupada em discutir e refletir ainda mais sobre essas dificuldades, resolvi tomar a questão da Formação de Professores para as Primeiras Séries do Ensino Fundamental como objeto de meu estudo.

Escolhido o tema, procedeu-se ao levantamento bibliográfico. Como é grande e muito vasta a literatura sobre Formação de

Professores, como são inúmeras as publicações a esse respeito, para não tornar este trabalho extremamente extenso e até repetitivo, resolvi delimitar tal levantamento a partir das últimas décadas.

Há muitas publicações específicas sobre o assunto até os anos 80. Mas tais publicações, raramente, incorporavam os problemas e experiências da Rede Pública de Ensino. Foi nos anos 80 que se sobressaíram trabalhos que procuraram entrosar a pesquisa das Universidades com a experiência da Rede Pública de Ensino. Tal entrosamento veio responder à constatação de que um dos caminhos para a melhoria da qualidade do ensino, seria o trabalho conjunto da Universidade com a Rede Pública. As CBEs, por exemplo, congregavam todos os segmentos da sociedade envolvidos com a educação e “inauguraram em 1980, a grande mobilização de educadores para socializar o conhecimento produzido na área educacional, reprimido desde a instalação do governo militar, em 1964” (Brzezinski, 1996, p. 98). Em seus anais encontram-se inúmeros trabalhos que demonstram a relação da Rede Pública com a Universidade. Ainda nessa mesma linha, não podemos esquecer dos Fóruns de Educação surgidos no governo Franco Montoro (1983-1987), idealizados pelo Secretário da Educação, Paulo de Tarso, nem os movimentos de Alfabetização no Nordeste, que utilizaram a pesquisa das Universidades para desenvolver seus trabalhos. Nesse sentido, despertou-me interesse, saber se o Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores ou, como ficou mais conhecido, **“Congresso de Águas de São Pedro”**, contribuiu com a



questão da formação de professores. Como previsto pelos seus idealizadores, esse evento possibilitou a articulação entre Universidade e Rede Pública? Conseguiu apontar caminhos para o desenvolvimento de uma política educacional para o Estado de São Paulo?

Inicialmente, minha preocupação primordial era com os problemas da formação do professor de 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental, mas as leituras realizadas sobre o material produzido pelo CEPFE despertaram a tal ponto meu interesse pelo evento que resolvi centrar meu foco de estudos sobre ele. Dessa forma, dentro de um tema mais amplo, formação de professores, estabeleci, como projeto de trabalho, o referido Congresso e sua contribuição para a formação do professor do Ensino Fundamental.

Da leitura do material que havia disponível, anais e publicações, emergiram alguns questionamentos gerais: qual a importância e contribuição que esse Congresso vem tendo para a melhoria da qualidade de ensino, para a formação de professores? Que produção vem apresentando?

A partir desses questionamentos, procurei elaborar os objetivos deste trabalho.

1. Os objetivos do trabalho:

O material existente sobre o Congresso é vasto e muito rico de informações, que podem e devem ser objetos de outras pesquisas, mas para este trabalho procurei estabelecer os seguintes objetivos:

- 1^a) realizar uma retrospectiva histórica dos Congressos em suas 4 edições;
- 2^a) avaliar as atividades dos Grupos de Trabalho em especial o GT. 1 “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, seus desdobramentos e a opinião de alguns de seus coordenadores sobre os trabalhos realizados;
- 3^o) verificar se as propostas dos GTs contribuíram de alguma forma para a definição das políticas públicas educacionais para a melhoria da qualidade do ensino no Estado de São Paulo e possibilitaram uma reflexão maior sobre o papel do educador;
- 4^a) verificar se o Congresso conseguiu cumprir seu objetivo fundamental de promover a articulação entre a Rede Pública x Universidade.

2. O desenvolvimento do trabalho e os procedimentos adotados:

2.1. A metodologia:

Estabelecido o tema e os objetivos do trabalho, recorri a um referencial teórico que pudesse orientar-me na questão metodológica.

Os estudos de Lüdke e André (1986), André (1995), Martins e Bicudo (1989), Bravo (1994) entre outros, foi de grande importância para uma reflexão, por abordarem aspectos relacionados a análise descritiva que fiz dos recursos que selecionei para o desenvolvimento desta dissertação.

Na medida em que a intenção foi tentar reproduzir neste trabalho, o que representou realmente os Congressos de Águas de São Pedro, sem usar atributos de valor, através da análise descritiva das fontes levantadas, nos relatórios científicos, nas entrevistas realizadas, nas publicações consultadas, na retrospectiva histórica e documentos, viabilizou-se a discussão e as considerações aqui expostas.

A trajetória percorrida para a elaboração desse trabalho foi a seguinte:

2.2. Análise documental - através de um levantamento¹ colhi vários tipos de documentos, a saber:

2.2.1. documentos não publicados: vários documentos digitados e manuscritos sobre:

- a) a organização dos Congressos;
- b) os projetos para sua realização;

¹ Levantamento feito nas Bibliotecas da UNESP, campus de Marília, Bauru e Botucatu, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jaú e bibliotecas particulares de alguns educadores que fizeram parte da organização dos Congressos e que gentilmente cederam-me os documentos.

- c) os relatórios finais da Comissão Organizadora, dos Grupos de Trabalho, das oficinas, dos seminários temáticos, avaliativos;
- d) prestação de contas às instituições participantes e às agências financiadoras.
- e) cartas da Comissão Organizadora enviadas às autoridades governamentais e especialistas em Educação solicitando sua colaboração e convidando-as para participar dos Congressos

2.2.2. Documentos publicados:

- a) folderes dos Congressos;
- b) cartazes
- c) anais que contém os documentos geradores de cada GT, textos temáticos inéditos escritos especialmente para cada Grupo por especialistas do Estado de São Paulo, notórios em cada uma das áreas específicas do GT (Escola Normal, Licenciaturas, Pedagogia, Pós-Graduação em Educação, Formação Continuada para os Profissionais da Educação e Educação Especial); resumos científicos; programação e relação dos organizadores dos Congressos; uma introdução, de autoria da Comissão Organizadora, que apresenta os objetivos específicos do evento.
- d) livros sobre os Congressos, organizados a partir das conferências e aulas ministradas pelos especialistas convidados;
- e) discursos de abertura, que explicitam os temas dos Congressos;

- f) CD – ROM do IV CEPFE;
- g) publicações específicas sobre formação de educadores²;
- h) teses e dissertações³ relacionadas a formação de professores

2.2.3. Entrevistas realizadas com:

a) Os Professores Doutores, membros da Comissão Organizadora:

- Raquel Volpato Serbino (Departamento de Educação do Instituto de Biociências do campus de Botucatu da UNESP e presidente da Comissão dos três primeiros congressos);
- Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida (Departamento de Educação do Campus de Bauru da UNESP - Comissão dos três primeiros eventos);
- Ricardo Ribeiro (Departamento de Educação do Campus de Araraquara da UNESP - Comissão do II e III CEPFE);
- Celestino Alves da Silva Junior (Programa de Pós-Graduação do Campus de Marília da UNESP e coordenador do IV CEPFE).

b) Os Professores Doutores coordenadores de GTs:

- Leonor Maria Tanuri (Programa de Pós-Graduação do Campus de Marília da UNESP) e Selma Garrido Pimenta (FE/USP) -

² Ver relação dos livros na BIBLIOGRAFIA

³ Ver relação na BIBLIOGRAFIA



“Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental” do I e IV congresso respectivamente;

- Antônio Joaquim Severino (FE/USP), Celestino Alves da Silva Junior (Programa de Pós-Graduação do Campus de Marília da UNESP e coordenador da Comissão Organizadora do IV Congresso) e Marli Elisa D. A. André (FE/USP) - *“Pós Graduação”* do I, II, III e IV CEPFE respectivamente;
- Alda Junqueira Marin (Departamento de Educação do campus de Araraquara da UNESP) e José Cerchi Fusari (FE/USP) – *“Formação Continuada para os Profissionais da Educação”* do I e III CEPFE respectivamente.

c) Professores e especialistas em Educação:

- Lucia Bonilha (Diretora de Escola, atualmente na Supervisão da DE/Sorocaba, membro do GT. e do Fórum *“Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”*); Elisabeth R. L. de Moraes e Marisa J. F. Almeida (professoras da Rede Oficial de Ensino da DE/Sorocaba); Eugênio Dodecézino Berto (Supervisor de Ensino da DE/Registro e membro do GT. e do Fórum *“Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”*); Maria Medianeira A.P. Fraga (professora e Diretora de Escola da DE/Jaú).

d) As perguntas feitas aos entrevistados foram as seguintes:



- **aos coordenadores de GTs:**

1. Se o CEPFE realmente cumpriu seu objetivo de promover a articulação entre a Rede pública e a Universidade?
2. Se as propostas dos GTs, por eles coordenados, foram incorporadas pelos participantes dos grupos?
3. Se essas propostas realmente contribuíram para a definição das políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo?

- **aos especialistas e professores da Rede Pública:**

1. Se o CEPFE realmente cumpriu seu objetivo de promover a articulação entre a Rede pública e a Universidade?
2. Se eles perceberam, no cotidiano da sala de aula e da escola, a incorporação das propostas feitas pelos Congressos?
3. Se essas propostas realmente contribuíram para a definição das políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo?

Entendo ser importante a realização dessas entrevistas com educadores das Universidades e da Rede Pública, para ampliar-se a visão e interpretação que temos sobre os Congressos dessa natureza.

As entrevistas com alguns dos membros da Comissão Organizadora permitiram-me conhecer as histórias do Congresso. São documentos orais, relatos das memórias de quem participou ativamente dos eventos.

Como pretendi destacar os Grupos de Trabalho, e em especial o GT. 1 “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, procurei entrevistar seus coordenadores. Consegui conversar pessoalmente com o Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Junior e a Prof^a Dr^a Leonor Maria Tanuri que receberam-me no Campus de Marília da UNESP. Nossa conversa foi interessante e proveitosa, pois expuseram suas idéias a respeito do Congresso de forma clara e abrangente. Em relação aos outros coordenadores, fatores como distância e falta de disponibilidade dificultaram nossos encontros, optei, então, por enviar-lhes (via correio, e-mail ou entregue pessoalmente) as perguntas a serem respondidas. Infelizmente, dos 18 coordenadores contatados, apenas 7 responderam-me, mas as contribuições obtidas foram essenciais pois possibilitaram novos e diferentes olhares sobre o mesmo tema

Além da opinião dos especialistas que coordenaram os GTs e participaram da Organização dos Congressos, era necessário colher a opinião dos educadores da Rede Pública, para a análise do ponto de vista daqueles que não estão na Universidade e verificar a sua opinião sobre o Congresso, ou seja, se o mesmo cumpriu seu objetivo primeiro de promover a articulação entre Rede Pública e Universidade.

Assim, através das fontes levantadas, procuro fazer uma retrospectiva da história dos “Congressos de Águas de São Pedro”, uma análise dos trabalhos do GTs e do próprio Congresso.



3. A apresentação do trabalho:

Para apresentar os resultados obtidos em minha pesquisa, dividi o trabalho em 4 capítulos. No capítulo I, abordo a questão da produção do fracasso escolar e a formação de professores. Muito embora não seja o fracasso escolar objeto do meu estudo não há como não referir-me a ele, pois são muitos os trabalhos que apontam a formação do professor como uma das responsáveis pela sua produção. Também procuro mostrar a evolução e desestruturação dos cursos de formação de professores, uma vez que esses não tem conseguido formar educadores que possam atender às necessidades de possibilitar às classes menos privilegiadas, a construção do conhecimento e da sua cidadania. No capítulo II relato a história do Congresso, apresentando e analisando seus objetivos e temas, conferências, mesas redondas, comunicações científicas, seminários temáticos, minicursos, oficinas, conferências e homenagens realizadas, assim como os segmentos representados e a procedência regional dos participantes. No capítulo III descrevo a história dos Grupos de Trabalho, principalmente, a do GT. "Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental", analisando sua evolução, seus textos geradores, suas propostas e conclusões. No capítulo IV trabalho com as entrevistas realizadas com educadores que participaram da organização dos Congressos, da coordenação dos GTs, assim como professores da Rede

Estadual de Ensino que participaram dos eventos, quer como integrantes dos GTs., quer como participantes das outras atividades.

Na bibliografia estão relacionados não apenas as publicações citadas no trabalho, como também as de apoio, que permitiram-me uma visão mais ampla sobre o tema estudado.

Procurei detalhar nos anexos algumas concepções importantes, como a da CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador) sobre o educador, relacionadas ao trabalho; os programas dos quatro Congressos; a relação dos coordenadores e os títulos dos textos geradores de cada GT.



CAPÍTULO I

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

E

FRACASSO ESCOLAR:

FACES DA MESMA MOEDA?

PROFESSOR

Iracema Torquato

*Meu Mestre de Canaã
Por que não me compreendeste?
Por que não me ensinaste tudo?
Eu queria conhecer o que não é
Eu queria a tua cumplicidade
A tua amizade, a tua palavra
Por que mataste meu sonho?
Eu só queria um amanhecer
Uma palavra confiável
Por que me prometeste o futuro
E me deste o passado?
Por que tiveste medo de me defender
De lutar por mim? De me ajudar a crescer?
Eras o meu modelo ideal
Por que tantas contradições?*

*Ficaram comigo os teu enganos, a tua pressa
A tua reprovação me corrompeu
O teu silêncio nada me disse
Eu percebi o teu descaso, o teu peito fechado
Eu me senti calado e humilhado
A vida, o saber são momentos de entrega
Era a tua canção a luz
Sim, eu acreditei tanto
Sim, não fui o aluno modelo
Não fui o que teve sucesso
Não fui o iluminado, nem o aprovado
Nem o tão estudioso e o bem comportado
Mas, professor...
Eu te amava
Sim, tu eras o meu Mestre de Canaã
Um enorme jequitibá de crenças futuras
Ah! Que dor que ainda dói
Que triste sou eu agora
Não digas que não podes fazer nada
Diga, pelo menos, que te importas comigo
Eu preciso de tuas esperanças
Ainda te guardo uma flor, por favor!*

O fato de ter tomado o Congresso de Águas de São Pedro como objeto de estudo, como já deixei claro na introdução desse trabalho, decorre de uma preocupação primeira com a formação do professor e com as políticas públicas para a melhoria da qualidade de ensino.

Uma retrospectiva histórica das quatro edições do Congresso, implica necessariamente em uma busca sobre os cursos de formação de professores e os problemas decorrentes.

O grande desafio dos sistemas educacionais brasileiros tem sido o de fornecer qualidade de ensino para atender à população na faixa de 7 a 14 anos, garantindo a todos acesso, permanência e sucesso na escola, assegurando o princípio Constitucional de 8 anos de escolarização formal obrigatória. Apesar dos inúmeros estudos e experiências realizados, essa meta ainda não foi alcançada e os altos índices de retenção e evasão continuam sendo o maior desafio da Educação brasileira. É grande o número de crianças que se vêem alijadas do processo educativo, não conseguindo muitas vezes, não apenas continuar seus estudos, após anos de persistência nas séries iniciais, mas também, sequer iniciar o curso de formação fundamental. Aquelas que conseguem concluir o Ensino Fundamental, se vêem às voltas com uma formação completamente distante

da sua realidade e de suas necessidades para ingressar no mercado de trabalho.

Pimenta e Gonçalves (1990) num estudo realizado sobre o acesso, permanência e sucesso das crianças na escola, demonstram que do total de alunos matriculados na 1ª série do curso primário em 1961 apenas 15,2% foram para a 1ª série do curso ginásial (atual 5ª série do Ensino Fundamental) em 1965, e destes, somente 9,6% entraram na 1ª série do colegial (atual Ensino Médio) em 1969, restando 6,4% no final do curso em 1971. Para o ensino superior em 1972 o índice decaiu para 5,6%.

O distanciamento entre a formação dos professores e a realidade cotidiana em sala de aula, é um dos fatores responsáveis pela retenção e evasão escolar.

Patto (1993) em suas pesquisas sobre a produção do fracasso escolar, demonstra que esse desconhecimento da realidade é fruto da própria escola que o produz, através de suas práticas e procedimentos, perpetuando os preconceitos étnicos e de classe, excluindo os menos favorecidos do processo de escolarização e da aprendizagem eficiente que lhes possibilite a cidadania efetiva.

Outros autores, como Mello e Menin também abordam essa questão. Para Mello (1993) a escola apresenta um caráter seletivo desde os seus primórdios que, mesmo com o crescimento econômico e as mudanças sociais do país, não deixou de existir.

Menin (1994) afirma que ao longo de toda sua história, a educação brasileira gira em torno do binômio libertar versus reprimir. Isto porque ao mesmo tempo em que se facilitou o acesso à escola, dificultou-se a permanência no seu interior. Essa facilidade revela-se na expansão das vagas, com aumento do número de salas de aula e de escolas, permitindo a frequência de alunos das classes sociais menos favorecidas.

“ No entanto, a escola permaneceu seletiva quanto aos meios que mantém para assegurar a permanência do aluno que não corresponde aos padrões elitistas”. (p.24)

Desta forma, a autora confirma a contradição da escola, que se diz democrática, mas que não consegue cumprir seus objetivos com as classes menos privilegiadas mostrando-se incompetente na educação das camadas mais carentes, perpetuando, acentuando e legitimando as desigualdades sociais.

Percebe-se então, claramente, o quanto é difícil estabelecer no país uma educação popular, educação que nas palavras de Paulo Freire (1997) :

“(...) jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos (...) leva em

consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É o que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho docente e não com *frouxidão assistencialista...*” (p. 101)

A expansão da rede pública atingiu as camadas menos favorecidas da sociedade que antes não tinham oportunidade de freqüentar os bancos escolares. Todavia, até bem pouco tempo, as autoridades não foram competentes para implantar políticas educacionais compatíveis com as necessidades da nova realidade. Atualmente, apesar dos novos mecanismos introduzidos, para permitir a permanência do aluno na escola e a continuidade dos estudos através da progressão continuada, notamos um descompasso muito grande entre as competências do professor em trabalhar com todas as classes sociais e as novas políticas educacionais.

A esse respeito, Cunha (1989) já apontava para o problemático desempenho dos professores e sua formação, aliados à condição socioeconômica desfavorável dos alunos.

Mello (1990) faz uma brilhante análise quando afirma que a escola e o professor oferecem às crianças carentes, merenda,

uniforme, material escolar, amor, carinho e afeto, mas não o fundamental que é a organização e a transmissão do conhecimento. A autora levanta a hipótese de que o professor não valoriza o trabalho pedagógico, porque isso seria admitir que toda criança tem condições de aprender e construir conhecimento, desde que seja bem trabalhada.

“Consequentemente, se isso não está acontecendo, é porque a escola e o professor não sabem o que deveriam saber. O que em última instância põe em questão sua competência profissional”. (p.52)

Marin (1998) também ressalta que problemas de competência do magistério, contribuem vigorosamente para a produção do fracasso escolar. Segundo a autora,

“(...) o despreparo profissional para a organização do conteúdo escolar e dos procedimentos didáticos (...) e as dificuldades para enfrentar eficazmente as características apresentadas pelo corpo discente significam entraves à realização dos ideais propostos para a escola, sobretudo para a escola pública”. (p.9)

A autora, analisa também as relações das condições de trabalho, a realidade escolar e a dos professores a partir de um referencial bibliográfico e das pesquisas já realizadas e conclui que, a realidade que se

expõe ainda hoje “(...) não constitui um insucesso generalizado, mas representa, sobretudo, desafios a enfrentar”. (p.14)

O problema do fracasso escolar não deve ser creditado apenas à evasão e à retenção. Há que se refletir também sobre a aprendizagem da criança ao final dos oito anos de ensino fundamental garantidos pela Constituição: o cidadão, ao término de sua escolarização obrigatória, aprendeu?

A esse respeito, Arroyo (1991) faz uma clara diferença entre escolarização e ensino. Para o autor muitos alunos saem da escola sem ter construído conhecimento, sem ter realizado aprendizagens. Foram treinados para ler e escrever mas não entendem o significado do que lêem ou escrevem, pois seus professores, com formação inadequada para a realidade que se apresenta, não conseguem ensiná-los a aprender.

Vemos que entre os múltiplos agentes responsáveis pela produção do fracasso escolar, como fatores psicológico-sócio-político-econômico-culturais, destaca-se a **formação do professor**.

Tanuri (1979) fez uma análise que aponta, de forma objetiva, os aspectos fundamentais que cercam a eficiência da escola de Ensino Fundamental

“Embora na formação de professores não resida toda a problemática da escola de 1º grau, sua eficiência em executar a ação que lhe é específica - ou seja, o ensino competente das habilidades e conhecimentos básicos para o

exercício da cidadania e para a participação social - está estreitamente relacionada à "ação docente" e, conseqüentemente, ao trinômio formação de professores, condição de trabalho e remuneração". (p.87)

Para Brandão (1982) a escola a partir dos anos 70, que passou a receber crianças das camadas populares, é incompetente para fornecer condições efetivas de escolarização regular, pois pauta-se nos padrões de uma minoria (classe dominante), reforçando ainda mais as diferenças existentes. Os cursos, por sua vez, na sua grande maioria, não conseguem formar professores capazes " (...) de intervir positivamente no processo escolar das crianças provenientes das camadas populares, a despeito de suas boas intenções". (p56), pois estão estruturados ainda no modelo liberal onde os alunos continuam a estudar como o faziam no início deste século.

Para a autora, a realidade com que os professores se

"(...) confrontam profissionalmente conflita-se a cada passo com as representações que absorveram em seu processo de formação e a conseqüência mais frequente desse conflito é a descrença e o desânimo que carregam por não contarem com a 'matéria-prima adequada' (aluno) à tarefa de 'educadores' para a qual foram preparados: desenvolvimento integral das

‘potencialidades individuais’. Seus alunos são ‘carentes’, ‘deficientes’ e ‘privados culturalmente’ e a tarefa de professor/educador torna-se impraticável” .
(p. 56)

Kramer (1989), também demonstra que a precária formação dos professores não os prepara para a “heterogeneidade social e cultural que irá enfrentar na escola”. (p.191). O professor tem dificuldades em trabalhar com metodologias alternativas e com as novas propostas educacionais; com o aluno “diferente”, infrator, indisciplinado, agressivo, carente, oriundo da FEBEM e de famílias desestruturadas, analfabetas ou analfabetas funcionais, com altos índices de desemprego e violência, para as quais a Escola limita-se a um lugar, onde deixar os filhos, e onde estes recebem, ao menos, uma refeição decente.

Uma outra visão sobre a problemática dos cursos de formação de professores, encontra-se em Gatti (1992) que afirma que a maioria dos cursos não valorizam a experiência e o conhecimento que os professores possuem, ignorando sua prática. Para a autora, a maior parte desses profissionais deseja mudar, mas desconhece propostas alternativas de trabalho. Para que haja mudanças é necessário seu desenvolvimento profissional, “(...) processo que se prolonga por todos os momentos de exercício profissional ao longo da carreira. Processo de formação – uma formação ao longo do exercício profissional”. (p.41)



Concordando com Menin (1994) em seu trabalho sobre formação de professores, quando afirma que

“Nenhuma proposta de ensino resiste ou será bem trabalhada ou interpretada, se colocada em mãos de profissionais mal formados”. (p.32)

Em publicação mais recente, Gatti (1997) também trata da descaracterização crescente dos cursos de formação de professores, tanto em nível do Ensino Médio como os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas em geral. Para a autora, há uma fragmentação desses cursos, que não possuem articulação adequada entre as disciplinas de conteúdos básicos e as de conteúdo pedagógico. Agrava-se o problema pela falta de bibliografia específica para apoiar a formação do futuro professor (entenda-se bibliografia atualizada sobre as questões diretamente ligadas às aprendizagens – conteúdos e metodologias) e mesmo pelo menosprezo como muitos alunos e professores das Universidades olham para as questões do ensino e a formação para o Magistério – as licenciaturas e o curso de Pedagogia são sempre vistos como cursos menores.

Ainda sobre a formação e profissionalização do professor e a importância da reflexão sobre sua própria experiência, Giovani (1998) afirma que a formação profissional do professor

“(…) precisa ser concebida como processo de desenvolvimento que se inicia no

momento da escolha da profissão, percorre os cursos de formação inicial e se prolonga por todos os momentos de exercício profissional ao longo da carreira, incluindo as oportunidades de novos cursos, projetos, programas de formação continuada”. (p.47)

Assim, a história de vida, as experiências vividas antes, durante e após os cursos de formação inicial e continuada e aquelas vivenciadas no exercício da profissão, são também momentos formadores do profissional do ensino

Ao tratar da escolarização das crianças brasileiras, e os desafios que impõe-se para sua efetivação com sucesso, necessariamente tive que abordar a questão da produção do fracasso escolar e da formação dos professores. Entendendo, entretanto, ser necessário debruçar-me mais sobre a questão dos cursos de formação.

Dispomos de vasta literatura sobre Formação de Professores: Tanuri (1979), Brandão (1982), Azanha (1985), Cunha (1989), Romanelli (1993), Ribeiro (1993), Brzezinski (1996), Saviani (1996), Gatti (1998) dentre muitos outros. Não é meu objetivo, fazer aqui, uma retrospectiva rigorosa sobre sua história. O que pretendo são algumas colocações que julgo necessárias para o desenvolvimento desse trabalho.

Para Tanuri (1979) o governo nunca se preocupou com a Escola Normal Paulista, desde sua criação (Lei nº 34, de 16/03/1846). O número de alunos era pequeno e os exames finais do curso não se realizavam com regularidade.

A mesma autora, cita como motivos de decadência da Escola Normal, os péssimos salários pagos aos professores, a desvalorização do profissional e o fato da legislação estender o privilégio da vitaliciedade no cargo de professor primário àqueles que mesmo sem ter o diploma de professor, tivessem prestado concurso e exercido o magistério satisfatoriamente por um prazo de dois anos, assim como a existência dos exames vagos (que permitiam em qualquer dos anos do curso a matrícula na série imediatamente posterior, independente da frequência) e da dispensa de frequência das aulas.

Dessa forma, nas primeiras décadas do século, a formação do pessoal docente caminhava a passos muito lentos. Como as alterações para melhoria do curso só aconteciam em época de mudança do regime político, as escolas continuavam com organização rudimentar, professores improvisados sem preparação específica e descontínua pela falta de verbas.

O desenvolvimento da indústria no Brasil, iniciado nas décadas anteriores a 1950, provocou a urbanização, ainda incipiente, é claro, de algumas capitais e, conseqüente evolução na taxa de escolarização: 9% em 1920, 21,43% em 1940 e 26,15% em 1950 (Romanelli, 1993, p. 64).

Curiosamente, percebe-se que apesar da demanda educacional ter ocorrido em função das mudanças sociais, industrialização e urbanização, o tipo de educação proposto, baseou-se no modelo que até então era destinado às elites (ensino secundário, propedêutico, livresco), provocando um descompasso entre o processo de escolarização e o modelo de desenvolvimento econômico em curso, resultando um alto grau de seletividade a que foram submetidas as classes emergentes.

Para Romanelli (1993):

“Sem poder conter a demanda, de um lado, e sem poder responder às novas necessidades do desenvolvimento econômico, de outro, o sistema tentou defender-se e sobreviver à custa da seletividade que era a marginalização de significativa parte da população”. (p.102)

O crescimento da demanda educacional, fez com que fossem utilizados muitos professores leigos. Segundo Ribeiro (1993): em 1945 eram 51.933 professores normalistas e 31.892 não-normalistas e, em 1955 eram 76.902 professores normalistas e 65.154 não normalistas.

Em função desse crescimento, surgiram, entre 1942 e 1946, novas reformas do ensino, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino: Ensino Industrial, Ensino Secundário, Ensino Primário, Ensino Normal, Ensino Agrícola. A importância dessa leis deveu-

se ao fato de que, pela primeira vez, o Governo Central estabeleceu diretrizes para a organização da Escola Normal e Ensino Primário.

As Leis Orgânicas do Ensino, vigoraram até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961. Com a Lei 4.024/61, possibilitou-se a concessão de registro ao profissional não formado, concedendo habilitação para o exercício do magistério através de exames de suficiência. Permitiu-se também a proliferação de cursos de pedagogia no ensino particular, sempre no intuito de suprir a demanda.

O final dos anos 60 e início dos 70, foi a época do milagre econômico. O governo modificou sua política econômica, liberando o crédito e provocando um aumento desenfreado do consumo. Houve aumento da produção e, conseqüentemente, maior aproveitamento da capacidade produtiva. O país vivia uma euforia desenvolvimentista e era necessário capacitar mão-de-obra para as indústrias que surgiam e conseqüentemente ampliar o nível de escolaridade da grande massa trabalhadora.

Nesse clima, as Reformas Universitárias, Lei 5.540 promulgada em 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971 foram impostas aos professores.

A Lei 5.540/68 dispunha em seu art. 30, que a:

“formação de professores para o ensino de 2º Grau de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”

Segundo Brzezinski (1996) a Lei 5.540/68 reformulou o curso de Pedagogia, mas as reformas efetuadas, que acabaram por fragmentar o curso em habilitações técnicas, não clarearam a indefinição de sua identidade. Aliada a essa indefinição, a exigência de quase nenhuma infra-estrutura para a instalação de **cursos superiores particulares** de formação de professores fez com que seu número aumentasse consideravelmente. Assim, nos anos 80, a iniciativa privada respondia por 78% dos 264 cursos de Pedagogia e Licenciaturas existentes no país.

Para Gatti (1998) com a Reforma Universitária de 1968, o curso de Pedagogia, criado para formar professores para atuarem nas antigas Escolas Normais, foi fracionado e consolidaram-se as habilitações específicas, o que de certa forma contribuiu para a descaracterização da imagem do pedagogo. A partir de então, os cursos de Pedagogia passaram a formar profissionais com habilitações variadas: professores para as séries iniciais do ensino fundamental, para o ensino médio, para a educação

infantil e especial; administrador escolar; supervisor escolar; orientador educacional etc.

A LDB (Lei nº 5.692/71), profissionalizou o ensino médio atrelando a escola ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que continha as aspirações ao ensino superior. Em decorrência, aumentou-se o número de salas de aula, democratizando-se, quantitativamente, o ensino.

A Resolução nº 30, do então Conselho Federal de Educação, publicada em 1971, oficializou a implantação de licenciaturas curtas nas Universidades Estaduais e Federais públicas e regularizou os cursos já existentes nas faculdades particulares desde 1965.

É preocupante constatar que até então, as autoridades governamentais e a própria Universidade não enfrentaram adequadamente a questão da formação de professores e não definiram políticas públicas pertinentes a essa problemática. Percebe-se que a preocupação com a melhoria da qualidade de ensino era praticamente nenhuma.

Pesquisa realizada em 1975 no Estado de São Paulo, junto aos cursos de formação de professores em nível de Ensino Médio, descreve-os como inadequados, muito acadêmicos e teóricos, com muitas disciplinas de formação geral e pouca formação específica, não permitindo aos professores formandos, desempenho didático no mínimo razoável (Gatti, Rovai e Paro, 1977).

Pimenta e Gonçalves (1990) também analisaram as habilitações Específicas para o Magistério, apontando suas inadequações.

Segundo os autores, essas não respondem nem à formação geral nem à formação pedagógica. Ou ensinam tudo de maneira superficial ou detém-se em apenas um aspecto não se conseguindo assim formar nem o professor nem o especialista.

Mello (1993) afirma que ainda hoje, os cursos de formação de professores, Ensino Médio e Superior, caracterizam-se por uma absorção muito pouco crítica dos modismos pedagógicos em detrimento de uma linha de trabalho mais consistente.

Segundo Menin (1994) a proliferação dos cursos de formação para o magistério, ocorrida a partir de final dos anos 60 e início dos 70, para suprir as necessidades da expansão quantitativa do ensino primário e médio (das décadas anteriores), e pela pressão por vagas no ensino superior, exercida pelos candidatos excedentes dos exames vestibulares, aconteceu sem a estruturação adequada, formando um grande número de professores de maneira improvisada, insuficiente e inadequada. A própria autora relata que as diversas tentativas governamentais, para contornar o problema, não surtiram o efeito esperado porque tornaram o professor apenas um mero executor de tarefas. Esse, ao ser obrigado a implementar mudanças com as quais não concordava, realizava um trabalho alienado de suas convicções, reforçando o seu papel de tarefeiro.

Saviani (1996) também apresenta dados que revelam principalmente o crescimento das matrículas no Ensino Fundamental e Médio e conseqüentemente a expansão dos cursos de Licenciatura ocorrida

nos anos 70. O autor demonstra que o crescimento de matrículas na década de 70, cresceu na mesma proporção da elevação do grau de ensino: curso primário 107,3%, ginásial 391,7%, colegial 455,3% e superior 797,5%. Tais dados demonstram que o grande crescimento do ensino superior, aconteceu em função do crescimento das matrículas no Ensino Fundamental.

De acordo com Brzezinski (1996) essa expansão de cursos aconteceu como parte de um conjunto de políticas sociais do governo, que visavam a manutenção do modelo histórico de sociedade vigente na época - uma sociedade pautada no desenvolvimento industrial, marcada pela expansão dos bens de consumo e pela perversa concentração de renda, que dificultava a ascensão social das classes menos privilegiadas. A procura por mão-de-obra especializada provocou não só a expansão dos cursos secundários (profissionalizante e propedêutico) mas também a expansão de cursos de formação de professores em nível superior - criação de universidades públicas e particulares e escolas superiores isoladas - para atender à demanda por professores para os cursos em nível médio e como tentativa dos mesmos como meio de ascensão social

Nesse período, a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornou-se extremamente fácil, sendo suas instalações precárias e os seus docentes arregimentados nas próprias Escolas Normais. A qualidade do curso que deveria promover uma sólida formação cultural e científica, desenvolver pesquisas e preparar, pedagogicamente, os



professores para atuarem nas escolas secundárias, pouco importava. O interesse era atender a grande demanda.

Brzezinski (1996) chama a atenção para a precariedade da política de formação do magistério em nível superior que essas medidas denunciavam.

As reformas educacionais, entretanto, não conseguiram solucionar os graves problemas educacionais do país. A escola acentuou seu caráter elitista, excludente, seletivo e o sistema educacional brasileiro, continuou impedindo às crianças das camadas populares de completarem seus estudos elementares. O fracasso escolar expulsava-as da escola num índice alarmante.

A esse respeito, Minto (1995) afirma que a grande expansão do ensino superior particular a partir dos anos 70, transformou a educação em mercadoria, permitindo ao Estado eximir-se de sua responsabilidade com a educação e, “(...) ato contínuo, com a formação de professores”. (p.20).

Zelante (1994), ao focar os problemas pertinentes à formação do professor de 1ª a 4ª séries, apontados pelos pesquisadores e educadores - desprestígio social e profissional; aumento indiscriminado dos cursos de formação de professores em nível de Ensino Médio, principalmente na rede particular, com qualidade duvidosa; diminuição da demanda desses

cursos, na Rede Pública; avanço do tecnicismo, distanciamento entre os conteúdos lecionados e a realidade educacional do país; alunos mal preparados, desmotivados e desinteressados pela carreira docente etc - demonstra que as medidas tomadas, para resolvê-los, foram praticamente ineficazes.

Para a autora, “(...) mudanças curriculares não resolvem a situação problemática desses cursos se não vierem acompanhadas de uma política educacional claramente definida de formação e profissionalização desses docentes e de medidas no âmbito da SE que a viabilize nas escolas” (p.20)

A abertura política do Estado brasileiro, iniciada em fins dos anos 70, permitiu que muitos educadores começassem a manifestar, mais publicamente, suas preocupações com os cursos de formação de professores. Movimentos surgiram, comissões organizaram-se e estudos efetivaram-se com propostas para a democratização do ensino, visando assegurar o acesso, a permanência e o sucesso para todos. Sem dúvida alguma, os tempos eram outros e a educação começava uma longa e árdua caminhada de mudanças.

Nas palavras de Guibu (1996)

“Na realidade, tratou-se de uma retomada de ação reflexiva, dadas as novas condições políticas vivenciadas pela nação; o país começa a sair do período das “trevas: da ditadura militar, e os educadores, cientes de

sua responsabilidade social frente ao quadro de falência do ensino *particularmente público*, começaram a se mobilizar, seja por meio de pesquisas e estudos acadêmicos, seja através da criação de associações de classes que permitiram a discussão e aprofundamento dos principais problemas referentes à educação nacional”. (p.109).

No final dos anos 80, preocupada com a melhoria da formação do professor das séries iniciais, a SE do Estado de São Paulo, criou e implantou o CEFAM através do Decreto 28.089, publicado no Diário Oficial do Estado em 14/01/88. Criado, como uma nova proposta de habilitação do Magistério, escola de tempo integral que deveria recuperar a especificidade da formação do professor. O CEFAM, no Estado de São Paulo, procurou adequar-se à clientela da escola pública do Ensino Fundamental. Seus objetivos principais eram:

- recuperar a especificidade dos cursos de formação de professores e suprir as deficiências do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental, formando um professor crítico com competência técnica e política;
- proporcionar aos alunos do 1º Grau da Rede Pública, principalmente àqueles que trabalham, um curso de qualidade e em período integral;
- transformar o Centro num polo irradiador e agente transformador da prática educativa;

- coordenar estudos e ações sobre a formação do professor. (Res. SE nº 14, publicada em 28/01/88)

Os CEFAMs enfrentam problemas similares aos dos demais cursos de formação de professores, inclusive das Licenciaturas. Todavia, ao analisar sua trajetória, percebe-se que grandes passos foram dados no sentido de melhorar a formação do educador. Mas até que ponto essa caminhada efetivou o que se pretendia?⁴

O movimento de denúncia sobre as péssimas condições de aprendizagem, a má qualidade da educação e em favor da democratização do ensino, acabou por desembocar na gênese e aprovação de uma nova LDB para a Educação Nacional: a Lei 9.394, sancionada em 2 de dezembro de 1996.

Moldada nos mesmos princípios de descentralização, autonomia e participação da Constituição Federal de 1988 a nova lei procurou realmente contemplar os interesses das classes menos favorecidas.

Em seu artigo 4º, que trata do direito à Educação e do dever de educar, garante ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado àqueles com necessidades especiais; acesso aos níveis mais elevados do ensino, pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um; a oferta de educação escolar regular para jovens e

⁴ A respeito do CEFAM consultar: MOURA, M.I.G.L. (1991), CAVALCANTE, M.J. (1994), ZELANTE, A.N. (1994)

adultos adequada às necessidades e disponibilidades; programas de atendimento ao educando; e padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como variedade e a quantidade mínimas, por alunos, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino – aprendizagem.

Em relação à formação de professores de educação básica, estabelece que esta será feita em:

“nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. (art.62)

Atualmente, discute-se bastante sobre o locus dos cursos de formação de professores. Seriam os Institutos Superiores de Educação? As Escolas Normais Superiores?, Os cursos de Pedagogia? A nova LDB (Lei 9394/96) não define um modelo único. O texto legal fala em formação em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades, institutos superiores de educação e em nível médio na modalidade normal. Essa flexibilidade é uma de suas características, assim como a descentralização pela qual se chegará à autonomia.

Após a promulgação da LDB, Lei 9.394/96, a manifestação concreta da vontade política dos governantes para a valorização do magistério, tornou-se mais efetiva em setembro de 1996, quando foi instituído, pela Emenda Constitucional nº 14, o FUNDEF⁵, cujos recursos devem ser empregados, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e, particularmente, na valorização do seu magistério.

Essa política de valorização do magistério não pode ser desvinculada do perfil desejável para os profissionais da educação. Gatti, em publicações recentes (1998 e 1997) discute a questão da formação profissional do educador apresentando um perfil desejável para esses profissionais:

- a) maior aprofundamento intelectual;
- b) capacidade de desenvolver novas formas de utilização dos conhecimentos;
- c) visão mais profunda e clara quanto à complexidade do mundo do trabalho e da vida;
- d) condições de desenvolvimento da aprendizagem durante toda a vida;
- e) aquisição de uma base de domínio específico de conhecimento, bem organizada e flexível e com ganchos interdisciplinares.

Os cursos de formação de professores, sejam em nível Superior ou de Ensino Médio tem obrigação de oferecer essas condições aos

⁵ Os recursos do FUNDEF – um mínimo de 25% das receitas tributárias de estados e municípios – inclusive os recursos recebidos por transferências entre governos – e de 18% dos impostos federais. O FUNDEF foi regulamentado pela Lei 9.424 de 24/12/96 e pelo Decreto 2.264 de junho de 1997 e, implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998.

seus alunos. Assim como prepará-los para cumprir o art. 13º da LDB (Lei 9.394/96):

“Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades da escola com as famílias e a comunidade.

Como vimos, os movimentos pela melhoria da qualidade de ensino têm procurado desenvolver um trabalho na busca de soluções para os problemas apresentados. Dados mais recentes do MEC (Censo Escolar –

1998), apontam que houve alguma melhora nos índices gerais de sucesso escolar no país, como mostra a tabela na página seguinte.

UNIDADE		ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
		Promoção	Retenção	Evasão	Promoção	Retenção	Evasão
Brasil	1996	73,0	14,1	12,9	74,4	9,9	15,7
	1997	77,5	11,4	11,1	78,8	7,5	13,7
São Paulo	1996	86,1	8,8	5,1	78,1	9,0	12,9
	1997	92,6	4,5	3,0	85,5	4,9	9,6
Rede Est. de S.Paulo	1996	83,8	8,6	7,6	75,2	8,1	16,7
	1997	90,8	3,8	5,4	83,6	3,6	12,8

Entretanto,

“Apesar desses indicadores, reconhece-se que muito há ainda que ser feito no Brasil em relação à qualidade do nível educacional da população. Diante dos resultados do ensino levantados por avaliações educacionais como o SARESP (1996,1997,1998)⁶ e dada a importância do trabalho do professor para a melhoria desse quadro, fica evidenciada a necessidade de investir na qualidade da formação dos docentes e no aperfeiçoamento das condições de trabalho nas escolas, para que estas favoreçam a construção coletiva de seus projetos pedagógicos”. (Relatório Final da Comissão Especial para desenvolvimento

⁶ Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo



de estudos sobre a formação dos
profissionais da Educação no Estado de São
Paulo. 1999, p.2)

O mesmo relatório constata que a formação e desenvolvimento profissional dos docentes deve ser trabalhada de maneira indissociada envolvendo o Estado, as universidades, as escolas, os sindicatos/associações.

CAPÍTULO II

1990 - 1996

NOS CAMINHOS PERCORRIDOS,
AS CONQUISTAS REALIZARAM-SE:
A HISTÓRIA DO "CONGRESSO DE
ÁGUAS DE SÃO PEDRO"

2.1. Retrospectiva histórica :

No levantamento feito sobre o material dos Congressos de São Pedro, tive acesso a muitos documentos e às inúmeras histórias trazidas pelas lembranças daqueles que participaram da organização desde o primeiro evento. Documentos interessantes (alguns manuscritos), histórias angustiantes (mas hoje, até engraçadas) que não estão publicados mas, que sem dúvida alguma, alicerçaram movimento tão importante.

Não é possível falar do Congresso de São Pedro sem se referir aos movimentos de reformulação dos cursos de formação do educador e outros tantos que visaram a melhoria da escola pública.

Esses movimentos tiveram seu arranque em 1976, quando o Conselheiro Valnir Chagas⁷ formulou uma série de propostas⁸, ordenando novas formas na formação de professores. A polêmica das Indicações do prof. Valnir era a extinção do curso de Pedagogia e, naturalmente, da profissão de pedagogo. Assim, após longas discussões no Conselho Federal de Educação, essas questões acabaram por não ser homologadas pelo, então, Ministro da Educação Ney Braga, devido à forte pressão dos educadores.

A onda de protestos em relação as propostas do Conselheiro Chagas, pressionaram o MEC a efetivar uma ampla

⁷ Conselho Federal de Educação.

⁸ Indicações CNE nº 67/1975, 68/1975, 71/1976, 79/1976

consulta à comunidade científica e demais segmentos da sociedade, envolvidos na formação de professores. Assim, em fins da década de 70, o Ministério abriu uma discussão para a efetivação e reformulação dos cursos de Pedagogia em âmbito nacional. Vários debates foram realizados, como o I Seminário de Educação Brasileira (UNICAMP, 1978) “considerado um marco histórico no movimento dos educadores que aspiravam a subverter a tradicional ordem ‘de cima para baixo’ nas decisões sobre as questões educacionais” (Brzezinski, 1996, p. 99). A I Conferência Brasileira de Educação foi realizada em abril de 1980, na cidade de São Paulo, e a constituição do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, em 02 de abril de 1980, durante a I CBE. Além desses debates, foram organizados em 1981, sete seminários regionais, em diferentes pontos do país (Brasília, Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre), promovidos pelo MEC/Sesu como parte do projeto “Reformulação dos cursos de preparação de recursos humanos para a educação”.

Os membros do Comitê Nacional Pró-Formação responsabilizaram-se pela difusão, instalação e desenvolvimento do movimento em outros locais, estados e regiões. “Era um movimento das bases, descentralizado e, como tal, respeitava as especificidades de cada Comitê Estadual ou Regional”. (Brzezinsky, 1996, p.110)

Em 1982, os educadores que compunham o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, foram convidados pelo MEC/Sesu para elaborar o Documento-Síntese dos Seminários Regionais.

Em novembro de 1983, dois anos após a realização dos referidos seminários, realizou-se em Belo Horizonte, sob a coordenação do MEC/Sesu, o I Encontro Nacional do Projeto “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”. Nesse Encontro, o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador foi transformado em Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), com o objetivo de dar continuidade ao processo de reformulação dos cursos de formação de professores e também de organizar comissões estaduais representativas que mobilizassem todos os níveis de ensino e também os envolvidos com a formação do educador. Esse Encontro, gerou um documento que ficou conhecido como “Documento de Belo Horizonte” do qual a parte mais importante apresentou os princípios gerais defendidos como pontos fundamentais para a melhoria do ensino público. Foram eles:

- “ 1. A contextualização do movimento de reformulação explicitando sua dependência das condições estruturais da sociedade brasileira.
2. A defesa da autonomia universitária.
3. Gratuidade do ensino em todos os níveis.
4. Reformulação das leis 5.540/68 e 5.692/71
5. Mudança das atribuições e da composição dos Conselhos de Educação.

6. Eleições diretas nas universidades em todos os níveis.

7. Autonomia da universidade para executar um projeto educativo compromissado com a maioria da população brasileira, incluindo a autonomia para definir os currículos de seus cursos, liberdade para decidir sobre prioridade de pesquisa e liberdade para realização de experiências pedagógicas, a partir de uma base comum nacional.

8. Credenciamento periódico dos cursos e experiências conduzido, no caso das Universidades, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa destas e, no caso das isoladas, pelos Conselhos Estaduais de Educação”.

(Documento final do IV Encontro Nacional da CONARCFE, 1989,p.6)

Muitos dos que participaram da criação da CONARCFE acabaram desistindo frente as dificuldades encontradas e, os que permaneceram, persistiram para que ela continuasse autônoma, lutando para acompanhar as questões de reformulação dos cursos de formação do educador em cada instituição formadora . Esses objetivos estiveram presentes em todos os encontros da Comissão, que era composta por um Coordenador Nacional, cinco coordenadores regionais e representantes formalmente constituídos em 15 estados.

No Estado de São Paulo, a representação da CONARCFE ficou a cargo da Professora Olga Molina da FE/USP, até 1989, quando, em julho, durante o IV Encontro Nacional, realizado em Belo Horizonte, os participantes paulistas elegeram a Professora Raquel Volpato Serbino da UNESP. No intuito de reunir mais pessoas e instituições em torno da proposta de melhorar a Formação de Professores, a nova representante envolveu-se na tarefa de mobilizar os interessados para discussão do Documento final do IV Encontro que trazia propostas para o tratamento dessa problemática, no projeto da nova LDB, em tramitação no Congresso Nacional.

Ao primeiro Encontro Nacional do Projeto “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”, seguiram-se mais três. No IV Encontro Nacional (Belo Horizonte, 1989) foi proposta a transformação do CONARCFE numa associação, o que aconteceu de fato em julho de 1990.

Se no final da década de 70 iniciaram-se discussões, para a efetiva reformulações dos cursos de formação de professores, na década de 80, notamos a efetivação de inúmeros movimentos nesse sentido. No entanto, ao final da década, percebe-se que estes movimentos ficaram restritos às Universidades públicas (e uma ou outra particular de renome) e aos Institutos de Pesquisa pois:

“(...) grande parte do corpo docente que
forma profissionais para os três graus de

ensino, bem como dos professores em exercício, por razões estruturais, políticas, sociais e econômicas, encontram-se à margem destes movimentos e consequentemente não têm podido usufruir dos estudos mais recentes nem das práticas pedagógicas mais compatíveis com a época. No Estado de São Paulo especialmente, podemos observar esta ausência dos docentes porque há uma falta de articulação que permita ampliar a participação”. (Projeto do I CEPFE – Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – s/d., p.2)

Para o enfrentamento desse problema, a regional da CONARCFE de São Paulo definiu as seguintes metas prioritárias:

1. Em cooperação, identificar, reunir e articular profissionais, instituições e entidades envolvidos com a temática;
2. Incentivar diversidade de ações, buscando eliminar etapas rumo a mudança;
3. Revelar os compromissos sociais dos educadores frente à realidade brasileira contemporânea.

Essas propostas foram encaminhadas à Reitoria da Universidade Estadual Paulista e receberam todo o apoio do, então, Reitor Professor Paulo Miltom Barbosa Landim e do Vice-Reitor, Arthur Roquete de Macedo.

Dessa forma, os integrantes da CONARCFE - Regional São Paulo - tendo como retaguarda a Universidade Estadual Paulista começaram a organizar, a partir de 1989, o I Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educador. Esse Congresso, teve até junho de 1999, cinco edições. A primeira, **“Rumo ao século XXI”**, foi realizado em 1990; a segunda, **“Por um projeto educacional em favor da cidadania”** em 1992; a terceira, **“Tempo da escola...Tempo da sociedade”** em 1994; a quarta, **“Formação do educador: dever do Estado tarefa da Universidade”** em 1996; a quinta, **“Formação do Educador e Avaliação Educacional”** em 1998.

Nesse trabalho, não enfoco o V Congresso por não ter tido tempo hábil para consultas e pesquisas em seus relatórios, uma vez que o evento realizou-se em novembro de 1998, seus relatórios ainda estão em elaboração e, esse estudo já estava em fase de elaboração e conclusão.

Segundo Ribeiro e Barbosa, algumas das premissas que justificaram a realização do I Congresso permanecem atuais. Reiterava-se a necessidade de potencializar a discussão:

- da pequena produção teórica das Universidades em relação ao trabalho de sala de aula dos professores de Ensino Fundamental e Médio, envolvendo

no debate professores das instituições particulares que são as responsáveis pela formação da maioria dos professores nesses níveis de ensino;

- sobre os cursos de formação que não habilitam seus alunos de maneira adequada e, também, sobre os cursos de formação continuada do magistério, promovidos pela Secretaria Estadual de Educação e/ou pelas Universidades paulistas, que não obtinham resultados satisfatórios;
- sobre a inexistência de uma política educacional para a formação do educador;
- sobre a necessidade de superar o anacronismo da escola, uma vez que na década de 90, seriam formados os profissionais de educação para atuarem no século XXI.

Ressaltava-se a carência, no âmbito do Estado de São Paulo, de oportunidades “ (...) que possibilitem aos educadores compartilhar da análise e da busca de soluções para sua problemática específica” (Projeto do I CEPFE, s/d, p. 3).

A comissão organizadora do Congresso fez um diagnóstico preciso da problemática dos cursos de formação de educadores e da educação no Estado de São Paulo e, a partir dele, criou um espaço próprio e privilegiado para a sua discussão.

“indefinição de normas a nível nacional;
expectativas em relação a LDB;
licenciaturas das Universidades
desprestigiadas, licenciaturas da iniciativa
privada formando a totalidade dos

professores da Rede; inexistência de política estadual propicia sucessão de experiências inconcluídas, fragmentadas e inadequadamente avaliadas; expressivo número de especialistas desarticulados entre si estudam esse fenômeno; entidades de classe lutando para resgatar a caracterização e valorização dos profissionais de ensino; quadros do magistério vitimados e desanimados frente aos altos índices de evasão e retenção”. (Serbino, 1990, p. 49).

Um Congresso com os objetivos citados, possibilitaria não só a oportunidade de interação, de troca de experiências e informações, de atualização, de divulgação e debate de trabalhos científicos entre seus membros, como também serviria de incentivo à pesquisa e práticas profissionais inovadoras. Proporcionaria um diálogo eficiente entre profissionais, que por trabalharem em diferentes níveis de ensino, praticamente, nunca dialogaram.

Dessa forma, os organizadores do evento, objetivavam reunir, durante os 4 dias de trabalho, um grande número de profissionais da educação a fim de levantar propostas educacionais que, efetivamente, definissem a política educacional do Estado de São Paulo em relação à formação do educador. A proposta original foi a de juntar num mesmo espaço:

- professores e pesquisadores do ensino superior, não só da rede pública como também da particular (já que esta é a que forma o maior número de professores);
- professores do Ensino Fundamental e Médio das Rede Oficial e Particulares de Ensino;
- alunos dos cursos de formação de professores;
- representante do CEE;
- representantes da SEE/SP com participação especial da CENP- SE/SP e FDE – SE/SP;
- representantes dos sindicatos do magistério como a UDEMO, APASE, APEOESP;
- instituições preocupadas com a problemática da formação dos professores como a ANDE, a ANFOPE, o CEDES, Fundação Carlos Chagas e outros.

Assim, em maio de 1990, foi realizado o I Congresso Estadual Paulista, que por ter sido sediado no município de Águas de São Pedro (onde o SENAC possui hotel com estrutura suficiente para abrigar um evento desse porte) acabou conhecido como o **“Congresso de Águas de São Pedro”**

Tal Congresso, constituiu-se num evento inovador ao organizar, além dos debates e mesas redondas, os GTs, uma forma de trabalhar que, até então, não era comum nos congressos de educação. Os GTs eram compostos por educadores de diferentes procedências, agrupados

em torno de um eixo temático: as diferentes instâncias de formação do professor: Escola Normal, Licenciaturas, Pedagogia e suas Habilitações, Pós-Graduação em Educação e Formação Continuada dos Profissionais de Ensino (Ribeiro e Barbosa, 1996, p.10)

Cada grupo foi coordenado por um pesquisador, autor de um texto impresso original, especialmente elaborado para ser discutido durante o evento e que, foi distribuído a cada participante no ato da inscrição. Contava-se também com um relator que expôs, na plenária do último dia do Congresso, as propostas de cada grupo, discutidas e deliberadas durante as reuniões.

A proposta de organizar os trabalhos dos Congressos, principalmente em torno de GTs específicos para cada área, foi, sem dúvida alguma, a grande inovação. Reunidos em grupos de cerca de 40 profissionais, vindos de diferentes níveis de ensino e instituições, os GTs possibilitaram aos seus componentes e aos congressistas de uma maneira geral, uma grande experiência. Durante 4 dias de reuniões, os grupos puderam discutir, refletir, articular, trocar experiências, definir novas propostas de trabalho, traçar metas para a elaboração de um trabalho conjunto. Enfim, puderam colocar em prática algo tão almejado e, até então praticamente impossível: o diálogo entre Ensino Fundamental, Médio e Superior.

As Comunicações Científicas também puderam ser expostas inovadoramente para a época. Além das sessões de comunicação



oral, foram realizadas sessões que possibilitaram exposições por meio de pôsteres, vídeos ou pelo uso do computador. A intenção era familiarizar o professor com os novos meios de comunicação que, certamente, invadiriam e alterariam o ritual pedagógico das escolas

Em 1992, 94 e 96, aconteceram os congressos seguintes, com novas propostas de trabalho: minicursos em 1992 e seminários temáticos em 1994.

Conseguiu-se garantir, em todos os eventos, a continuidade temática pela preocupação em iniciar a organização dos mesmos a partir dos textos e resultados das discussões anteriores.

Como foi muito grande o número de congressistas do I CEPFE manifestando o desejo de dar continuidade aos GTs, a coordenação do evento idealizou o Programa Integrado de Pesquisa e Ação, dentro da formação de educadores, a fim de “assumir o desafio de melhorar a qualidade da Educação cuidando da formação dos educadores: profissionais que educam pelo ensino”. (Serbino, 1991, p. 5) A justificativa, para a elaboração de tal programa, apoiou-se no fato da UNESP formar professores em diferentes áreas (mais de 30 cursos de Licenciatura) com Unidade de Ensino espalhadas por todo o Estado de São Paulo. Além disso, ter, em cada setor especialistas de renome e manter ligação com a rede de Ensino Fundamental e Médio. A continuidade do trabalho iniciado, no I CEPFE, possibilitaria aos docentes universitários integrarem-se e organizarem projetos mais abrangentes e pertinentes, ampliando a produção científica na área da Educação.



As metas definidas para o Programa Integrado de Pesquisa e Ação consistiam em:

- 1.) Identificar e coordenar instituições formadoras de educadores e/ou relacionadas com essa formação;
- 2.) Propor novos referenciais teóricos para a análise do trabalho docente;
- 3.) Fornecer subsídios para a definição de políticas de formação de educadores, oferecendo assessoria em sua implantação.



2.2. Os Congressos de São Pedro: sua organização, objetivos e estrutura

Para melhor trabalhar a história dos quatro Congressos, optei por escrevê-la de forma sucinta de modo que sua leitura não se tornasse longa e tediosa. Dessa forma, agrupei, após a introdução de cada evento, seus pontos em comum: referências, organização, objetivos e estrutura.

2.2.1. O I Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores - 1990 “Rumo ao Século XXI”

Ao retornar do IV Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, eleita para coordenar a regional de São Paulo, Raquel Volpato Serbino, professora assistente doutora do Departamento de Educação do Instituto de Biociências do campus de Botucatu da UNESP, já começava a delinear uma ação efetiva com vistas ao aperfeiçoamento da formação do educador no Estado de São Paulo. “(...) a universidade deve liderar os projetos que poderão imprimir as redefinições das diretrizes referentes ao preparo de professores e especialistas para a escola, em todos os níveis de ensino” (Projeto do I CEPFE, s/d., p.2).

Serbino (1992c), afirmava:

“ A democratização da escola brasileira tem sido meta contínua na luta de nossos educadores. Significativamente ampliada em termos quantitativos, nossa escola continua sendo desafiada no intuito de garantir ensino de boa qualidade para todos. E é nessa dimensão que o movimento pela formação de educadores se insere. Assumindo sua condição de trabalhador intelectual, o professor procurou organizar-se num processo de autodefesa e reação ofensiva às tentativas de degradação do magistério inseridas no plano global de crise da própria sociedade brasileira. É, portanto, no contexto amplo dos movimentos em prol da formação do educador iniciados no final da década de 70, que se insere a realização do I Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores (1990)”. (p.171)

A realização do I Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores exigiu muito trabalho de seus organizadores. De início, eram poucas as pessoas envolvidas, interessadas em organizar o evento. Além de Raquel V. Serbino, as professoras da UNESP, Maristela



Veloso Bernardo e Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida foram as precursoras de toda a organização.

Elaborado o projeto do Congresso, remeteu-se-o à Pró-Reitoria de Graduação da UNESP. O Pró-Reitor Prof. Dr. Antônio Cesar Perri de Carvalho empenhou-se de imediato em apoiar a sua realização. Implementou-se a proposta de que sua organização ficasse a cargo não somente da UNESP, mas de várias instituições⁹, houve-se que enfrentar as dificuldades próprias de organizar um evento com multiplicidade de agências promotoras e sem a infra-estrutura necessária para tal.

A comissão organizadora estruturou-se em várias comissões:

Coordenação Geral

Raquel Volpato Serbino	Presidente	UNESP / Botucatu
------------------------	------------	------------------

Comissão Científica

Maristela V.P. Bernardo	Coordenadora	UNESP/Araraquara
Alda J. Marin		UNESP/Araraquara
Ezequiel T. da Silva		UNICAMP
Luis Alfredo Chinali		UNESP/ Botucatu
Marilda da Silva		UNESP/Araraquara
Sonia T. de S. Penin		ANDE
Tereza Marini		UNESP/P.Prudente
Vilma L. Ferrari		APASE
Zilma M.R.de Oliveira		USP

Comissão de Divulgação

José Amâncio Gomes	Coordenador	UNESP/S. J. R. Preto
Ana Maria Menin		
Leny r. Teixeira		UNESP/P. Prudente
M ^a Georgina P.L.Souza		
Marinel P. Abbade		
Paschoal Quaglio		UNESP/ Marília
Raimunda A. Gebran		UNESP/ Assis
Rosangela Doin de Almeida		UNESP/ Rio Claro

⁸² USP, APASE, ANDE, CONARCFE, Rede Estadual de Ensino, Faculdade São Marcos/SP.



Comissão de OrçamentoAna M^a F.P.M.Almeida

Claudio B.G. de Souza

José de Arruda Penteado

Coordenadora

UNESP/ Botucatu

UNESP/ Araraquara

UNESP/ São Paulo

Comissão Administrativa

Lucia Maria Cini

Gilberto P. Conceição Filho

Maria Zélia Rossin

Tânia M. Jesus Espernega

Coordenadora

UNESP/ Botucatu

Inform./UNESP/ Botucatu

Pró-Reitoria de Graduação

UNESP/ Botucatu

Além desses problemas, conseguir apoio das agências financiadoras também não foi fácil, principalmente, devido ao caráter multidisciplinar, multi-institucional e multiprofissional da comissão organizadora.

A divulgação do Congresso também encontrou obstáculos, a chamada grande imprensa, em nenhum momento anterior à sua realização, referiu-se ao evento. Coube aos membros da comissão organizadora, através de contatos pessoais, telefônicos e mala postal, fazer chegar aos educadores a notícia da realização do I CEPFE.

A ausência de alguns convidados que cancelaram sua participação (alguns com justificativas mais do que justas, outros sequer sem justificar) à última hora, também causou dificuldades à comissão organizadora e constrangimento aos participantes. Mas todo o trabalho e dificuldades não diminuíram o resultado geral que foi deveras animador.

A realização do I Congresso de Águas de São Pedro permitiu não só a troca e o conhecimento de experiências inovadoras sobre a

formação de professores, mas também revelou o compromisso político com a educação das diferentes instituições do nosso Estado.

2.2.2. O II Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – 1992 “Por um Projeto em Favor da Cidadania”

“A realização do II Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, neste tempo de profunda crise social e econômica da sociedade brasileira, testemunha, acima de tudo, que os educadores paulistas assumem seus compromissos de cidadãos” (Serbino, 1992c, p.2)

Com estas palavras foi apresentado o II CEPFE, realizado em Águas de São Pedro de 24 a 28 de maio de 1992.

No discurso de abertura, a presidente da Comissão Organizadora, Raquel Volpato Serbino ressaltou:

“ A cidadania se apoia basicamente na participação social e política dos indivíduos que compões a sociedade. E isto não se dá por acaso, mas exige requisitos mínimos. Dentre eles a

educação escolar que é instrumento básico para o exercício da cidadania. O acesso à cultura e o domínio do saber, que constituem a razão da escola, são a base da construção de uma sociedade democrática onde cada cidadão seja capaz de participar das decisões, comprometendo-se com os rumos a seguir” (texto digitado, s/d, p.5)

Durante um ano, comissão organizadora do II CEPFE trabalhou desenvolvendo seu projeto. A reunião de pessoas de tão diferentes vinculações requereu boa dose de perseverança. Mas todas as instituições colaboraram grandemente e, assim, a nova edição do evento tomou corpo, contando com o apoio das agências financiadoras de pesquisa do país.

Fizeram parte da Comissão Organizadora do II CEPFE os educadores:

Raquel Volpato Serbino	Presidente	UNESP / Botucatu
Ana M.F.P.M.Almeida	Secretária	UNESP / Botucatu
Geraldo Peres		UNESP /Rio Claro
Maria Ap. Viggiani Bicudo		UNESP / Rio Claro
Izabel A. de Souza Branco		UNESP / Rio Claro
Rosa M. Feiteiro Cavalari		UNESP / Rio Claro
Haydil Marquiafave Teles		UNESP / Franca
Maria Zita figueiredo Gera		UNESP / Franca
Myriam Xavier Fragoso		UNESP / S.Paulo
Ilsa Kawael Leal Ferreira		UNESP /S. Paulo
José Amâncio Gomes		UNESP / S.J.R.Preto
Raimunda Abou Gebran		UNESP / Assis
Josefa Ap. G. Grígoli		UNESP / P. Prudente
Leny R. Martins Teixeira		UNESP / P. Prudente
Ricardo Ribeiro		UNESP / Araraquara

Rosa Fátima de Souza	UNESP / Araraquara
M ^a Valéria B. Veríssimo	UNESP / Marília
Antônio V. M. Guernica	UNESP / Bauru
Maria Reg. Gomes da Silva	UNESP / Bauru
Jane Brito de Jesus	UNESP / Bauru
Laurita f. Fassoni	UNESP / Bauru
José Misael do Vale	UNESP / Bauru
Maria Helena C. F. Lacaz	UNESP / Guaratinguetá
Agueda Bernadete Uhle	UNICAMP
Cecilia A. Lima Colares	UNICAMP
Sellma G. Pimenta	USP
M ^a Angélica P. Pipitone	USP
Celia Pezzolo de Carvalho	USP
Ana Luiza R. V. Perdigão	UFSCar
Clarilza Prado de Souza	PUC/SP
Vitória Helena C. Espósito	PUC/ SP
Luzia Siqueira Vasconcelos	PUCCAMP
Maria Helena M. Stroili	PUCCAMP
Adriana R. Lima Mancuso	USC / Bauru
Vera Mariza R. Casério	USC/ Bauru
Cléia M ^a Luz Rivero	UNIMEP
M ^a Guiomar C. Tomazello	UNIMEP
Ubiratan Dâmbrozio	CEE
Janete C. Alves Pinto Sachs	CENP
Maria Ap. Queiroz	CENP
Bernadete Huet	FDE
Lucy Feres de Oliveira	APASE
M ^a Georgina P. L. Souza	APASE
Maria Isabel de Almeida	APEOESP
Isis Garcia Salvestro	UDEMÔ

A justificativa, para a continuidade de um Congresso cuja relevância foi a **formação do educador**, estava patente nas inúmeras publicações que demonstravam ser essa questão relegada a um segundo plano pelas autoridades governamentais. A evidência desse descaso traduzia-se na desvalorização/desatualização do salário e da carreira do professor, na desvalorização da escola pública e na formação insuficiente das licenciaturas e habilitações para o magistério do Ensino Fundamental.



O sucesso do primeiro evento, certamente, possibilitou a segunda edição, que acabou por superá-lo. O número de participantes triplicou, as comunicações científicas aumentaram e os especialistas de todo o país se motivaram para vir a São Paulo em maio. A discussão da formação de educadores ampliou-se e tomou corpo. O evento teve repercussão nacional e firmou-se como espaço privilegiado por ter tratado tema tão relevante.

2.2.3. O III Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – 1994 “Tempo da escola...Tempo da sociedade”

“Entre os temas estudados e discutidos pelos educadores no I e no II Congresso - 1990 e 1992 - ressaltava-se a questão do descompasso entre o tempo da escola e o tempo da sociedade no contexto brasileiro. Por isso, este III Congresso propõe a seus participantes o desafio de repensar a relação escola-sociedade, tendo como horizonte a formação de educadores enquanto condição imprescindível à transformação qualitativa dessa relação” (Anais do III CEPFE, 1994, p. 4)

Nessa introdução aos Anais do III Congresso de Águas de São Pedro, a Comissão Organizadora do evento deixou claro que a discussão sobre a formação do educador (num momento em que a sociedade passava por profundas transformações advindas da evolução tecnológica) não poderia deixar de lado o compromisso da educação com a tarefa coletiva de construção da cidadania.

Assim sendo, a realização de um Congresso, (que se propunha a discutir a formação do educador numa época de crise e diante de uma escola sem condições de formar o cidadão) mostrava-se extremamente pertinente.

A comissão organizadora do III CEPFE reuniu-se ao longo de 20 meses para planejar o evento. Trabalho árduo, em que pesem as dificuldades normais desse tipo de planejamento, ainda acrescido da heterogeneidade existente entre as instituições presentes, bem como da distância entre elas.

A Comissão Organizadora do III CEPFE constitui-se dos seguintes educadores:

Raquel Volpato Serbino	Presidente	Pró-Reit. de Grad./ UNESP
Ana M. F.P.M.Almeida		UNESP/ Botucatu
Isabel A. S. Branco		UNESP/ Rio Claro
Rosa M. F. Cavalari		UNESP/ Rio claro
Maria Helena M. Gios		UNESP/ São Paulo
Antônio V. M. Guernica		UNESP/ Bauru
Ricardo Ribeiro		UNESP/ Araraquara
Raimunda Abou Gebran		UNESP/ Assis
Raquel L. Leite Barbosa		UNESP/ Assis
Irene Sales de Souza		UNESP/ Franca
Leny Rodrigues M. Teixeira		UNESP/ P. Prudente
Mª Lourdes M. Horiguela		UNESP/ Marília

Ligia M. V. Trevisan
 Lucia Avelar
 Marcia R. Ferreira de Brito
 Pedro Laudinor Goergen
 Antônio Joaquim Severino
 Maria Cecilia S. Teixeira
 Marilia L. Washington
 Petronilha B. G. e Silva
 Ivani C. Arantes Fazenda
 Vitoria H. C. Espósito
 Maria Salete Z. Trujillo
 Rosa M. Cruz Gontijo
 Cléia M. da Luz Rivero
 Lila M. Freitas I. de Souza
 Ricardo Ribeiro
 João Cardoso Palma Filho
 Jeanete C.A. Pinto Sachs
 M. Ap. Pileggi Perasolli
 Cleide Moreira
 Vomer Aureo Pianca
 Anna M. Q. B. de Carvalho
 Maria Isabel de Almeida

UNESP/ Reitoria
 UNICAMP
 UNICAMP
 UNICAMP
 USP
 USP
 UFSCar
 UFSCar
 PUC/SP
 PUC/SP
 PUCCAMP
 PUCCAMP
 UNIMEP
 UNIMEP
 ANDE
 CEE
 CENP-SE/SP
 FDE – SE/SP
 SE/SP
 UDEMO
 APASE
 APEOESP

Para agilizar os trabalhos, foram criadas, de maneira informal, “subcomissões” que com certa autonomia conseguiram realizar todas as suas tarefas, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido e a realização do Congresso.

O grande aumento do número de congressistas, mostrou a necessidade de terceirização em relação a inscrições, alojamento, infraestrutura física, secretaria etc, organização estrutural básica do congresso, para a diminuição dos problemas surgidos.

A vinda de especialistas do exterior atribuiu ao Congresso uma nova amplitude. O tratamento da problemática Formação de Educadores enriqueceu-se com o relato das propostas e visões internacionais. Para ilustrar, vale registrar que foi pelo Congresso de Águas



de São Pedro de 1994 que António Nóvoa veio ao Brasil pela primeira vez e fez aqui sua primeira publicação. Foi também nesse evento que Paulo Freire e António Nóvoa se encontraram, pela primeira vez, e discutiram, numa sala reservada, por mais de quatro horas, as perspectivas da educação na sociedade contemporânea.

2.2.4. O IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – 1996 “Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade”

“Mais do que nunca, é “dever do Estado, tarefa da Universidade”- tema do IV CEPFE -definir os critérios e prover os meios para que o processo de formação de educadores e o sentido de sua atuação profissional se articulem em busca do atendimento às necessidades básicas da população brasileira, buscando também, dessa forma, visualizar o horizonte desejável da consolidação da sociedade brasileira no plano das relações internacionais”. (Silva Jr., 1996, p.8)



Essas palavras de Silva Jr. demonstram de modo relevante a preocupação do IV CEPFE com a formação de um educador reflexivo e atuante no seu tempo, na sua sociedade, além de confirmar os principais objetivos de todos os congressos, que vêm, gradativamente, sendo alcançados a cada biênio.

A avaliação feita pela comissão organizadora do IV evento foi positiva. Segundo relatório científico da comissão, houve sucesso nas condições oferecidas para a apresentação e discussão de comunicações científicas, assim como dos trabalhos elaborados para as mesas-redondas, seminários temáticos, GTs e conferência de abertura.

Ainda, segundo a Comissão Organizadora, é importante salientar dois dos objetivos do Congresso: “analisar as questões da formação básica e continuada do educador nos e para os diferentes níveis de ensino” e “promover intercâmbio de idéias e experiências entre professores e pesquisadores das áreas ligadas à investigação educacional” (Silva Jr., 1996, p.3). Ambos foram amplamente alcançados, acontecendo o mesmo, se bem que em escala menor, com o terceiro objetivo - “elaborar propostas que possam subsidiar intervenções consistentes nas políticas públicas de formação de educadores no Estado de São Paulo” (Silva Jr., 1996, p.3)

O IV CEPFE foi sucesso não só no aspecto científico, mas na sua organização como um todo

“ (...) a Comissão Organizadora acredita que o IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores



constituiu-se em mais um momento de avanço em relação aos congressos anteriores, ao mesmo tempo em que se constituiu também em instrumento de promoção do conhecimento científico-filosófico na área a que se reporta”.

(Relatório Científico do IV CEPFE, 1996, p.8)

A Comissão Organizadora do IV Congresso foi composta

pelos seguintes educadores:

Maria Aparecida Viggiani Bicudo	Presidente	Pró-Reit. de Grad./UNESP
Celestino Alves da Silva Junior	Coordenador	UNESP / Marília
Ana Maria da Costa S. Menin		UNESP / P. Prudente
Ana Maria Freire P.M. Almeida		UNESP/ Bauru
Antônio Vicente M. Garnica		UNESP / Bauru
Claudio Benedito Gomide de Souza		UNESP / Araraquara
Izabel Aurora de Souza Branco		UNESP / Rio Claro
José Amâncio Gomes		UNESPS / S.J.R. Preto
José Misael Ferreira do Vale		UNESP / Bauru
Leny Rodrigues M. Teixeira		UNESP / P. Prudente
Ligia Maria V. Trevisan		UNESP / Reitoria
Maria Cristina B. Stefanini		UNESP / Araraquara
Maria das Graças R.M. Petrucci		UNESP / Franca
Maria de Lourdes M. Horiguela		UNESP / Marília
Maria Helena Maestre Gios		UNESP / IA / SP
Maria Helena Toledo C. Barros		UNESP / Marília
Miriam Celi Pimentel Porto Foresti		UNESP / Botucatu
Plácida Leopoldina V.A.C. Santos		UNESP/ Marília
Raimunda Abou Gebran		UNESP / Assis
Raquel Lazari Leite Barbosa		UNESP / Assis
Ricardo Ribeiro		UNESP / Araraquara
Rosa Maria Feiteiro Cavalari		UNESP / Rio Claro
Sonia Aparecida Cabestré		UNESP/ Bauru
Antônio Joaquim Severino		FE/USP
Maria Cecilia Sanches Teixeira		FE/USP
Marcia Regina Ferreira de Brito		UNICAMP
Pedro Laudinor Goergen		UNICAMP
Potiguara Acácio Ferreira		UFSCar
Lila Maria Freitas Inglez de Souza		UNIMEP
Raimundo Donato de Prado Ribeiro		UNIMEP
Maria Anita Viviani Martins		PUC/SP
Vitória helena Cunha Espósito		PUC/SP
Eleny Mitrulis		SEE/SP



Ghisleine Trigo Silveira
Maria Cecília Mello Sarno
Joely Aparecida Maatheus
Loretana Paolieri Pancera
Volmer Aureo Pianca

CENP
APASE
APEOESP
CPP
UDEMO

2.2.5. Referências: datas, local, instituições organizadoras, número de participantes.

O I CEPFE, realizou-se nos dias 20 a 23 de maio de 1990 no grande Hotel São Pedro na Estância Turística de Águas de São Pedro. Reuniu professores, pesquisadores, especialistas e alunos de diferentes áreas do conhecimento; instituições, entidades e associações das redes pública e privada, de todos os graus de ensino, para tratar da formação do educador em diferentes níveis: Ensino Médio e Superior, Pós-Graduação e Educação Continuada. Atividades bastante diversificadas, mas que convergiam sempre para o mesmo objetivo - Formação do Educador - permitiram um amplo debate dos temas assim como propostas específicas para cada segmento envolvido.

Cerca de 500 participantes, entre inscritos, comissão organizadora, integrantes de mesas redondas, alunos que participaram da secretaria do Congresso, bem como diretores e outras autoridades, vieram das mais diferentes instituições e regiões do Estado e do país.

Seguindo os passos do I CEPFE, experiência bem sucedida, a UNESP organizou-se entre 24 a 28 de maio de 1992, em Águas de São Pedro, o II CEPFE.

Essa edição do Congresso contou também com a colaboração da Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade do Sagrado Coração, Universidade Metodista de Piracicaba, Conselho Estadual de Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Fundação para o Desenvolvimento Escolar do Estado de São Paulo, Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo.

Assim como no I Congresso, o II CEPFE contou também com a participação de professores, pesquisadores, administradores, especialistas e alunos de diferentes áreas de estudo, níveis de ensino, instituições, entidades e associações - públicas e privadas - que procuraram em 4 dias “(...) tratar da problemática da formação do educador em todas suas dimensões: cursos regulares de 2º e 3º graus, pós-graduação e formação continuada; enfoques pelo conteúdo específico de cada Licenciatura e pela formação pedagógica”. (Serbino, 1992b, p. 1)



O sucesso do I CEPFE, fez com que o número de inscrições para esse segundo evento aumentasse significativamente, chegando a 800 participantes. Se não houve as dificuldades iniciais de organização, visto que a experiência do I Congresso permitiu sanar muitos dos problemas que se apresentaram, houve, entretanto, dificuldades outras, próprias de um evento de tão grande porte, que objetivava congregar pesquisadores, professores e especialistas das mais variadas instituições. Mesmo assim, o resultado do II Congresso, atestado por avaliações positivas, pela divulgação da mídia e pelo alcance fora do nosso Estado, impulsionaram a realização do III CEPFE.

O III Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, aconteceu nos dias 22 a 26 de maio de 1994 na cidade de Águas de São Pedro. A Comissão Organizadora contou com a participação de todas as universidades, órgão público e entidades do Congresso anterior. Dessa feita, foram 979 congressistas, chegando em alguns momentos a contar com 1300 participantes como na mesa redonda, Formação Básica e Formação Continuada de Educadores com exposição dos professores: Dr. António Nóvoa (Universidade de Lisboa), Dr^a Maria Ibarrola (Fundação Nacional de Capacitação de Professores do México), Dr. José Mário Pires Azanha (Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo) e Dr. Michel Brault (IUFM/França).

A abrangência desse Congresso foi igual a dos anteriores: professores, pesquisadores, especialistas, administradores,

alunos de graduação e pós graduação, entidades e associações, todos ligados à formação de educadores, dos três graus de ensino das instituições públicas e privadas.

A coordenação das três primeiras edições do Congresso estiveram a cargo da Prof^a Dr^a Raquel Volpato Serbino.

O IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores aconteceu nos dias 27 a 31 de maio de 1996, em Águas de São Pedro. Coordenado pelo Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Junior (UNESP/Marília). Assim como nos três congressos anteriores, reuniram-se professores, pesquisadores, especialistas dos 3 níveis de ensino, alunos da graduação, pós-graduação, de instituições oficiais e particulares, representantes de órgãos públicos e entidades e associações representativas.

O evento teve a participação de 749 inscritos: 451 professores universitários, 298 professores do Ensino Fundamental e Médio, mais 59 especialistas convidados e autoridades, vindos de várias partes do Estado e do país.

2.2.6. Temas:

Ao analisar os temas dos Congressos, percebo que o do I evento, **“Rumo ao Século XXI”** foi muito bem escolhido, uma vez que 1990, marcava o início da última década do século. No campo educacional, sempre foi grande a preocupação com a formação de educadores no Estado



de São Paulo, que ainda se fazia (ou se faz), em muitas instituições (públicas e privadas, de Ensino Médio e Superior), na perspectiva dos paradigmas da Idade Média, isto é, sem atender às reais necessidades da sociedade, das transformações ocorridas e do novo século que se aproximava. O crescente e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico constituiu-se em um especial desafio para as escolas, cujo ritual pedagógico ainda estava organizado segundo propostas do “Ratio Studiorum”.

A escola precisava (e precisa) se contemporaneizar, sob o risco de falência institucional diante das expectativas que dela tem a sociedade. Nos tempos atuais da cibercultura e da comunicação global via satélite, são exigidas novas habilidades do profissional do magistério, comprometido com o ensino e a aprendizagem.

Comprovando a pertinência do tema “Rumo ao Século XXI”, na primeira mesa redonda do Congresso, o Professor Joel Martins descreveu as pesquisas realizadas por ele e concluiu que as crianças aprendem de maneira diferente nesse final de século. O desenvolvimento da aprendizagem infantil está profundamente impactado pelo avanço científico-tecnológico. A mudança é paradigmática. Se os educadores não se derem conta, não estarão aptos a ensinar tais crianças.

A idealizadora do Congresso, no discurso de abertura alertou para a necessidade emergencial de mudanças no perfil dos professores que queiram habilitar-se ao “admirável mundo novo”. E usou a

frase bem humorada de Millor Fernandes, para ser eloqüente: “Afimal, dentro de pouco tempo, todos seremos seres do século passado!”.

Internamente, o país vivia época conturbada, o primeiro presidente eleito por voto direto após mais de 20 anos de regime ditatorial estava sofrendo processo de impedimento. A democracia que se queria construir estava sendo duramente testada pela sociedade brasileira. A tarefa de se pensar a democratização interna da escola tornava-se muito mais complexa, nesse contexto desafiador, e estava muito distante do que se ensinava nos cursos de formação, que não preparavam o educador para formar o cidadão do século XXI.

No II CEPFE, **“Por um projeto educacional em favor da cidadania”**, o objetivo principal era consolidar o Congresso como uma instância de referência para as decisões políticas de formação do profissional da educação no Estado de São Paulo. As metas eram mais ousadas, preocupavam-se em propor alternativas que possibilitassem a melhoria de qualidade da escola pública; em sugerir um projeto de educação para o Estado de São Paulo, levando-se em conta o papel que os professores desempenham na formação do cidadão; em discutir a formação básica e continuada do educador e, em estabelecer a troca de idéias e experiências entre os vários participantes.

A comissão organizadora sensível às necessidades de mudanças nos cursos de formação de educadores e à sua formação continuada, retomou as discussões iniciadas no I Congresso com uma



abordagem social da questão: o compromisso do educador com seu tempo e espaço. A preocupação com a formação do cidadão demonstra a contemporaneidade do Congresso e aponta um “projeto educacional em favor da cidadania” como um dos caminhos para a melhoria do ensino.

Para o III CEPFE, **“Tempo da escola... Tempo da sociedade”**, o objetivo fundamental era repensar a relação escola-sociedade a partir da reflexão sobre pesquisas e práticas educacionais. A preocupação da Comissão Organizadora foi:

- propor alternativas que possibilitassem a melhoria da qualidade da escola pública;
- sugerir um projeto de educação para o Estado de São Paulo, levando-se em conta o papel que os professores desempenham na formação do cidadão;
- discutir a formação básica e continuada do educador;
- estabelecer troca de idéias e experiências entre os vários participantes.

As discussões, realizadas durante os dois primeiros congressos, demonstraram o descompasso existente entre o tempo da escola e o tempo da sociedade no contexto brasileiro e, por isso, propôs-se para o III CEPFE relacionar esses “tempos”. Numa sociedade de final de século, marcada pela globalização, não cabe mais uma escola de início do século, que ignora ou finge ignorar os avanços tecnológicos e teima em usar metodologias arcaicas baseadas apenas no quadro negro e no discurso autoritário.

Mais do que a tecnologia, é preciso refletir sobre o cidadão que esta escola de discurso autoritário está formando. É preciso entender os novos tempos, as novas relações sociais e culturais, é preciso sensibilidade para com os outros. Nas palavras de Marcuse e Habermas, “(...) Sabe, já sei de onde se originam nossos juízos de valor mais básicos: na compaixão, em nosso sentimento pelo sofrimento dos demais” (Apud Guiraldelli Jr, 1996, p.8)

A escola de agora, na perspectiva de um novo século, não pode dar as costas à construção da cidadania e ao desenvolvimento da tecnologia. É preciso, entretanto, lutar contra o tecnicismo e a desumanidade impostas pela nova cultura. É preciso refletir para que as drásticas mudanças impostas pela sociedade desse final de século não nos façam perder de vista o outro. Temos que ser integrantes do EU coletivo e da consciência única.

A escolha do tema demonstra explicitamente uma continuidade das discussões. A preocupação com a formação do educador para o novo século, da construção do cidadão, se completa com a articulação entre escola e sociedade. As discussões encaminhadas mostram claramente a necessidade premente das parcerias.

No IV CEPFE, **“Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**, a preocupação maior da comissão organizadora era centrar o foco das discussões sobre a formação do educador ocorrer no Ensino Superior. Posição defendida por grande parte dos educadores presentes, a questão não deixou de gerar certa polêmica

mas, na minha opinião, mostrou uma preocupação efetiva da Universidade em assumir com maior amplitude a formação do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental, cobrando do Estado a parceria nessa formação.

Já no Congresso anterior, no GT. de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, a discussão centrou-se justamente nesta questão, a competência da Universidade em formar o educador. A preocupação dos representantes do nível superior com a questão pode ser olhada por dois ângulos:

- 1) o desprestígio pelo qual vinham passando as licenciaturas e os cursos de magistério de nível Médio. Desprestígio, perante a sociedade e dos próprios Ensino Médio e Superior. A proliferação dos cursos de magistério em nível Médio e das faculdades de “Filosofia, Ciências e Letras”, (cursos noturno, supletivos ou vagos, sem estrutura alguma), criou um verdadeiro mercado, uma linha de montagem sem o devido controle de qualidade. Havia necessidade urgente de valorizar-se a profissão professor e reformular os cursos de formação.
- 2) O posicionamento dos educadores e pesquisadores das Universidades gerou muitos protestos no III CEPFE, e a discussão, não encerrada, passou muito mais a sensação de um corporativismo do que uma legítima preocupação com a formação do professor.

Creio que essa preocupação, provocou, nesse IV evento, uma quebra na continuidade dos temas até então abordados. Muito embora a

preocupação central fosse a formação do educador, a discussão girou muito mais em torno do locus de formação.

Nota-se a preocupação e o compromisso político que as coordenações dos eventos assumiram na tentativa de resgatar a qualidade do ensino. As idéias de formação continuada e de aproximação/parceria entre Escola Pública e Universidade saíram das discussões acadêmicas e começavam a consolidar-se.

2.2.7. Objetivos e metas:

O objetivo principal do I CEPFE foi analisar, multidisciplinarmente, a formação do educador, levantando estudos, problemas e temas emergentes no Estado de São Paulo, visando à definição de propostas articuladas para a virada do século. (Serbino e Almeida, 1992c, p.172).

Apesar das grandes dificuldades encontradas para sua realização, o evento teve enorme repercussão e conseguiu, como afirmam Serbino e Almeida (1992c), realizar seus propósitos de:

- reunir pessoas ligadas à formação do professor e especialistas em educação para discutir os rumos da educação brasileira e trabalhar, conjuntamente, garantindo a representatividade dos diferentes graus de ensino, das diversas áreas do conhecimento, do ensino público e privado e dos diferentes níveis de administração;

- possibilitar a divulgação, a discussão e a socialização dos estudos e experiências práticas de formação de educadores que vêm sendo realizados em escolas públicas e privadas;
- tornar os GTs o eixo do Congresso. Cada GT teve um coordenador, especialista de renome na área, que redigiu um **texto gerador** para ser analisado por todos os participantes de cada GT e um relator. A meta de cada grupo foi a elaboração de propostas concretas e inovadoras, que pudessem subsidiar decisões políticas sobre a formação de educadores.

As metas do II CEPFE foram, além de consolidar a categoria profissional dos educadores, “Consolidar o Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores - CEPFE - como uma instância de referência para as decisões políticas de formação do profissional da educação no estado de São Paulo” (Projeto do II CEPFE. s/d., p. 4)

E os objetivos principais, segundo Serbino (1992b) :

“1- Analisar com dados de pesquisa e de experiência a formação e a prática atual dos professores em todos os níveis de ensino; 2- Propor alternativas que possibilitem promover a qualidade da escola pública democrática, considerando o papel e a força dos professores na construção da cidadania; 3- sugerir indicadores que viabilizem um projeto de educação para o Estado de São Paulo contemplando a formação do cidadão. (p.2)

O objetivo central do III CEPFE foi, além do aprofundamento das questões de seus temas, “ (...)repensar a relação escola-sociedade a partir da reflexão sobre pesquisas e práticas educacionais” (Relatório Científico do III CEPFE, 1994, p.3).

Seus objetivos específicos foram:

- “- Discutir sobre a formação básica e continuada do educador, nos e para os diferentes níveis de ensino;
- Promover intercâmbio de idéias e experiências entre professores / pesquisadores de áreas ligadas à educação;
- Apresentar propostas com vistas a influir na política educacional de formação de educadores no Estado de São Paulo”. (Relatório Científico do III CEPFE., 1994, p.3)

Com relação ao IV CEPFE, segundo Silva Jr, a meta prioritária foi: “Consolidar-se como instância de referência para as decisões teórico-políticas sobre a formação dos profissionais de educação no Estado de São Paulo, apoiando dessa forma, o desenvolvimento profissional da categoria...” (Silva Jr., 1996, p.8) tendo como objetivo fundamental avaliar a responsabilidade e posição do governo perante a situação educacional, e também avaliar como as universidades vem formando e orientando a ação dos educadores.

Voltando aos objetivos propostos para os eventos e às premissas que justificaram a realização do I CEPFE percebo o quanto a comissão organizadora foi sensível aos problemas afetos à educação no Estado.

O propósito de reunir professores e especialistas em educação de diferentes níveis do ensino público e privado e juntos discutir, socializar estudos e experiências práticas, bem como repensar os rumos da educação brasileira (objetivo presente em todos os Congressos) foi sem dúvida alguma a sua grande força.

Faço essa colocação pois, como professora da Rede Pública, sempre questioneei o papel da Universidade perante nossa realidade. Na maior parte desses mais de 20 anos de magistério, sempre a senti distante dos problemas ocorridos na sala de aula. A mensagem que me passava era de total distanciamento e irresponsabilidade perante o cotidiano do professor. Hoje, percebo que o distanciamento não foi unilateral; na verdade, nossa formação impossibilitava-nos uma aproximação maior com a Universidade e, talvez, esse distanciamento, fizesse parte, em outras épocas, da própria política educacional do Estado.

Ao analisarmos o quadro I (página seguinte), demonstrativo dos principais objetivos de cada Congresso, notamos que muitos deles repetiram-se em suas quatro edições. Percebe-se que tal repetição, antes de ser simples redundância, foi estratégia, extremamente

importante, para consolidar a posição do Congresso como instância de referência teórico-políticas sobre a formação dos educadores no nosso Estado.

QUADRO I – DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS DOS CONGRESSOS

OBJETIVOS	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
- Reunir educadores de diferentes graus de ensino para discutir problemas da formação de educadores e da educação.	x	x	x	x
- Conhecer, divulgar, discutir e socializar estudos e experiências práticas na formação do educador, nas escolas públicas e privadas.	x	x	x	x
- Analisar dados de pesquisa e experiências, em todos os níveis, avaliando estudos na área para aprofundamento de alternativas e novas perspectivas no século XXI	x	x	x	x
- Propor alternativas que possibilitem promover a qualidade da Escola Pública	x	x	x	x
- Apresentar propostas com vistas a influir na política educacional de formação de educadores no Estado de São Paulo.	x	x	x	x
- Atuar diretamente sobre os cursos que formam os profissionais de ensino, buscando resultados imediatos e aperfeiçoamento da formação do educador.	x			
- Avaliar a posição do governo perante a situação educacional				x
- Avaliar como as universidades vem formando e orientando a ação dos educadores				x
- Analisar as questões da formação básica e continuada do educador, nos e para os diferentes níveis de ensino.				x

2.2.8. Homenagens:

O I CEPFE homenageou o Prof. Dr. Joel Martins, professor emérito da PUC de São Paulo, proclamando-o Professor Emérito do Estado de São Paulo.

No II CEPFE, prestou-se homenagem à Prof^ª Dr^ª Amélia Americano Domingues de Castro da UNICAMP, proclamada Professora Emérita do Estado de São Paulo.

No III Congresso foi prestada uma homenagem ao Prof. Dr. Paulo Freire, professor da PUC/SP e educador de renome mundial, proclamado Professor Emérito do Estado de São Paulo.

Na solenidade oficial de abertura do IV CEPFE, a Reitoria da UNESP, prestou homenagem a Prof^ª. Dr.^a Raquel Volpato Serbino da UNESP, na época, Coordenadora do Ensino do Interior da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, por seu trabalho de idealização e coordenação do CEPFE em suas três edições anteriores.

Ao Prof. Dr. Demerval Saviani, foi entregue pelo representante do Ministério da Educação e do Desporto, a Medalha do Mérito Educativo pelo conjunto de sua obra acadêmico-científica e por seu trabalho institucional.



2.2. 9. Conferências:

Para iniciar o I CEPFE, a comissão organizadora programou um debate com especialistas de instituições as mais diversas¹⁰ com o tema: Paradigmas alternativos do desenvolvimento mundial. A escolha do tema do debate (muito pertinente ao tema do Congresso, “Rumo ao Século XXI”) e a presença de instituições, engajadas na questão do desenvolvimento educacional, demonstraram a preocupação da comissão em levar ao público participante uma discussão rica e produtiva.

Os trabalhos do II CEPFE foram iniciados com a conferência “O que é ser professor?” pelo Prof. Mário Sérgio Cortella, Secretário da Educação do Município de São Paulo. Destacou-se em sua fala as dificuldades que envolvem o educador e a sua prática profissional. Dessa conferência surgiram reflexões importantes que acabaram por subsidiar as discussões posteriores.

O III Congresso foi aberto por uma conferência proferida pelo Prof. Dr. António Nóvoa da Universidade de Lisboa, pesquisador de renome internacional na área de formação de professores, com trabalhos realizados na Europa e Estados Unidos. O tema de sua conferência, “Relação Escola e Sociedade” abordou a formação de educadores. Em sua fala destaca-se a importância de uma nova relação entre escola e sociedade

¹⁰ SBPC, UNESP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, UNICAMP



na busca de uma democratização por completo: a formação dos seus professores, o seu sucesso e não apenas o acesso a ela.

A conferência de abertura do IV CEPFE, com o título de “Formação do Educador: dever do Estado tarefa da Universidade”, foi proferida pelo Prof. Dr. Ildeu Moreira Coelho da Universidade Federal de Goiás. O conferencista resgatou a história das origens da instituição escolar e da profissão professor, salientando os movimentos, ocorridos a partir dos anos 80, em favor da reformulação dos cursos de formação de educadores.

2.2.10. Mesas redondas

No I CEPFE, as mesas redondas e debates centraram-se na situação sócio-econômica do país e sua interferência em todos os setores da sociedade. “Foram marcantes as colocações acerca do reducionismo, da fragmentação do conhecimento, dos enfoques quantidade x qualidade, da necessidade de questionamento ético, de tendências para a multidisciplinaridade” (Serbino e Almeida, 1992c, p. 175).

Com relação especificamente a formação do educador, tais debates ressaltaram, entre outras alternativas, a necessidade de:

“(...) se submeterem os Cursos de

Formação de Educadores e Especialistas a uma revisão, superando-se as reformas curriculares contínuas e simplistas, mudando-se o eixo para o lado das disciplinas específicas, promovendo-se pesquisa-ação em ensino, reforçando-se experiências inovadoras, e contextualizando-se a formação do educador” . (Serbino e Almeida, 1992c, p. 175).

Para o II CEPFE, foram 4 mesas redondas e debates dos quais participaram especialistas convidados. Os temas para discussão nas mesas foram:

- Estado, Educação e Formação da Cidadania;
- Política e Financiamento da Formação do Educador no Estado de São Paulo;
- Pesquisa em educação;
- Base Comum Nacional na Formação do Profissional da Educação.

A escolha de tais temas mostrou-se bastante adequada ao momento e aos objetivos do Congresso. Afinal, a formação de um educador, comprometido com a construção da cidadania, só é possível quando existe uma política de financiamento educacional que deve ser da responsabilidade do Estado.

Com relação ao tema Pesquisa em Educação, a discussão girou em torno dos diferentes paradigmas que fundamentam as pesquisas na área e norteiam os cursos de formação de educadores.

A importância de uma base comum nacional para a formação do educador foi outro tema muito debatido pelos especialistas que vinham acompanhando os trâmites da nova LDB (Lei nº 9394/96) possibilitando aos congressistas propostas na Lei.

O painel “A formação do Educador na América Latina” demonstrou que existe uma certa identidade no Continente com relação à problemática educacional. A partir desta constatação, percebeu-se a necessidade de se intensificar a troca de experiências entre os educadores latino americanos.

A programação do III CEPFE contou com três mesas redondas cujos temas foram: Política e Formação de Educadores, Educação Urgente: para quê? Formação Básica e Formação Continuada de Educadores. Na primeira mesa, foram apresentadas as diretrizes e políticas do Banco Mundial para a formação de professores na América Latina especialmente; a política de formação do educador a ser implantada pelo MEC; a necessidade de reformulação das Licenciaturas para a melhoria da formação do educador; a política de Formação Continuada para o Estado de São Paulo. A segunda mesa - redonda contou com a participação do Prof. Paulo Freire, representantes da USP, UNESP, FIESP e teve por objetivo

propiciar o debate entre representantes do empresariado e da escola pública. A terceira mesa foi integrada por educadores de Lisboa, México, França e Brasil e procurou mostrar a formação e situação dos professores nestes países.

No IV CEPFE, a primeira mesa-redonda teve como tema “ Poder público e formação de educadores no Brasil atual”. Os debates foram muito profícuos e eficientes, uma vez que os membros da mesa, além de seus reconhecidos méritos acadêmicos, ocupam cargos governamentais administrativos da mais alta expressão, na esfera federal, estadual e municipal.

A segunda mesa, com o tema “Formação e atuação profissional do educador, interdependência e interdeterminação” procurou comparar as visões educacionais desenvolvidas pela pesquisa acadêmica nacional e internacional com as perspectivas emergentes da prática profissional dos educadores em questão

A terceira mesa-redonda com seu tema “A formação do educador e os saberes que a determinam”, procurou analisar o significado e o poder relativo dos diferentes saberes que entram no processo de formação e atuação dos educadores.

O Quadro II, na página seguinte, demonstra os temas das mesas-redondas dos Congressos

QUADRO II – DEMONSTRATIVO DOS TEMAS DAS MESAS - REDONDAS

TEMAS	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
Ciências, Tecnologia, Sociedade e Educação	x			
A econ. e o redirecionamento da Sociedade do Séc. XXI	x			
Organização social e exercício do Poder	x			
Desafios para a formação do professor.	x			
Pós-Graduação em Educação e Ensino como recurso para a transformação	x			
Formação Continuada na Rede Pública	x		x	
Grupos de Formação na Rede Pública	x			
Educação Básica: 1º e 2º Graus de Ensino	x		x	
Ensino Superior e Formação do Professor	x			
Informatização e Tecnologia a serviço do professor	x			
A recuperação da qualidade do ensino público e a formação/ atualização do prof. no Est. de SP.	x			
Política e financiamento da formação do educador no Est.SP.		x	x	
Pesquisa e Educação		x		
Base comum nacional na formação do educador		x		
Educação urgente: para que?			x	
Formação básica e formação continuada			x	
Poder Público e formação de educadores no Brasil atual				x
Formação e atuação profissional do educador: interdependência e interdeterminação				x
A formação do educador e os saberes que a determinam				x

2.2.11. Comunicações Científicas:

As sessões de comunicação científica do I CEPFE, ocorreram sob a forma de vídeos e pôsteres. Foram 139 comunicações, das quais 12 sob a forma de vídeos e 127 sob a forma de pôsteres. Depois de analisadas e selecionadas, essas comunicações foram distribuídas em 5 áreas específicas: 28 para a área de Escola Normal; 51 para Licenciatura; 13 para Pedagogia e suas Habilitações; 12 para Pós-Graduação e Pesquisa e 35 para Formação Continuada.

Os trabalhos apresentados, na área de Escola Normal, concentraram seu interesse no professor alfabetizador, na elaboração de propostas curriculares nas áreas da Física, Química, Ciências, Educação Física, Matemática, Artes e para os currículos dos cursos de magistério do Ensino Médio, na prática pedagógica, na formação de professores e, na necessidade de se repensar o ensino de 1º grau devido aos altos índices de evasão e retenção.

As comunicações, na área de Licenciatura, priorizaram a formação do educador, levantando os problemas enfrentados na sala de aula pelo professor. Notou-se também, em todos os trabalhos, a grande preocupação com a melhoria da qualidade dos cursos (aperfeiçoamento qualitativo, integração das disciplinas pedagógicas, renovação dos conteúdos curriculares e de práticas de ensino).

Na área de Formação Continuada do Educador, os trabalhos voltaram-se mais para o profissional que atua no 1º grau. Em se discutindo o treinamento, a avaliação, os recursos, os comportamentos e os problemas dos professores, foi demonstrado a necessidade de uma formação contínua e sistemática para o seu aperfeiçoamento. Notou-se, também, que algumas comunicações analisaram o papel e as iniciativas das Universidades Públicas no processo de educação continuada.

Na área de Pedagogia e suas Habilitações, os trabalhos demonstraram preocupações que foram desde a preparação de professores para atuar nos cursos de pedagogia, passando pela administração escolar, educação especial, avaliação docente, até a questão problemática dos estágios e a caracterização dos alunos.

Nas comunicações da área de Pós- Graduação, sobressaíram-se pesquisas na área de matemática, não se pode, também, deixar de se citar os trabalhos relatados sobre as experiências em cursos de pós-graduação, em educação, e a importância “do intercâmbio de informações entre as instituições numa perspectiva multidisciplinar” (Relatório Científico do I CEPFE, s/d, p.14)

Os pôsteres foram uma forma inovadora de apresentação que, até então, não havia sido realizada em congressos, servindo os mesmos de modelo para outros. Sua apresentação aconteceu, durante todo o Congresso, permitindo uma melhor e mais abrangente divulgação dos trabalhos e, atraindo inúmeros interessados. Segundo relato de

Almeida¹¹, era comum ver grupos de congressistas reunidos, em pé, na frente dos pôsteres expostos, trocando experiências, debatendo.

O número de vídeos inscritos não foi muito grande, mas todos apresentaram excelente qualidade técnica, provocando grande interesse.

As sessões de comunicações científicas para o II CEPFE, num total de 144, foram apresentadas nas modalidades de vídeos, pôsteres e softwares.

A apresentação em forma de pôsteres, em número de 123, obteve o mesmo sucesso do Congresso anterior. As sessões de vídeos (13) mostraram resultados de trabalhos realizados em relação a formação do educador nos 3 níveis de ensino.

Na apresentação de sessões de softwares, o Congresso, mais uma vez inovou, pois foram apresentados 5 softwares educativos que abrangeram 3 modalidades de pesquisa: 1) ambientes para uso do professor em softwares educativos; 2) softwares de apoio ao trabalho do professor; 3) softwares educacionais.

As comunicações na área da Escola Normal, apresentaram temas bastante variados dos quais podemos destacar: fracasso escolar, dificuldades de aprendizagem e alfabetização, qualidade da escola

¹¹ Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida, docente da UNESP/Bauru, membro da comissão organizadora e entrevistada para a realização deste trabalho.



de 1º grau, necessidade de novas tecnologias de comunicação, métodos e estratégias de ensino. Muitas delas, preocuparam-se em enfatizar a ausência dos investimentos que são necessários a fim de garantir uma boa formação pedagógica aos futuros mestres.

Na área de Licenciatura, as pesquisas fixaram-se, principalmente no trabalho do professor universitário, no intercâmbio que estabelece com o ensino de 1º e 2º graus e como os licenciandos percebem os problemas educacionais.

As pesquisas de Pedagogia e suas Habilitações preocuparam-se em “ (...) investigar relações de ensino e currículo, práticas interdisciplinares na escola, aprendizagem, assessoria pedagógica “. (Relatório Científico do II CEPFE, s/d, p.16)

Os trabalhos de Pós-Graduação e Pesquisa foram bastante diversificados, abrangendo o papel do professor pesquisador e sua capacitação para a melhoria do ensino na Universidade.

Na área de Formação Continuada dos Profissionais do Ensino, as comunicações dividiram-se em duas áreas: ensino superior e Ensino Fundamental e Médio. Na primeira, foram apresentados trabalhos que desenvolvem propostas metodológicas para a educação continuada e o aperfeiçoamento de professores das Universidades. Na segunda, trabalharam-se questões teóricas e práticas dos diversos componentes

curriculares, visando ao aprimoramento da prática pedagógica em sala de aula.

As Comunicações Científicas do III CEPFE foram feitas oralmente, através de pôsteres, vídeos e em software. Foram inscritas 239 comunicações nas áreas de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Pedagogia, Formação de Professores de 1ª a 4ª Séries (Escola Normal e Pedagogia); Licenciaturas; Formação Continuada; Alfabetização; Mídia e Educação; Educação e Informática; Interdisciplinaridade; Pré-Escola e Educação Infantil; Gestão escolar/ Relações escola-comunidade; Ensino Fundamental e Médio (Relatório do III CEPFE, s/d)

No IV CEPFE, foram apresentadas 183 comunicações, dentro das seguintes áreas :

1) Formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do 1º Grau; 2) Licenciaturas; 3) Pedagogia; 4) Pós Graduação; 5) Formação Continuada; 6) Educação Infantil (0 a 6 anos); 7) Ensino de 1º Grau; 8) Ensino de 2º Grau; 9) Políticas públicas, gestão escolar e formação do educador; 10) Mídia, informática e formação do educador.

O Quadro III – Demonstrativo das Comunicações Científicas, na página seguinte, traz a relação das comunicações ocorridas nos quatro Congressos.

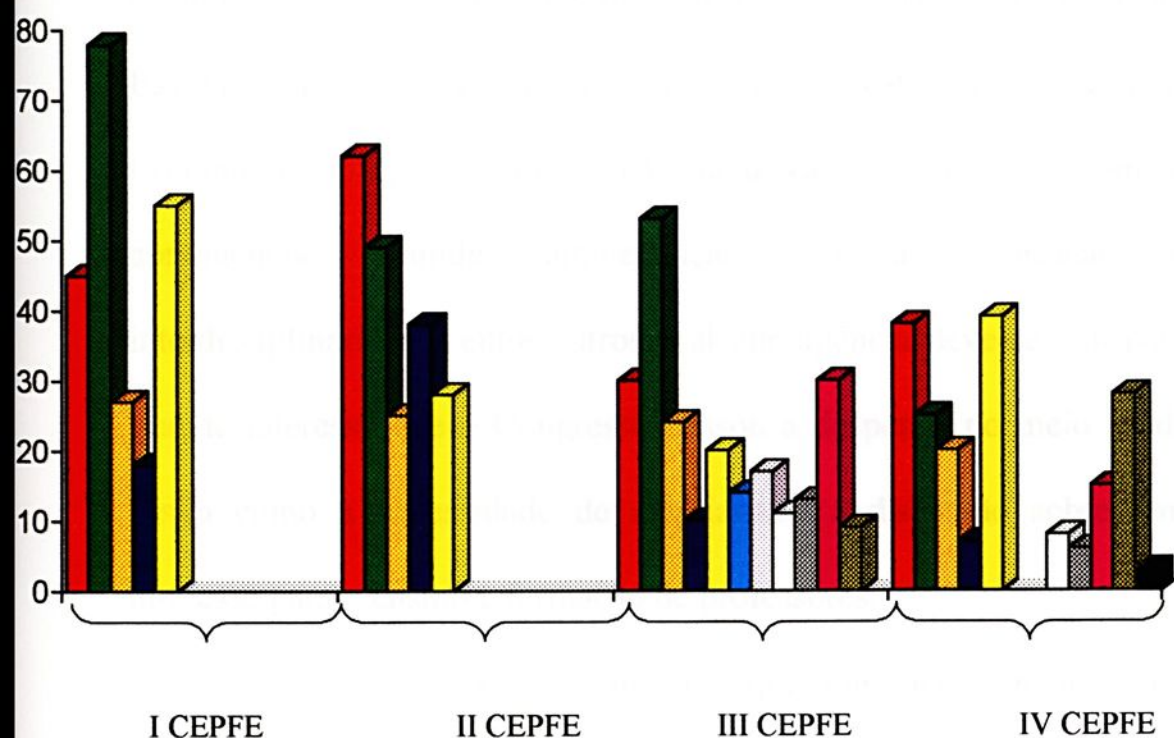
Quadro III – Demonstrativo dos Temas das Comunicações Científicas

	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
NÚMERO DE TRABALHOS	223	192	231	189
TEMAS				
Escola Normal/ Form. de prof. para séries iniciais Ens. Fund.	45	62	30	38
Licenciaturas	78	49	53	25
Pedagogia	27	25	24	20
Pós-Graduação	18	38	10	07
Formação/ Educação Continuada	55	28	20	39
Alfabetização	x	x	14	x
Mídia, informática, educação e formação do educador	x	x	17	x
Pré-Escola e Ed. Infantil	x	x	11	08
Gestão, relações escola/comun., polít. públ., form. do educador	x	x	13	06
Ensino de 1º e 2º graus	x	x	30	15
Interdisciplinaridade	x	x	09	28
Institucionais	x	x	x	03
QUALIDADE DOS TRABALHOS				
Oral	113	144	176	189
Pôsteres	098	032	034	*
Vídeos	012	007	020	*
Softwares	x	009	001	*

* Não especificados no Relatório Científico do IV CEPFE

GRÁFICO I

**Temas das Comunicações Científicas do
Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**



- Escola Normal / Formação de Professores para séries iniciais do Ensino Fundamental
- Licenciaturas
- Pedagogia
- Pós-graduação
- Formação / Educação Continuada
- Alfabetização
- Mídia, Informática, Educação e Formação de Educadores
- Pré-escola e Educação Infantil
- Gestão, relação escola/comunidade, políticas públicas, formação do educador
- Ensino de 1º. e 2º. Graus
- Interdisciplinaridade
- Institucional

Pela observação dos dados, nota-se que nos I e II eventos, as comunicações abrangeram os temas dos Grupos de Trabalho – Escola Normal, Licenciaturas, Pedagogia, Pós-Graduação e Formação Continuada, mas, a partir do III Congresso, os temas tornaram-se mais abrangentes – mídia, alfabetização, gestão, educação infantil, interdisciplinaridade, entre outros. Tal abrangência deve-se, em parte, ao grande interesse que o Congresso passou a despertar no meio acadêmico, assim como à necessidade de ampliar-se a discussão sobre temas de interesse para o ensino e formação de professores.

Percebe-se, também, que em sua primeira edição, o número de trabalhos inscritos para o tema Licenciaturas foi 35% do total, seguido de 24,5% para Formação Continuada, 20,5% Escola Normal, 12% Pedagogia e 8% Pós-Graduação. A superioridade numérica dos trabalhos das Licenciaturas parece muito lógica num Congresso em que se discute a formação dos educadores. Já o pequeno número de trabalhos na área de Pós-Graduação, parece privilegiar as questões relacionadas à formação do professor em nível de pós-graduação para atuar no Ensino Superior, em detrimento da formação de professores do Ensino Fundamental. Esse tema, sofreu maior queda de interesse no III e IV Congresso.

Os novos temas - alfabetização, mídia, informática, pré-escola, educação infantil, gestão, relação escola/comunidade, políticas públicas, formação de educadores, ensino de 1º e 2º Graus (Ensino Fundamental e Médio), interdisciplinaridade e comunicações institucionais - que surgiram a partir do III Congresso demonstram o crescimento de interesse dos educadores por áreas, até então, pouco exploradas, mas presentes efetivamente no cenário educacional deste final de século. Na sua terceira edição, 7,5% dos trabalhos apresentados tinham como tema a Mídia e a informática ligadas à educação e a formação do educador. O Ensino de 1º e 2º Graus (Fundamental e Médio), naquela edição, respondeu por 13% dos trabalhos, o que, sem dúvida alguma, é um grande passo, pois demonstra a preocupação dos professores que atuam no Ensino Superior em relação ao Ensino Fundamental e Médio do Estado, fato esse que, até então, não havia, sido demonstrado tão explicitamente em termos de Congresso.

A interdisciplinaridade é um outro tema que surge significativamente no IV Congresso, em 15% dos trabalhos. Tema atualíssimo nas discussões acadêmicas e na própria Rede Pública.

O quadro IV e o gráfico II, na página seguinte, demonstram a proveniência institucional dos educadores que fizeram as comunicações científicas

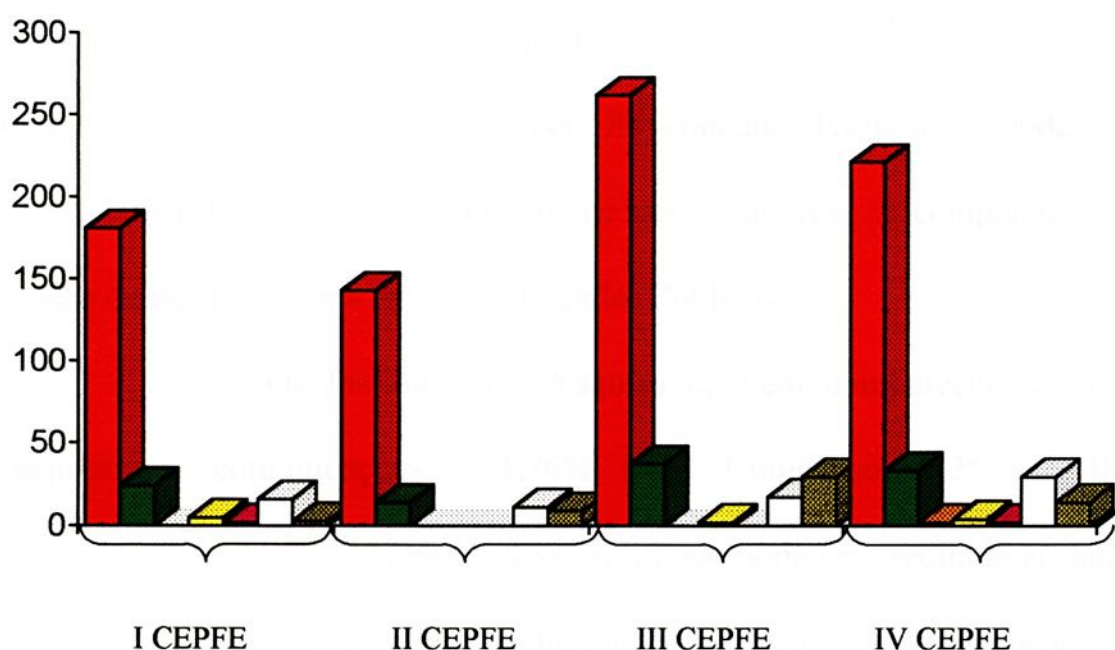
**QUADRO IV – DEMONSTRATIVO DA PROVENIÊNCIA INSTITUCIONAL –
COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS***

INSTITUIÇÃO	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
Universidades Públicas Estaduais e Federais	181	143	262	221
Universidades e Faculdades Particulares	024	014	037	033
Universidades Estrangeiras	x	x	x	001
Institutos de Pesquisa	004	x	001	003
Sindicatos e Associações de classes	001	x	x	001
Rede Pública	015	010	016	028
Órgãos governamentais e outras instituições	002	008	028	013
Total	227	175	344	300

* Muitas comunicações foram apresentadas por mais de um educador

GRÁFICO II

**Proveniência Institucional dos Participantes das Comunicações Científicas do
Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**



- Universidades Públicas
- Universidades e Faculdades Particulares
- Universidades Estrangeiras
- Institutos de Pesquisa
- Sindicatos Nacionais, Estrangeiros e Associações de Classe
- Rede Pública de Ensino
- Órgãos Governamentais e outras Instituições

Ao analisar o Quadro IV e o gráfico II notei que a participação das Universidade Públicas Estaduais e Federais é muito maior – 79,8% no I Congresso, 81,7% no II Congresso, 76,15% no III Congresso e, 73,65% no IV Congresso - que quaisquer outras instituições presentes. Isso explica-se facilmente pela tradição de pesquisa que existe nessas instituições.

Em relação às Universidades e Faculdades particulares, essa participação cai quase sete vezes – 10,60 % no I Congresso, 8% no II Congresso, 10,75% no III Congresso e 11% no IV Congresso. Mesmo assim, nota-se um ligeiro aumento no IV evento. Esse pequeno número de comunicações científicas realizadas por Universidades Particulares pode ser consequência de seu pequeno número de pesquisadores, se comparado ao número de pesquisadores das Universidades Públicas.

Os Institutos de Pesquisa também compareceram com pouquíssimas comunicações – 1,76% no I Congresso, 0,2% no III Congresso e 1% no IV Congresso. Esse resultado pode ser creditado ao fato desses centros de pesquisa não estarem voltados para pesquisa em educação.

O número de comunicações científicas dos sindicatos e associações de classe foi mínimo – 0,44% no I Congresso e IV Congresso. Tão pouca representatividade deve-se ao fato da atuação dos sindicatos dar-se fundamentalmente em outro campo – o da luta em defesa dos direitos e reivindicações de seus associados - que não o da pesquisa em educação.

A presença da Rede Pública (apesar de muito pequena em relação às Universidades Estaduais e Federais) chama a atenção – 6,60% no I Congresso, 5,70% no II Congresso, 4,65% no III Congresso e 9,35% no IV Congresso, pois não é prática comum, entre os professores da Rede Pública, a pesquisa e a elaboração de trabalhos científicos. Sabemos muito bem, que o professor da Rede, na sua imensa maioria possui uma carga horária semanal muito grande que lhe impede de desenvolver a pesquisa e outras atividades não tendo, assim, condições de apresentar um trabalho de acordo com as exigências científicas. Muitas vezes, realiza experiências muito boas em sala de aula, mas não sabe como descrevê-las cientificamente.

Percebo que essa minha colocação merece reflexão mais profunda, pois entendo que o Congresso é um espaço para a discussão científica e que não pode abrir mão disso.

A participação de outros órgãos governamentais e outras instituições como a FDE e MEC, dentre outros, também foi muito pequena, isto talvez em decorrência dos Congressos de Educação serem voltados para o Estado de São Paulo.



2.2.12. Seminários Temáticos:

A novidade, no III Congresso, ficou por conta dos Seminários Temáticos que tiveram por objetivo “(...) possibilitar aprofundamento de temas específicos e discussões sobre problemáticas fundamentais para a formação de educadores”. (Relatório Científico do III CEPFE, 1994, p.9) Esses seminários permitiram, não somente a troca de experiências e conhecimento entre os congressistas, mas também “(...) ensejaram reflexões, desdobramentos de propostas de futuros trabalhos e encaminhamentos de medidas práticas para a resolução de problemas imediatos”. (Relatório Científico do III CEPFE, 1994, p.9)

Para a realização dos seminários foram selecionados vários temas: 1) alternativas institucionais para formação de professores; 2) pós-graduação e formação de professores para o 3º grau; 3) currículos na formação de professores (escola normal, pedagogia, licenciaturas); 4) LDB e formação de educadores; 5) “pedagogia de qualidade”; 6) mídia e educação; 7) educadores de rua; 8) formação de professores à distância; 9) educação e informática; 10) alfabetização; 11) licenciaturas específicas (Ciências Humanas, Exatas e Biológicas); 12) características do professor de 1º grau; 13) Sindicato único para o magistério; 14) práticas interdisciplinares; 15) Plano Decenal de Educação.

Os seminários temáticos, presentes desde o III CEPFE, procuraram ampliar e detalhar os temas desenvolvidos nos GTs. No IV Congresso, para cada seminário houve dois especialistas responsáveis com visões diferentes sobre o problema proposto.



O sucesso dessa atividade em trabalhos temáticos aprofundados, no Congresso anterior, fez aumentar o número de seminários inscritos para o IV CEPFE. Foram dezoito selecionados, com os seguintes temas:

1) Municipalização do ensino: questões atuais; 2) O Magistério e o estatuto da criança e do adolescente; 3) Epistemologia e licenciaturas; 4) Formação de Professores à distância; 5) O ensino religioso na escola pública; 6) Filosofia na formação do educador; 7) Organização do trabalho na escola: formas convencionais e alternativas; 8) Articulação entre Universidade e ensino de 1º e 2º graus; 9) Educação, cultura e meio ambiente; 10) Formação do professor de educação especial; 11) Formação do professor para o ensino técnico; 12) Discriminação étnica e multiculturalismo; 13) Utilização pedagógica das redes eletrônicas; 14) Currículos e educação básica; 15) O significado da violência na escola; 16) Linguagens alternativas na formação do educador; 17) Os sindicatos como instâncias de formação do educador; 18) Avaliação do desempenho profissional do professor.

2.2.13. Mini cursos e Oficinas:

Essas atividades aconteceram durante os três dias do I Congresso. Tiveram a duração de dez horas e meia e abordaram temas

específicos, relacionados com a formação do educador e com a prática docente nos diversos componentes curriculares.

Foram 5 mini-cursos: 1) pesquisa qualitativa em educação: uma introdução aos seus fundamentos fenomenológicos e recursos metodológicos; 2) o currículo de filosofia: sua contribuição na formação do aluno de segundo grau; 3) geografia em canção: o som e a imagem no processo de construção; 4) alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática; 5) práticas experimentais no processo do ensino de ciências do 1º grau: relevância do trabalho experimental.

O limite de 30 vagas por curso impediu a participação de um número maior de congressistas, mas preferiu-se tal limitação para preservar a qualidade dos mesmos.

Os temas das oficinas de trabalho foram: 1) o vídeo na sala de aula; 2) pedagogia Freinet na pré-escola; 3) computação; 4) origami; 5) música e ecologia; 6) artes cênicas. Essas oficinas tiveram a participação de 123 congressistas e obtiveram excelente repercussão.

A introdução dos mini-cursos e das oficinas de trabalho foram uma grande novidade no Congresso. A possibilidade dos congressistas poderem discutir, refletir, atualizar-se e construir novos conhecimentos, dentro das áreas de interesse, foi (sem dúvida alguma) ponto relevante do evento.

O quadro V demonstra os temas dos minicursos e Oficinas do II Congresso e os temas dos Seminários do III e IV Congressos.

Quadro V – Temas dos Seminários, Mini – Cursos e Oficinas

TEMAS	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
MINI – CURSOS			
Pesquisa qualitativa em educação	x		
Currículo de filosofia	x		
Geografia em Canção	x		
Alfabetização de jovens e adultos	x		
Práticas experimentais no ensino de Ciências – 1º Grau.	x		
OFICINAS			
Vídeo na sala de aula	x		
Pedagogia Freinet na pré-escola	x		
Computação	x		
Música e Ecologia	x		
Artes Cênicas	x		
Origami	x		
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS			
Alternativas institucionais para formação de professores.		x	
Pós – Graduação e formaç. Prof. para o 3º Grau		x	
Currículos na formação de prof. e educaç. básica		x	x
A LDB e a formação de educadores		x	
Pedagogia de Qualidade		x	
Mídia, informática e educação		x	x
Educadores de rua		x	
Formação de professores à distância		x	x
Alfabetização		x	
Epistemologia e Licenciaturas específicas: Ciências Humanas, Exatas e Biologia		x	x
Características do Professor de 1º Grau		x	
Sindicato único para o magistério e como instância de formação de professores		x	x
Práticas interdisciplinares		x	
Plano Decenal de Educação		x	
Municipalização do Ensino			
O Magistério e o ECA			x
O ensino religioso na escola pública			x
Filosofia e formação de educadores			x
Organização do trabalho na escola			x
Articulação entre Universidade e ensino de 1º e 2º Graus.			x
Educação cultura e meio ambiente			x
Formaç. prof. de Ed. Espec. e Ensino Técnico			x
Discriminação étnica e multiculturalismo			x
O significado da violência na escola			x
Linguagem alternativas na formação do prof.			x
Avaliação do desempenho profissional do professor			x

2.2.14. Segmentos representados

Outra análise importante é a dos segmentos representados em cada evento. Um dos objetivos do Congresso era também congrega segmentos diversos, mas unidos no mesmo interesse social para discutir amplamente a formação de educadores no Estado de São Paulo, promovendo a articulação entre a Universidade e a Rede Pública.

O Quadro VI demonstra a participação desses segmentos em algumas atividades dos Congressos.

Quadro VI – Demonstrativo da Proveniência Institucional dos Especialistas Participantes debates, mesas redondas, grupos de trabalho, seminários, mini-cursos e oficinas.

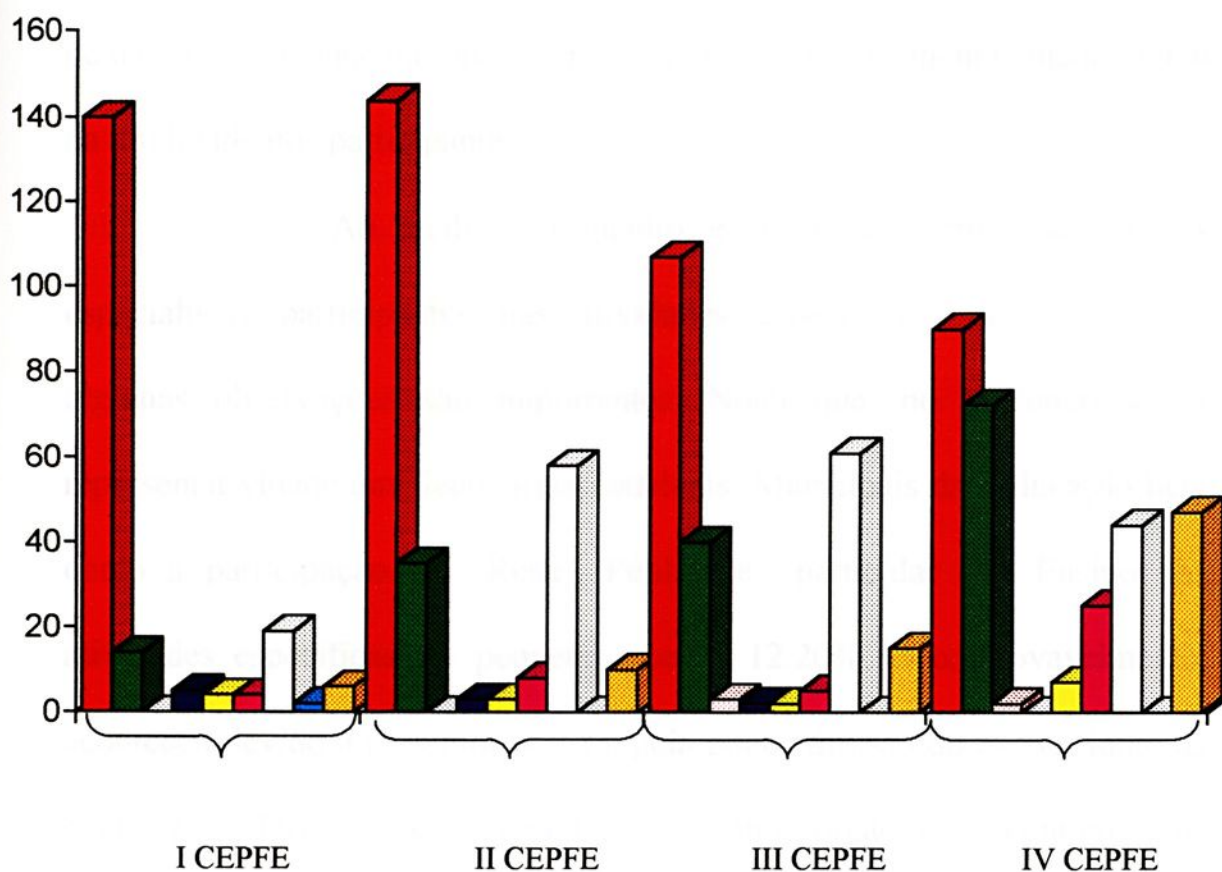
INSTITUIÇÕES	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
Universidades Públicas	140	144	107	090
Universidades e Fac. Particulares	014	035	040	072
Universidades estrangeiras	x	X	002	001
Institutos de Pesquisa	004	002	001	x
Secretarias Estaduais e Municipais	003	002	001	006
Sindicatos nac., estrangeiros e Assoc.de classes	003	007	004	025
Rede Pública	019	058	061	044
Rede Particular	001	x	x	X
Órgãos governamentais e outras Instituições **	005	009	015	047
TOTAL	189	251	219	245

* Debates e conferências; mesas-redondas; seminários temáticos; sessões de vídeos, pôsteres, softwares; painéis, minicursos; grupos de trabalho

** MEC/FDE; FIESP; FIEO; SMA; BID; CNTE

GRÁFICO III

Proveniência Institucional dos Especialistas Participantes nos debates, mesas redondas, grupos de trabalho, seminários temáticos, minicursos e oficinas do Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores



- Universidades Públicas
- Universidades e Faculdades Particulares
- Universidades Estrangeiras
- Institutos de Pesquisa
- Secretarias Estaduais e Municipais
- Sindicatos Nacionais, Estrangeiros e Associações de Classe
- Rede Pública de Ensino
- Rede Particular de Ensino
- Órgãos Governamentais e outras Instituições

É necessário esclarecer que o Quadro VI refere-se apenas a proveniência institucional dos participantes em algumas atividades dos Congressos: debates, mesas redondas, grupos de trabalho, seminários temáticos, minicursos e oficinas. Não tendo sido possível elaborar, por falta de dados suficientes, um quadro demonstrativo da proveniência institucional da totalidade dos participantes.

Ao analisar o quadro e o gráfico demonstrativo dos especialistas participantes nas atividades específicas dos Congressos, algumas observações são importantes. Notei que, no I Congresso, a representatividade das Secretarias Estaduais, Municipais da Educação bem como a participação da Rede Pública e particular de Ensino nas atividades específicas foi pequena, apenas 12,20%. Isso, provavelmente, aconteceu devido a dois motivos: ou pela pouca difusão do evento junto às Secretarias, Divisões e Diretorias de Ensino, órgão com contato mais próximo aos professores da Rede; ou pela não divulgação do Congresso por parte das DREs (Divisão Regional de Ensinos, extintas em 1995) e DEs. Observa-se também a pouca participação dos sindicatos e entidades de classes e de alunos da Rede Pública (HEM e CEFAM), da graduação e pós-graduação.

Percebe-se, entretanto, que do I para o II Congresso houve um aumento bastante significativo, tanto no número geral de participantes, em 145,93%, com participação mais intensa das



Universidades particulares, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e também do pessoal da Rede Pública e privada, 21,51%. Só a participação da Rede Pública aumentou três vezes mais. Isso demonstra a repercussão do I CEPFE e o cuidado da organização do evento em trazer a participação dos representantes das secretarias e das redes de ensino.

Do II para o III Congresso, percebe-se um ligeiro aumento da participação dos educadores das Universidades particulares, Rede Pública e outros órgãos governamentais e Instituições. Nota-se, assim, que o evento atrai não somente o professor da universidade e da rede pública, mas também outros profissionais interessados na melhoria do ensino. Entretanto, o envolvimento significativo dos sindicatos, ocorrido do I ao II Congresso, 133%, sofreu uma queda de 57% no III Congresso. Isso pode relacionar-se ao fato de nessa época, os sindicatos estarem empenhados na luta pela defesa da categoria, buscando melhorias salariais e de trabalho.

No IV CEPFE, a presença da Universidade Pública é bem menor, 36,8%. Observa-se, entretanto, um acréscimo grande na participação dos sindicatos – 10,24% contra 1,74% no I CEPFE – em decorrência de uma política de valorização do magistério empreendida pelo Governo Covas, que possibilitou sensível aumento salarial para a categoria, além de melhorar as condições do trabalho docente. Em relação a menor participação das Universidades públicas, supõe-se que seus educadores entenderam esgotadas as possibilidades do Congresso, havendo, talvez, necessidade de traçarem-se novas perspectivas.

2.2.15. Platéia participante e procedência regional dos congressistas

Embora não dispondo da totalidade dos dados, uma outra análise que pode ser feita é relacionada à participação da platéia por nível de escolaridade. Pela leitura dos Relatórios Científicos, percebe-se, nos quatro Congressos, um número maior dos educadores das Universidades (41,92% no I CEPFE e 60% no IV CEPFE) em relação aos professores da Rede Pública (14,98% no I CEPFE e 40% no IV CEPFE). Nota-se, entretanto, o crescimento da participação de professores da Rede, quase cinco vezes mais, no IV evento, em relação ao primeiro.

A pouca participação dos professores da Rede Pública, em Congressos, pode ser analisada por dois aspectos: o primeiro deles, relaciona-se ao fato de que o professor do Ensino Público possui uma carga horária semanal considerável (30 aulas) o que dificulta-lhe outras atividades. Assim, devido à sobrecarga de aulas semanais, às vezes, em várias escolas, não dispõe de tempo e condições para pesquisa, estudo, por isso, um evento como esse, não motiva seu interesse; outro, é que mesmo para os interessados, há problemas incontornáveis que os impedem de participar de um congresso: falta de incentivo por parte das autoridades, a não dispensa de ponto, despesas de inscrição, estadia e locomoção. Cabe, no entanto, salientar que, embora pequeno, o crescimento da participação docente da Rede Pública, no decorrer das quatro edições dos Congressos de

Águas de São Pedro, demonstrou a articulação desses professores com a Universidade, ainda que de modo gradativo.

Sobre a procedência regional dos participantes, a leitura dos Relatórios Científicos mostrou-me que (apesar de ser um Congresso de específico de educadores paulistas, com presença maciça de seus representantes) houve, no decorrer das suas quatro edições aumento significativo da participação de outros estados: 3 vezes maior, demonstrando o seu grande alcance.

2.2.16. Considerações sobre os Congressos

Não tive a possibilidade de participar das três primeiras edições do Congresso de Águas de São Pedro. Na verdade, naquela época, o distanciamento entre a Universidade e a Escola Pública era grande e a Delegacia de Ensino não divulgava qualquer evento, extra Secretaria da Educação, para suas escolas. Sem nenhum vínculo com instituições de nível superior, que não fosse a Faculdade de Filosofia de nossa cidade, o que se passava “além muros” era totalmente ignorado. Finalmente em 1996 pude não só participar do IV CEPFE, como também integrar o GT “Formação de Professores para as séries iniciais do ensino fundamental”. Participação, essa, de fundamental importância para minha integração com

os temas em debate, como também para estreitar conhecimento sobre um movimento tão engajado com a formação do educador.

A importância do “Congresso de Águas de São Pedro” rompeu não somente as fronteiras do Estado de São Paulo e do país. Em 1993, Serbino e Almeida apresentaram, no Congresso Internacional de Formação de Professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas, um trabalho sobre o Congresso e, em 1995, Almeida também apresentou comunicação a respeito no 1º Congresso de Formação e Cooperação entre Países Lusófonos

A UNESP, principal entidade promotora do Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, ciente da grande contribuição que suas discussões trazem à questão da formação do educador não só do Estado de São Paulo, mas do país, tem publicado¹² os textos utilizados nos eventos. A importância dessas publicações podem ser traduzidas pelas palavras de Ribeiro e Barbosa (1996)

“(...) esta coletânea de textos pretende-se um motor de reflexões, onde possam germinar novas idéias e posturas que desemboquem em projetos verdadeiramente significativos e necessários a uma nova formação de professores: aquela que possa atender às necessidades da humanidade do novo

¹² Para o IV CEPFE foi editado um CD ROM excelente.



milênio. Posturas inovadoras que leguem aos futuros educadores possibilidade de crescerem não só profissionalmente, mas também e sobretudo enquanto seres humanos, conscientes da responsabilidade criativa que carregam em si ao facilitarem os processos formativos daqueles que lhes são confiados”. (p.16)



CAPÍTULO III

GRUPOS DE TRABALHO: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

Os Grupos de Trabalho foram o grande eixo dos Congressos. Presentes desde o primeiro evento, reuniram educadores de áreas específicas, coordenados por professores pesquisadores das Universidades, que produziram textos especialmente para serem discutidos pelos educadores.

A idéia de se criar um espaço próprio, para reflexão, discussão e apresentação de propostas específicas em cada área, era antiga. A coordenação do I CEPFE, sempre muito ativa e participante nos movimentos pela melhoria do ensino e da formação de professores, há muito vinha questionando-se sobre a validade efetiva dos Congressos de Educação da forma como vinham sendo realizados.

A criação dos **Grupos de Trabalho** surgiu da constatação feita por aquele grupo coordenador do primeiro evento, da necessidade de um espaço próprio, onde educadores, especialistas e pesquisadores, pudessem não só discutir, refletir e trocar experiências em suas áreas específicas, mas também buscar novos caminhos e quem sabe criar e sugerir formas alternativas de ensino e de uma política educacional para o Estado de São Paulo.

Se reunir educadores e pesquisadores, dos vários níveis de ensino público e privado já demonstrava a preocupação dos coordenadores em, efetivamente, fazer do “Congresso de Águas de São Pedro” um momento de especial reflexão e tomada de posição quanto aos

rumos da educação no Estado de São Paulo, a criação de grupos de trabalho concretizava os seus ideais e abria um espaço único para os educadores.

Os cinco Grupos de Trabalho¹³ criados para o I CEPFE foram formados de acordo com “(...) cada modalidade existente nas instituições paulistas de formação de educadores: - Escola Normal; Licenciaturas; Pedagogia e suas Habilitações; Pós Graduação em Educação; Formação Continuada dos Profissionais da Educação” (Projeto do I CEPFE, s/d., p.7) e mantiveram-se, nos demais congressos, com as características originais, havendo apenas modificações na nomenclatura usada¹⁴ e, o acréscimo do GT de Educação Especial no IV CEPFE.

A inovação dessa nova maneira de trabalhar, assim como as atividades desenvolvidas, fez dos GTs uma experiência que deu certo e repetiu-se, na sua essência, nos demais Congressos.

Cada integrante de GT. recebeu, com antecedência o texto gerador, para poder discuti-lo, com profundidade, durante os Congressos. Os textos geradores subsidiaram as discussões de todos os GTs. Das discussões foram tiradas conclusões, propostos destaques e apresentadas moções que foram encaminhadas às Sessões Plenárias realizadas antes do encerramento dos eventos. As propostas aprovadas foram, posteriormente, publicadas nos documentos finais, elaborados após cada Congresso, e distribuídas aos congressistas, autoridades,

¹³ Ver nos anexos os coordenadores e textos geradores de todos os GTs nos quatro congressos aqui estudados.

¹⁴ GT “Escola Normal” tornou-se “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental



instituições educacionais do Estado de São Paulo e principais bibliotecas do país.

Considero a importância dos GTs fundamental, seja como espaço de discussão, reflexão, difusão de conhecimento e troca de experiências, seja como tentativa de apontar caminhos para novas políticas públicas que possam, realmente, melhorar a qualidade de ensino.

Como integrante do GT.1, Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, participante de seu Fórum, professora do CEFAM entre 1994 e 1997, e mais recentemente, Diretora de Escola, sinto-me mais capacitada para uma análise de seus textos geradores e dos trabalhos que esse Grupo vem realizando. Em relação aos outros GTs, faço uma síntese de seus trabalhos nos 4 Congressos, a fim de que se possa avaliar sua trajetória e evolução, perceber seu compromisso com a formação do educador e as mudanças pelas quais passou. Síntese essa que ressoa-se de uma análise mais profunda, uma vez que não disponho de todos os elementos essenciais para tal.

Para realizar essa etapa do trabalho, utilizei-me dos textos geradores do GT.1, dos relatórios de cada grupo e das entrevistas que fiz com alguns coordenadores.



3.1. GT. 1 Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

3.1.1. I CEPFE (1990): “Rumo ao Século XXI”

A Coordenação desse grupo, no I CEPFE, ficou a cargo da Profª Drª Leonor Maria Tanuri, da UNESP de Marília. No texto gerador¹⁵, para subsidiar as discussões do grupo, a Profª Tanuri discute a importância da ação docente no ensino dos conhecimentos básicos e no exercício da cidadania. Também alerta para a deterioração do ensino e da formação do professor através de uma retrospectiva histórica dos cursos de formação a partir dos anos 60. Para tanto retoma as tendências que marcaram a história da Educação brasileira ao longo dos último 30 anos, citando, entre outras :

- 1) a Reforma do Ensino Universitário, de 1968, desencadeando a diminuição da procura e da oferta do curso normal;
- 2) a descaracterização da Escola Normal provocada pela LDB 6.952/71, que transformou o curso normal em habilitação;
- 3) as tendências tecnicistas dos anos 70/80 que estabeleceram a fragmentação de disciplinas e o fracionamento do curso normal em algumas habilitações específicas;
- 4) o esvaziamento das habilitações em termos de conteúdo pedagógico consistente.

¹⁵ “Escola Normal: subsídios para discussão”

Aponta também a revitalização da HEM a partir de 83 e a aprovação da Deliberação CEE 30/87 e a criação do CEFAM em 88, medidas que permitiram alguns avanços significativos aos cursos de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as novas perspectivas aponto:

- 1) A organização do curso em um só bloco, visando à formação do professor para o ensino de Pré-Escola à 4ª série do Ensino Fundamental;
- 2) A elevação da carga horária dos cursos e o início da habilitação já, no primeiro ano, que possibilitou o resgate da especificidade da habilitação;
- 3) A recuperação da unidade de alguns componentes curriculares (antes fragmentados em função do aprofundamento e ampliação dos conteúdos de instrumentalização pedagógica);
- 4) A introdução, nos currículos, das disciplinas: Conteúdos e Metodologias de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Educação Física e Educação Artística;
- 5) O estabelecimento de instruções que permitiram tornar mais efetiva a Prática de Ensino e a inter-relação das disciplinas da Parte Comum com as da área de Didática e destas com as de Fundamentos da Educação;
- 6) A criação do CEFAM que permitiu aperfeiçoar o processo de formação de professores e oportunizou aos alunos trabalhadores, provenientes do Ensino Fundamental noturno, o ingresso num curso de formação de professores de boa qualidade.

A autora colocou, como pontos para reflexão do grupo, questões essenciais referentes à formação do professor e que, desde há muito, precisavam ser mais amplamente discutidas, não só pelo meio acadêmico universitário, mas também, e talvez, principalmente, pelos professores e pelos demais especialistas da Rede Pública e/ou privada de ensino (pessoal diretamente envolvido com a formação do PEB I). Tais questões eram:

- como está sendo feita a formação na HEM?
- quais os problemas que ainda persistem?
- como implementar novas propostas pedagógicas?
- que avaliação fazer do CEFAM?

Tanuri propôs, ainda, a discussão de algumas propostas bastante polêmicas da nova LDB, tais como:

- 1) a formação do professor para a educação básica realizada em nível superior, apontando para o perigo de desmobilizar-se uma rede de escolas de Ensino Médio já existentes, sem que o Estado tenha condições de garantir formação, em nível superior, a todos os interessados. A autora, baseia sua argumentação no fato de 87,6% dos cursos de Pedagogia existentes em 1985, pertencerem à rede particular de ensino. Essa proposta esteve presente nas discussões do GT.1 e das demais edições do “Congresso de Águas de São Pedro”; tornando-se, em muitos momentos, no meu entender, fator de desarticulação do Grupo pois, parece-me, desviou a discussão para um tema corporativista, tanto da

Universidade quanto da Rede Pública e privada, não dando tanto destaque à melhoria da formação do professor de ensino básico;

- 2) Formação de docentes para a educação especial;
- 3) A formação à distância, para contornar o problemas de falta de professores qualificados pode representar sério risco a melhoria do ensino pois, segundo Tanuri, a formação do professor deve priorizar atividades que exijam presentificação e efetiva participação do aluno. Além disso, o ensino a distância pode cair nas mãos dos empresários do ensino, exclusivamente interessados pela ótica do lucro;
- 4) Classificação de alunos, em séries subsequentes, sem a comprovação de frequência à série anterior, mediante avaliação feita, apenas pela Escola, pode ter, segundo a autora, sérias conseqüências. Tanuri sugere que, a esse respeito, aprendamos as lições que a História da Educação Brasileira tem nos dado;
- 5) Vincular as escolas normais municipais e particulares aos sistemas municipais é, segundo Tanuri, muito discutível, devido a precariedade dos mesmos. É preciso ter cuidado ao estabelecer as competências dos governos federal, estaduais e municipais em relação às Escolas Normais.

A real preocupação (com a situação dos cursos de formação de professores em nível do Ensino Médio), colocada no texto de Tanuri, demonstra sua articulação com o tema do GT e do próprio Congresso. A autora, muito lúcida, não se deixou levar pelas discussões

oportunistas e não desviou suas reflexões dos pontos importantes a serem abordados.

3.1.2. Propostas e Conclusões do GT. 1 no I CEPFE:

O Grupo, em suas conclusões, propôs a necessidade da definição de uma política educacional para a formação do PEB I e para a Educação Infantil, em nível de Ensino Médio, e em nível superior, garantindo que:

- 1) A formação se dê, predominantemente, na Rede Pública no Ensino Médio e Superior;
- 2) Escolas específicas para formar o PEB I e para crianças de 0 a 6 anos que aliem a formação pedagógica, política e filosófica à formação geral específica do Ensino Médio;
- 3) Os professores para lecionar, nesses cursos, devem ser selecionados através da sua experiência e de concurso e serem capacitados continuamente;
- 4) As escolas de formação devem ser organizadas em módulos administrativos e pedagógicos completos;
- 5) A Universidade e os órgãos públicos devem comprometer-se na preparação e aperfeiçoamento dos professores para Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil;

- 6) Os programas de recuperação da Escola Pública devem priorizar salários e condições de trabalho dos professores.

Percebe-se que as recomendações do Grupo são ainda, hoje, bastante atuais, e passados quase 9 anos, ainda continuam no papel em sua maioria.

3.1.3. II CEPFE (1992): “Por um Projeto Educacional em favor da Cidadania”

Para coordenar o GT. 1 do II CEPFE, foi convidado o Prof. Dr. Marcos Antônio Lorieri, professor da PUC de São Paulo e do CEFAM.

Lorieri inicia seu texto gerador¹⁶, retomando o texto do I Congresso, discutindo as colocações feitas por Tanuri e as conclusões a que o Grupo chegou. A partir daí, tenta avançar em novas análises e propostas, perguntando-se sobre o encaminhamento daquelas questões e sobre a situação dos cursos de formação na época (1992), passados dois anos após o primeiro evento.

O autor retoma os pontos principais das conclusões do GT em 1990, perguntando:

¹⁶ “Escola Normal”



- o que fizeram os educadores para subsidiar a formulação de uma política educacional e que mecanismos criaram para pressionar a sua adoção? O que deveria uma tal política contemplar?
- como se dá a formação do professor na Rede Pública do Est. de São Paulo? Em quais condições?
- se o Estado tem escolas específicas para a formação de professores ou os cursos existem junto a outros, sem coordenação pedagógica específica e/ou sem infra-estrutura condizente?
- os professores serão especialmente formados para dar formação pedagógica, política e filosófica, aliada à sólida formação geral específica do 2º Grau ou haverá aperfeiçoamento de professores, recrutados nos cursos de capacitação?
- melhoraram-se as condições de trabalho e salário dos professores?
- houve generalização dos “benefícios” do CEFAM à HEM?
- qual o destino do projeto CEFAM com a Reforma do Ensino Público no Est. de SP?

Para subsidiar a discussão dessas questões e saber se a Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo (1992) negava ou não algumas das conclusões do GT no I Congresso, Lorieri apresentou o texto da proposta relativa ao Ensino Médio e à HEM que constavam da nova Reforma.

Nota-se, no texto, a preocupação do autor em cobrar do Grupo e dos educadores, presentes ao Evento, o encaminhamento das

propostas que, realmente, subsidiassem políticas públicas educacionais, além de discutir-se as reais condições dos cursos de formação de professores no Estado de São Paulo, demonstrando sua articulação com o tema do GT e do Congresso.

3.1.4. Propostas e Conclusões do GT. 1 no II CEPFE

O GT desse Congresso chegou as mesmas conclusões e propostas do GT do Congresso anterior. Acrescentou, entretanto, que o trabalho pedagógico de formação de professores deve garantir:

- a) formação pedagógica, política e filosófica ao professor a fim de que ele conheça as diferentes tendências teórico-metodológicas, métodos de ensino e conteúdos das séries onde vai lecionar e mais sólida formação geral e específica do Ensino Médio
- b) domínio do processo de aprendizagem dos alunos e da realidade da Escola Pública;
- c) articulação entre práticas e teorias de todos os componentes curriculares através do Estágio Supervisionado

Para finalizar, recomendou a manutenção dos CEFAMs nos moldes atuais (1992); repudiou, por completo, a reorganização da HEM, contida no Programa de Reforma do Ensino do Estado de São Paulo, que estabelece cursos profissionalizantes em caráter opcional e de natureza complementar à Formação geral de 3 anos (tais cursos seriam realizados em

1 ou mais anos, podendo ser concomitantes à 3ª série da Formação Geral, ou em seqüência, após seu término). Outras propostas: a criação de um grupo permanente de trabalho, estudo, avaliação e reflexão composto por educadores dos níveis central, regional e local da Rede de Ensino, envolvidos com a HEM e CEFAM e, também, com educadores das Universidades; realização de pesquisas capazes de produzir conhecimentos e sentimentos que suportem uma tomada de decisão quanto às recomendações do Congresso.

Nesse II Congresso, o GT. 1 foi um pouco além do grupo do Evento anterior ao especificar o perfil do professor para trabalhar nas primeiras séries do Ensino Fundamental e ao propor a criação de um Fórum Permanente para discussão das questões da formação de professores. Esta sem sombra de dúvida foi uma proposta fundamental, que de certa forma coroa os trabalhos do Congresso e os seus objetivos.

3.1.5. III CEPFE (1994): “Tempo de Escola...tempo de sociedade”

Os coordenadores do GT. 1 nesse Congresso foram os professores Doutores da UFSCar, Ester Buffa e Paolo Nosella que analisam em seu texto gerador¹⁷ a idéia, bastante difundida, de revitalização da antiga Escola Normal. Para eles, esse saudosismo explica-se diante do atual quadro desalentador da educação nacional. Por isso, fazem um histórico

¹⁷ “Formação de Professores de 1ª a 4ª Séries: Escola Normal e Pedagogia”



evolutivo do curso, relatando a importância da Escola para a sociedade elitista da época (final do século passado e final dos anos 30 deste século) e o decréscimo de sua importância e rebaixamento da qualidade de ensino, com o avanço da industrialização, fazendo também uma retrospectiva histórica das Escolas Técnicas.

Os autores seguem seu relato, historicizando a evolução da Escola Normal, durante os governos populistas até chegar aos tempos atuais, onde a degradação dos cursos de formação de educadores é muito grande.

Buffa e Nosella repudiam a volta da antiga Escola Normal, instituição que para eles, não cabe dentro do Brasil atual.

Diante da dualidade escolar que se impôs ao ensino nacional - "(...) ensino propedêutico calcado na cultura humanista de um lado, e o ensino profissionalizante pautado na necessidade e na preocupação com o mundo do trabalho de outro". (p32) defendem a idéia de uma escola unitária abrangente, em sincronia com uma sociedade unitária, e não elitista e generalista, para o segundo grau; deixando a formação e profissionalização do professor a cargo do terceiro grau. Ressaltando-se que a melhoria da qualidade do ensino no terceiro grau "(...) depende da reversão dessa política (educacional conjuntural desastrosa e mesquinha) e do empenho dos educadores na revisão curricular dos cursos de pedagogia". (p.39).

Em seu texto, Buffa e Nosella assumem claramente um posicionamento cada vez mais crescente, no meio acadêmico, em defesa da

formação do PEB I ocorrer no nível superior. Coerentemente ao tema do Congresso, **“Tempo da escola...tempo da sociedade”**, os autores trouxeram à discussão o pensamento vigente na Universidade, mostrando o descompasso existente entre a formação moldada em uma sociedade elitista e excludente de início de século e a sociedade do final do milênio.

3.1.6. Propostas e Conclusões do GT no III CEPFE

O texto dos autores, provocou tanta polêmica no Grupo, que este resolveu discutir mais o perfil do professor e a necessidade de políticas de formação do PEB I que propiciem uma formação geral, específica, pedagógica, metodológica e continuada, necessárias para formar o profissional competente, do que a recomendação explícita no texto para que a formação do PEB I se desse em nível superior.

Assim, as propostas encaminhadas pelo GT foram coincidentes com as propostas dos GTs dos Congressos anteriores, devendo apenas se destacar a que especifica a formação do PEB I a fim de que a mesma se desse em nível superior, em curso específico, público e gratuito. Recomendou-se, também a implementação de mecanismos eficientes de controle de formação nas escolas particulares, visando a garantir sua qualidade.

Da mesma forma, o GT propôs a criação de um Fórum permanente para aprofundar os estudos discutidos. Isso demonstra que tal

recomendação, feita pelo Grupo no Congresso anterior, não havia se efetivado.

3.1.7. IV CEPFE (1996): Formação do professor: dever do Estado, tarefa da Universidade

O texto gerador, “Que professores formar para as séries iniciais do Ensino Fundamental?” desse Congresso, ficou a cargo dos professores doutores Marcos Antônio Lorieri (PUC/SP), Selma Garrido Pimenta (FE/USP) e Yoshie Ussame Ferrari Leite (UNESP/P.Prudente), ficando a coordenação dos trabalhos a cargos das duas professoras.

Os autores iniciam o texto fazendo uma síntese dos textos geradores dos Congressos anteriores e discutiram a formação do PEB I no Estado de SP, feita na HEM e no CEFAM.

Em oposição à racionalidade técnica, propõe-se a formação do professor reflexivo. Segundo eles, professor reflexivo é um intelectual em processo contínuo de formação. Os professores constróem seus saberes através da reflexão na e sobre a prática, isto é, confrontam seus saberes iniciais com suas experiências práticas num processo coletivo de troca de experiências e práticas.

Recorrem a Nóvoa (1995) que propõe a formação crítico-reflexiva através de 3 processos necessários à formação docente: desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional. Segundo o autor,

para formar-se o professor reflexivo não pode haver separação entre formação docente, condições de trabalho, salário, jornada, gestão, currículo etc., mas uma reformulação das políticas de formação e profissão docente.

Os autores apontam, ainda, a necessidade de um projeto docente emancipatório para a formação de um professor reflexivo e para tanto, é preciso assumir “(...) posições político-educacionais que apostem nos professores como autores na prática social” (p. 22). Dessa forma, colocam os seguintes questionamentos:

- 1) que professores precisamos num projeto educacional emancipatório? O funcionário executor técnico de políticas de ensino ou o reflexivo que constitui seus saberes num processo contínuo de reflexão-ação-reflexão-ação, num continuum de formação inicial e continuada?
- 2) Que componentes deveriam ser contemplados para solucionar os problemas da formação do PEB I e que elevasse efetivamente a formação científica e cultural dos mesmos? Quais condições reais seriam necessárias à formação do professor reflexivo?

Para completar, Leite aponta os principais problemas para a formação do professor reflexivo no Ensino Médio: professores de magistério dando aulas em mais de uma escola e curso; formado em faculdades particulares; alunos que utilizam o curso apenas como trampolim para o Ensino Superior; a própria opinião de alunos e professores sobre a formação em nível de Ensino Médio; a postura do professor de magistério

que aponta os alunos como sendo o grande problema para a formação de um professor reflexivo, mas nunca refletem sobre a própria formação.

Lorieri, Pimenta e Leite, procuraram, nesse texto, encaminhar a discussão à necessidade da formação do professor reflexivo, deixando claro que ela só é possível na Universidade. Dessa forma, direcionam as discussões do grupo para a polêmica instalada no Congresso anterior, assim como coadunam seu texto ao tema do Congresso.

3.1.8. Propostas e Conclusões do GT no IV CEPFE

O grupo, ciente de que o pensamento reflexivo só se constitui como tal se deliberadamente trabalhado e, deve ser pensado do ponto de vista do professor, propõe um perfil de professor reflexivo:

- 1) pense a prática educativa;
- 2) tenha visão interdisciplinar;
- 3) considere a si e ao aluno como sujeitos;
- 4) use a avaliação diagnóstica;
- 5) seja autônomo no trabalho com o conhecimento;
- 6) tenha visão da realidade como um todo;
- 7) registre e reflita sobre sua ação;
- 8) busque aproximação teoria-prática;
- 9) desenvolva processos coletivos de reflexão;

- 10) desenvolva pesquisa;
- 11) com sua ação, busque processo emancipatório do ser humano.

Muitas das condições que o grupo estabelece como necessárias à formação do professor com tal perfil, são idênticas àquelas estabelecidas desde o I Congresso, valendo registrar: a importância do acesso ao conhecimento teórico-prático vinculado ao estágio e pesquisa; a definição de estágio como eixo de problematização para o processo da formação e, a escola praticante da reflexão sistemática sobre experiências pedagógicas bem sucedidas.

O Grupo também concluiu que os centros de formação devem ter caráter público e que há necessidade de parcerias entre Estado e Universidade. O Estado deve subsidiar a formação do professor e a Universidade deve formar e avaliar o processo educativo através da produção de pesquisas e parcerias para a formação continuada.

Embora, a ênfase das discussões tenha sido sobre a formação docente das séries iniciais do Ensino Fundamental, que deveria ocorrer em nível superior, não foi estabelecido que essa condição fosse fundamental à formação de um bom professor.

3.1.9. Considerações sobre o GT. 1

O quadro VII demonstra os aspectos principais dos textos geradores do Grupo de Trabalho “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”.

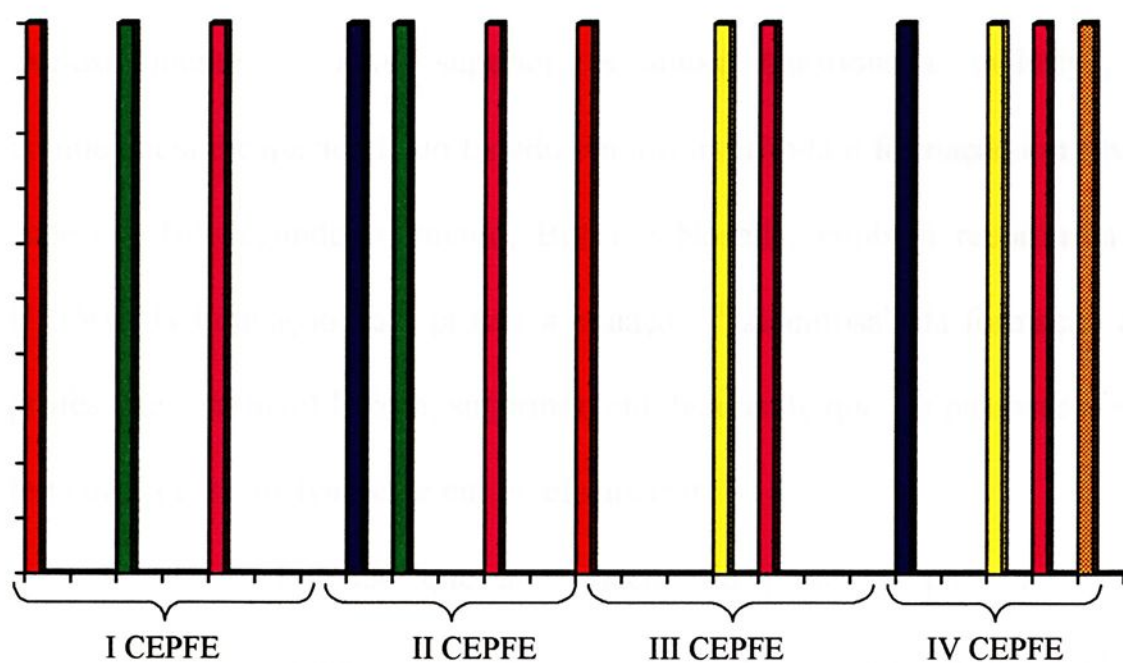
Quadro VII – Demonstrativo dos Textos do GT.1

	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
Retrospectiva histórica dos cursos de formação.	x		x	
Retomada dos Textos anteriores		x		x
Indica formação em nível médio e superior	x	x		
Indica formação em nível superior			x	x
Indica necessidade de definição políticas educacionais para a formação do educador	x		x	x
Indica perfil de professor que atenda as necessidades do ensino				x

Para melhor visualizar os aspectos principais dos Textos Geradores do GT.1, elaborei um gráfico a cores separando-os conforme repetiram-se ou não nos GTs.

GRÁFICO IV

Aspectos Principais dos Textos Geradores do GT “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental” nos Congressos.



- A) Retrospectiva Histórica dos cursos de Formação de Professores
- B) Retomada dos textos anteriores
- C) Indica Formação em nível Médio e Superior
- D) Indica formação em nível superior
- E) Indica necessidade de definição de políticas educacionais para a formação do educador
- F) Indica perfil do professor que atenda as necessidades do ensino

Pela análise do quadro e do gráfico, depreende-se que a utilização da retrospectiva histórica dos cursos de Formação foi feita em dois momentos distintos, 1990 e 1994, para defender pontos de vista de certa forma divergentes. No primeiro momento, Tanuri recorreu à História da Educação demonstrando a situação atual dos cursos de formação em nível Médio, mas não sugeriu que essa formação passasse a ser feita única e exclusivamente em nível superior. A autora questionava, inclusive, a competência e capacidade do Estado em absorver toda a formação em nível superior. No segundo momento, Buffa e Nosella, também recorreram à História da Educação para provar a situação “calamitosa” da formação de professores em nível Médio, sugerindo enfaticamente que ela passasse a ser feita única e exclusivamente em nível superior.

Entendo que a formação do professor para as séries iniciais do Ensino Fundamental deva ser feita em nível superior, que pode e deve possibilitar uma formação mais ampla, embasada pela pesquisa e pela reflexão teoria/prática. Mas, entendo também que, se hoje a formação do professor no Ensino Médio está completamente deteriorada, salvo algumas exceções, como o Projeto CEFAM (e assim mesmo, somente alguns centros), em outros tempos foi capaz de oferecer ao futuro professor uma formação sólida e consistente – entenda-se aqui, nenhum saudosismo e desejo de revitalização da antiga Escolas Normal, apenas uma constatação.

Creio que a Universidade pode desenvolver um trabalho que leve a formação do professor reflexivo, atuante, ligado às necessidades da aprendizagem das classes menos privilegiadas e à pesquisa. Entretanto, é necessário refletir sobre alguns problemas que se colocam em relação à formação feita em nível superior. São eles:

1. O Estado tem condições de oferecer curso de formação de professores para todos aqueles que o procurarem?
2. Em caso negativo, essa formação não seria absorvida pelas faculdades particulares, verdadeiras indústrias de diplomas e que hoje respondem por quase 90% dos cursos de pedagogia e licenciaturas no Estado?
3. Seria justo, tirar das camadas menos privilegiadas o direito de um curso de formação na Rede Pública, mesmo que em nível Médio?
4. Como o ensino superior público quer absorver a formação do professor se a própria Universidade não vem dando a devida atenção às disciplinas essenciais à sua formação?

O Quadro VIII, demonstra as principais propostas e conclusões a que chegaram os integrantes do GT. 1 nos quatro Congressos

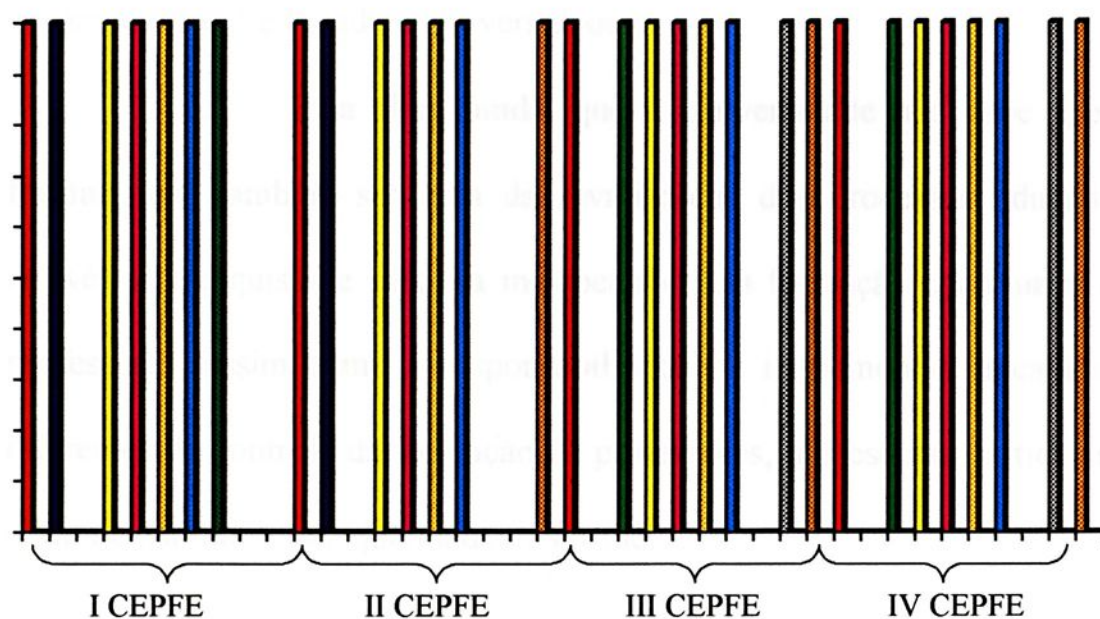
Quadro VIII – Demonstrativo das propostas e conclusões do GT.1

PROPOSTAS	I CEPFE	II CEPFE	III CEPFE	IV CEPFE
Formação em Rede Pública	x	x	x	x
Formação em nível médio e superior	x	x		
Formação em nível superior			x	x
Formação em escola e curso específico	x	x	x	x
Definição de política educacional para a formação do professor	x	x	x	x
Estabelecimento de parcerias da Rede Pública com universidades para formação inicial e continuada	x	x	x	x
Garantia de condições de trabalho e salário aos professor.	x	x	x	x
Realização de pesquisas	x			
Implementação de mecanismos eficientes para o controle da formação nas escolas particulares			x	x
Criação de Fórum permanente		x	x	x

Para melhor visualizar as principais propostas do Grupo de Trabalho Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, elaborei um gráfico a cores separando-as conforme repetiram-se ou não nos GTs.

GRÁFICO V

Principais Propostas e Conclusões do GT “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental” apresentadas nos Congressos.



- A) Formação em Rede Pública
- B) Formação em nível Médio e Superior
- C) Formação em Nível Superior
- D) Formação em escola e curso específico
- E) Definição de política educacional para a formação do professor
- F) Estabelecimento de parcerias da Rede pública com universidades para a formação inicial
- G) Garantias de condições de trabalho e salário aos professores
- H) Realização de pesquisas
- I) Implementação de mecanismos eficientes para o controle da formação nas escolas particulares
- J) criação de Fóruns permanentes

Da análise das propostas e conclusões do GT.1, nos 4 Congressos, depreende-se que todos entendem, como urgente e necessário:

- 1) a definição de uma política educacional para a formação do PEB I e professor de Educação Infantil;
- 2) a criação de escolas específicas para tal, com o estabelecimento de parcerias entre Estado e Universidades.

Fica claro ainda, que à Universidade não cabe apenas formar, mas também ser uma das avaliadoras dos processos educativos através de pesquisas e parceira indispensável na formação continuada dos professores; assim como a responsabilidade de implementar mecanismos diferentes de controle da formação de professores, nas escolas particulares, a fim de garantir a boa qualidade do ensino.

Os Grupos, a partir do II Congresso, propõem a criação de um Fórum permanente de trabalho para estudar, refletir e buscar soluções para os problemas da formação de professores.

O Fórum Estadual Paulista sobre Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental (do qual faço parte desde sua criação) , por exemplo, foi instalado em 23/08/96 após o IV CEPFE (1996) e, desde então, tem-se reunido mensalmente. Fazem parte dele cerca de 30 educadores provenientes da USP, UNESP, UNICAMP, UNIMEP, PUC/SP, Universidade de Sorocaba, CPP , APASE e



educadores pertencentes às Diretorias de Ensino de Bauru, Jaú, Sorocaba, Registro e São Paulo. Dentre as suas realizações destacamos:

- uma pesquisa sobre a “Caracterização de Professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental” em escolas de 10 Diretorias de Ensino do Estado;
- elaboração de um documento, abordando de forma objetiva a formação de professores no Estado de São Paulo;
- realização do Fórum Aberto, em 15/12/97, com o tema “Formação de Professores: que política queremos?” que contou com a participação de educadores e pesquisadores em educação, representantes do MEC/SP, SEE/SP, CEE/SP, APEOESP, CPP, UDEMO, APASE, sindicatos de professores de escolas particulares e municipais, ANDE, ANFOPE, ANPEd, CEFAMs, HEMs, Faculdades e Departamentos de Educação, GTs de Pedagogia, Licenciatura, Educação Especial, Educação Continuada, Pós-Graduação.

A discussão ocorrida no Grupo, no III e IV Congressos, a respeito do locus da formação, tão acirrada no terceiro evento e mais amena no quarto, foi sobrepujada pela necessidade maior das discussões sobre o papel social da educação e a formação de um professor que tenha visão interdisciplinar e da realidade como um todo, que use a avaliação como diagnóstica, que integre teoria e prática e que tenha na pesquisa fator essencial para seu desenvolvimento.

3.2. Conclusões dos Grupos de Trabalho:

Almeida, Serbino e Barbosa, num trabalho apresentado em 1995 no Congresso de Algarve, fazem uma síntese das principais recomendações dos Grupos de Trabalho dos Congressos de 1990, 1992 e 1994, respectivamente, I, II e II CEPFE. São elas:

1. Referendar a concepção de educador contida no Documento da CONARCFE (1990) ¹⁸
2. Valorização do professor: salários dignos; melhores condições de trabalho; recuperação da escola pública.
3. Enfatizar as três dimensões: política, profissional e epistemológica, que caracterizam a base comum da formação do educador como aspectos de uma mesma realidade. Ressaltou-se que a dimensão profissional dá-se pelo corpo de conhecimentos e pela prática pedagógica e, que a política implica a consideração da divisão social em classes e, portanto, o compromisso do professor deve ser a superação das desigualdades existentes.
4. A formação e o aperfeiçoamento do PEB I e PEB II não é tarefa única da Faculdade de Educação, mas de toda a Universidade e dos demais órgãos públicos. É necessária uma revisão urgente entre a teoria e prática na sua formação, assim como nas relações entre Universidade e Rede de Ensino.
5. Nos cursos de formação de educadores, a interdisciplinaridade deve ser levada em conta no planejamento e na organização das grades curriculares.

¹⁸ Ver nos anexos



6. O ensino deve ser reconhecido como atividade fundamental para a Universidade e as agências financiadoras devem priorizar as pesquisas em ensino.

7. Garantir autonomia universitária como a liberdade acadêmica e científica exige: poder para executar o projeto pedagógico definido pelos colegiados, de acordo com as necessidades de cada região do país; liberdade para definir temas prioritárias de pesquisa; liberdade para realizar experiências.

As recomendações do Congresso de 1996, IV CEPFE, além de reafirmarem as mesmas preocupações dos anteriores como: valorização profissional do educador, melhores condições de trabalho, proposta de recuperação salarial, estabelecimento de uma política de valorização do Magistério que contemple as reivindicações das entidades representativas desses trabalhadores; também estabeleceram como prioridade: a diminuição da burocracia no registro de diplomas e de profissionais; retomada de estudos para os cursos de Pedagogia a fim de que se efetivem as mudanças necessárias; incremento de parcerias com a Secretaria de Educação; rejeição do mestrado profissional como modalidade alternativa de pós-graduação *stricto sensu*.

As recomendações específicas de cada GT., excetuando-se as do GT.1 já apresentadas, podem ser assim resumidas:



3.2.1. GT. 2 - Licenciatura:

1. Acabar com as diferenças e divisões que acontecem em função da existência de disciplinas específicas e pedagógicas, da departamentalização, da falta de integração entre licenciatura e bacharelado;
2. Promover a integração a partir de projeto pedagógico que explicita, não só o profissional desejado, mas também uma metodologia que priorize as relações teoria-prática;
3. Criação de grupos interdisciplinares de pesquisa em ensino dos conteúdos específicos que possibilitem a participação dos alunos licenciandos;
4. Fortalecer a Pós-Graduação em Educação com área de concentração nas diversas disciplinas - "Ensino de..." - a fim de possibilitar a melhoria da formação do professor das Licenciaturas;
5. Reconhecer a Licenciatura como curso que deve articular o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como promover a interação dos professores de 1º e 2º graus com os licenciandos e com o professor pesquisador em sua área de atuação;
6. Recomendação de alteração na estrutura curricular dos estágios em âmbito da Universidade, que não pode estar vinculado apenas à disciplina prática de ensino e, maior preocupação com os cursos de licenciatura noturno;
7. Necessidade de: explicitar e avaliar as experiências dos cursos de formação de educadores, fundados em novos modelos; discutir os cursos de



licenciatura para que possam ocorrer modificações e valorizar a relação entre ensino e pesquisa;

8. Formação de um fórum permanente para discussão;

9. Estímulo aos projetos de parceria entre Universidade e Rede Pública, principalmente àqueles que priorizam a formação contínua, contemplando não somente os cursos de formação, como também as instituições de atuação.

3.2.2 GT. 3- Pedagogia e suas habilitações:

1. Direcionar os cursos de Pedagogia à formação de professores para a educação infantil, Ensino Fundamental, matérias pedagógicas do Ensino Médio e Superior, educação especial, pré-escola e complementação pedagógica; centrando essa formação na produção do conhecimento e na possibilidade da ampliação do trabalho do pedagogo para além da escola.

2. Os futuros professores devem ser preparados para a formação da cidadania e a Universidade deve ser um espaço para o qual o ex aluno da Pedagogia ou Licenciatura sempre pode voltar, para atualização, reflexão ou buscar ajuda.

3. “discussão das questões relativas à abordagem interdisciplinar, à iniciação científica no campo da pesquisa em educação, ao ensino como objeto de pesquisa, à teoria e prática pedagógicas na formação do professor competente” (Almeida, Serbino e Barbosa, s/d, p.14)

4. Destaque à pluralidade de concepções em relação à teoria-prática (o GT é contrário a estrutura do curso que estabelece dicotomia entre disciplinas teóricas - dadas no início do curso - e disciplinas práticas - dadas no final), iniciação à pesquisa, à especificidade do curso, à organização dos trabalhos pedagógicos;

5. Propõe que o Estado explicita sua política educacional de forma a atender às necessidades da escola e da comunidade, possibilitando a interlocução das várias instâncias formadoras e sua política de carreira, a fim de que os professores tenham condições dignas e justas para trabalharem seriamente. Também cobra um posicionamento da Universidade frente a sociedade e em relação à formação do professor, assim como seus compromissos com a Pedagogia e as Licenciaturas, incentivando experiências inovadoras e um repensar da sua estrutura departamentalizada

6. Sugere a formação do professor de 1ª a 4ª séries na HEM e na Universidade que deve acompanhar efetivamente a formação do aluno e estabelecer uma parceria com a Rede Pública, estadual e municipal para a realização do estágio.

3.2.3. GT. 4 - Pós-Graduação:

1. Criação de um grupo com a participação de representantes de todos os programas de Pós-Graduação do Estado de São Paulo a fim de viabilizar um projeto de Pós-Graduação em Educação e discutir: seus objetivos

(formação do docente pesquisador e/ou consumidor/transmissor do conhecimento); suas responsabilidades; intercâmbio entre programas; flexibilização da estrutura dos programas de pós; acompanhamento do trabalho dos pós-graduados a fim de incentivar seus projetos;

2. Criação de um Fórum composto por membros do GT e pelos coordenadores de Programas;

3. Recomendação de que os cursos de especialização (pós-graduação Lato sensu) sejam oferecidos pelos Programas de Pós-Graduação com os mesmos critérios de qualidade e eficiência dos cursos strictu sensu e que o objetivo fundamental da Pós- graduação em, Educação e Pesquisa, seja produzir estudos que contemplem toda a universalidade do campo de Educação, sendo a pesquisa o princípio norteador da organização e da finalidade do Curso;

4. Viabilizar a integração mestrado-doutorado através de eixos-temáticos, projetos coletivos (de pesquisa, grupos de trabalho, laboratórios, centros de referência/catalogação de pesquisas, monitoramento de doutorandos, corpo docente comum à graduação e a pós; rodízio de professores em relação às disciplinas do programa, socialização de pesquisas com a comunidade) para serem desenvolvidos por mestrandos e doutorandos, assim como articulação com a graduação/licenciatura e demais níveis de ensino;

5. Discussão sobre a questão da Pós-Graduação contribuir apenas de forma indireta à formação do educador. A preocupação com a elaboração da dissertação/tese atropela a formação do pesquisador e do educador. Para

reverter a situação é necessário que os programas de pós conduzam suas pesquisas no sentido de buscar suas especificidades (formação de um corpo de conhecimento que esteja de acordo com as necessidades educacionais) e que as políticas públicas considerem a produção dos programas.

3.2.4. GT. 5 - Formação Continuada¹⁹:

1. Criação de cursos com duração mais longa (específicos ou interdisciplinar) que atendam às necessidades dos docentes da Rede Pública e a garantia um acompanhamento do próprio curso, bem como dos resultados obtidos em sala de aula;
2. Estabelecer maior cooperação pedagógica entre os professores dos 3 níveis de ensino a fim de que se possa produzir materiais diversificados, objetos de avaliações e reformulações contínuas, assim como parcerias entre as Universidades do Estado e a Rede Pública, que visem à formação contínua do professor, estabelecendo uma desburocratização para o credenciamento de novos cursos, novas formas de intercâmbio, participação de docentes nos cursos de Formação Continuada e liberação de verbas orçamentárias;
3. Desenvolver a ampliação da articulação entre os cursos de Licenciatura e os CEFAMs de modo a garantir uma boa formação a seus alunos,

¹⁹ As idéias aqui apresentadas encontram-se expostas em ALMEIDA, SERBINO, e BARBOSA, s/d.



permitindo-lhes atuar na formação continuada do professor da Rede Pública;

4. Valorizar o Conselho de Escola como instrumento importante na identificação das necessidades, elaboração, acompanhamento e avaliação das propostas de Educação Continuada;

5. Propor mudanças na estrutura administrativa das Secretarias de Educação, estadual e municipais, de maneira a garantir efetivamente: os programas de Educação Continuada com valorização da carreira do professor participante; as HTP do professor; recursos materiais para um bom trabalho;

6. Sugerir aos programas de Pós-Graduação que incluam cursos Lato Sensu voltados à formação específica do educador e do futuro formador de educadores, numa perspectiva de Educação Continuada e, que na Universidade a extensão seja tão valorizada quanto o ensino e a pesquisa;

7. Criação de um fórum de estudos permanente;

8. Necessidade de diferenciar o público do estatal; conceituar a Educação Continuada e incentivar a produção de textos sobre o assunto;

9. Criação de um banco de dados sobre Educação Continuada, para cadastrar profissionais e projetos relacionados ao tema;

10. Estabelecer intercâmbio com outros países.

3.2.5. GT. 6 - Educação Especial:

1. Maior atenção das Universidades à formação dos educadores que irão atuar nas várias áreas de deficiência, condutas típicas e altas habilidades, assim como valorização da recomendação contida na Portaria MEC 1793/94, incluindo disciplinas e conteúdos de Educação Especial em seus diversos cursos;
2. Garantir projetos de formação continuada aos professores, através de convênios e parcerias com as Universidades e Rede Pública;
3. Constituição de um Fórum permanente e integração desse GT aos demais;
4. Regulamentação urgente dos itens da Constituição Federal que se referem a pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
5. Revisão (com participação de todos os setores da comunidade envolvidos com Educação Especial) da Legislação Estadual, especialmente a Resolução SE 247/86;
6. Participação da área de Educação Especial nas discussões sobre os novos rumos do curso de Pedagogia e Habilitação Específica do Magistério de Nível Médio

3.3. Considerações gerais sobre os Grupos de Trabalho:

A leitura dos relatórios dos GTs mostram-nos que todos evidenciam uma grande preocupação com a valorização do educador; a necessidade de integração e parcerias entre Universidade e Rede Pública de Ensino; a criação de Fóruns permanentes dos grupos, a fim de se aprofundar, cada vez mais, as discussões e buscar soluções para os problemas educacionais; a elaboração de projetos de políticas públicas educacionais.

Percebe-se também quão importante (para a melhoria da qualidade do ensino e formação do educador reflexivo e profissional competente) foi a criação dessa forma de trabalhar durante os Congressos. A originalidade da criação de Grupos de Trabalho para áreas específicas deu ao Congresso uma especificidade própria, um espaço até então desconhecido à grande maioria dos professores da Rede Pública e quem sabe talvez até da própria Universidade.

CAPÍTULO IV

AS ENTREVISTAS:
EDUCADORES FALAM SOBRE
O "CONGRESSO DE ÁGUAS
DE SÃO PEDRO"

Para que esse trabalho não ficasse restrito basicamente às informações contidas nos Anais e relatórios científicos dos Congressos, buscamos a opinião, através de entrevistas com os educadores que fizeram parte da comissão organizadora das três primeiras edições do Congresso²⁰, alguns dos coordenadores de GTs²¹ e alguns educadores da Rede Pública do Estado de São Paulo²², que aconteceram informalmente ou por correspondência (entregue pessoalmente ou via correio, e-mail). Os educadores que fizeram parte de comissão organizadora foram os que mais facilitaram-me documentos e relataram-me os fatos acontecidos.

Aos coordenadores foram feitas três perguntas: 1ª) Se o CEPFE realmente cumpriu seu objetivo de promover a articulação entre a Rede Pública e a Universidade; 2ª) Se as propostas dos GTs por eles coordenados foram incorporadas pelos participantes dos grupos; 3ª) Se essas propostas realmente contribuíram para direcionar as políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo, tanto para a Rede Pública, quanto para a Universidade.

²⁰ Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida e Ricardo Ribeiro

²¹ Professores: Leonor Tanuri e Selma Garrido Pimenta/Escola Normal; Antônio J. Severino, Marli André e Celestino A. Silva Jr/Pós Graduação; José C. Fusari e Alda Junqueira Marin/ Educação Continuada.

²² Professores: Lucia Bonilha, Elisabeth L. R. Moraes e Marisa J. F. Almeida/DE. Sorocaba; Eugênio Dodecézino Berto/DE. Registro; M. Medianeira A. P. Fraga/ DE. Jaú.

Aos educadores da Rede Pública foram 3 perguntas: 1ª) Se o CEPFE realmente cumpriu seu objetivo de promover a articulação entre a Rede Pública e a Universidade; 2ª) Se eles percebem, no cotidiano da sala de aula e da escola, a incorporação das propostas feitas pelos Congressos; 3ª) Se as propostas dos Congressos realmente contribuíram para direcionar as políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo.

As entrevistas demonstraram divergências de opiniões.

Em relação a primeira questão, Raquel Volpato Serbino, Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida e Ricardo Ribeiro da Comissão Organizadora e os professores coordenadores de GTs. Marli André, Antônio J. Severino e Selma G. Pimenta concordam de que houve articulação entre a Universidade e a Rede Pública. Para André, os temas centrais de todos os Congressos e a sua organização demonstram preocupação marcante em promover essa articulação.

Nas palavras de Severino

“Este é o Congresso que melhor tematiza este problema e que mais investe no sentido de trazer contribuições para se repensar essa relação no âmbito da teoria e da prática”.

Para Pimenta, apesar da representação dos profissionais da Rede Pública ser institucional, em vários momentos, isso ocorreu mais pela presença dos profissionais dos órgãos intermediários da Secretaria da Educação e membros das diretorias dos sindicatos e associações de classe

do que pela participação dos professores. Acrescenta, ainda, que à medida em que os GTs se constituíram em Fóruns, essa articulação foi ampliada. Cita também que a publicação dos Anais e dos demais textos relativos aos Congressos forneceu subsídios à difusão dos temas aos educadores da Rede e das Universidades. Já Serbino, Almeida e Ribeiro afirmam que pela primeira vez organizou-se um Congresso com a preocupação fundamental de reunir professores da Rede e das Universidades para que pudessem não somente trocar experiências, mas realizar um trabalho conjunto, estabelecendo parceria profícua.

Para os professores coordenadores de GTs, Celestino A. Silva Jr. e Leonor Tanuri, essa articulação ocorreu de forma limitada, resumindo-se às discussões paralelas durante o Congresso. Silva Jr. vê na ambiguidade do Congresso (acadêmico científico, pessoal da universidade e profissional, pessoal da Rede Pública) como fator de limite para essa articulação. Concorde com Tanuri que atribui essa desarticulação ao fato da comunidade científica pouco se ter preocupado com a formação do educador e com os problemas da Escola Pública até os anos 80. Mesmo em anos posteriores, com a alteração desse quadro, a repercussão na prática foi muito pequena porque as autoridades pouco se interessavam pelos problemas da Rede.

Já para o Professor Eugênio Berto, Supervisor de Ensino da DE-Registro e também participante do GT e do Fórum de “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, o Congresso:



“significou a oportunidade concreta de aproximação entre a Rede Pública de Ensino e as Universidades. Constituindo-se num acontecimento singular com esse objetivo, se considerarmos os índices de participação quanto à quantidade e diversidade por parte dos trabalhadores em educação na Rede Pública Estadual de Ensino”.

Eugênio Berto, coloca, entretanto, que falta à Rede Pública organização prévia para participar desse tipo de evento, tanto na definição dos temas e estratégias de ação, quanto na forma da apresentação das propostas e conclusões dos Congressos. Acrescenta também que essa falta de organização aliada a uma timidez natural dos educadores da Rede, perante os educadores das Universidades e a sua maior representatividade, faz com que essas instituições tenham preponderância nas decisões de trabalhos e resultados das discussões.

A Prof^a Medianeira Fraga²³, assim como, as professoras Elisabeth de Moraes, Marisa de Almeida²⁴ e Lucia Bonilha²⁵, também entendem que a articulação entre Rede Pública e Universidade é muito limitada, tendo nos últimos eventos caminhado um pouco mais.

²³DE/Jaú, participou do Congresso em dois momentos, primeiro como professora da Rede Pública e aluna de curso de especialização da UNESP/Bauru e, depois como Diretora de Escola

²⁴. ATPs da DE/Sorocaba

²⁵ Diretora de Escola em função de Supervisora de Ensino na DE/Sorocaba e membro do GT e Fórum Estadual Paulista sobre Formação de Educadores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.



Para a Fraga/DE-Jaú essa limitação tem origem na própria Rede que pouco difundiu a realização do Congresso. A sua primeira participação ocorreu em função de ser aluna de curso de especialização da UNESP e de ter sido convidada pela professora do curso a apresentar comunicação científica. Sua segunda participação aconteceu em decorrência de já conhecer o evento e ter visto cartaz, dentre tantos outros, na Diretoria Regional de Ensino. A professora explicou que a divulgação do Congresso, na Rede, limita-se a alguns cartazes espalhados pelas diversas Diretorias Regionais e acrescenta: “só aquele professor interessado e que tem conhecimento prévio do evento é que participa”.

Concorda com a afirmação de Bonilha/DE-Sorocaba: “Não se articula positivamente com aquilo ou aqueles que não se conhece adequadamente”, assim como com Moraes e Almeida/DE-Sorocaba que afirmam estar a Universidade muito distante da Rede Pública, desconhecendo em muitas vezes o trabalho que os professores da Rede Oficial vem desenvolvendo e apresentando propostas que já vem sendo desenvolvidas por estes professores, com sucesso, há já algum tempo.

Já para Fusari, coordenador do GT de formação

Continuada,

“Apesar de todo o potencial do Congresso, ele tem limites e possibilidades. É preciso percebê-lo como uma atividade pontuada como começo, meio e fim. Ele aglutina,

mobiliza, estimula os educadores, mas não muda, mecanicamente, a realidade; ele pode ser considerado um espaço que permite, entre outros aspectos, o desenvolvimento profissional dos educadores”

Para ele, é necessário estabelecer condições que permitam a participação da Rede na execução, avaliação e replanejamento do Congresso.

Marin, coordenadora do GT. Formação Continuada, acredita que a articulação nunca aconteceu integralmente, havia presença, uma certa veiculação de idéias cuja socialização não era garantida.

“Pode -se dizer que nos primeiros Congressos, a participação do pessoal da Rede era muito maior, limitando-se nos últimos encontros a membros das equipes centradas na Secretaria da Educação ou órgãos mediadores”.

Em relação à segunda questão, praticamente não houve divergências entre os coordenadores de GTs. Os da Pós Graduação crêem ter conseguido implementar, em grande parte, suas propostas. O grupo produziu um livro, Repensando a pós-graduação em educação que já está em sua 2ª edição, tendo repercussão nacional. Para Severino,

“Talvez o GT não tenha tido influencia direta nas política públicas, pouco atingíveis pelas contribuições das bases sociais, mas

tem abastecido as posições dos Programas do Estado de São Paulo”.

Fusari acredita (que principalmente a partir do Congresso de 98) essa incorporação foi plenamente realizada, quando os membros do Fórum de Educação Continuada, em conjunto, redigiram o texto gerador e, durante o Congresso, quando os novos membros do GT analisaram, criticaram e introduziram mudanças no sentido de torná-lo mais preciso.

Segundo Pimenta, coordenadora do GT. “Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, o fato de ter sido assegurada a presença de grande parte dos membros, de um Congresso ao outro, favoreceu a construção coletiva das propostas. A professora cita o caso do GT de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental que criou um Fórum Aberto, que tem reunido-se mensalmente e elaborou o documento *“Que Políticas queremos para a Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental?”* Tal documento, amplamente divulgado, tem servido de base para a discussão de políticas em vários âmbitos: universidades, CEFAMs e Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

Para Marin, algumas das propostas acabaram sendo incorporadas pela SEE e pelas instâncias formadoras, ou seja, as universidades. Mas isso não significa que a incorporação tenha ocorrido por

todos os membros do GT, ainda que muitos deles tenham práticas diferenciadas e por elas lutem no debates, buscando socializá-las.

Berto, da DE/Registro afirma que não houve consenso absoluto entre os integrantes de seu GT, Para ele, a opinião dos educadores universitários prevaleceu sobre a opinião dos educadores da Rede Pública, mas, numa decisão democrática, o coletivo prevalece sobre as opiniões individuais.

Bonilha/DE Sorocaba, entende que as discussões do GT1 estavam muito mais preocupadas em uma espécie de disputa sobre o “locus” ideal de formação de professores para a Educação Infantil e as séries Iniciais do Ensino Fundamental do que realmente com a formação do educador.

Quanto à terceira questão, se as propostas dos Congressos realmente contribuíram para direcionar as políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo, os coordenadores de GT André, Severino e Silva Jr afirmam que a contribuição maior do seu Grupo de Trabalho, vem acontecendo através das pesquisas dos docentes e discentes da Pós, principalmente em relação à aprendizagem das séries iniciais do Ensino Fundamental e também por meio da melhoria do trabalho escolar. Muitas dessas pesquisas estão desenvolvendo ações concretas nesse sentido.

Fusari, respondendo essa questão, levanta uma outra: “O Programa de Educação Continuada – PEC - da Secretaria Estadual de Educação levou em consideração as propostas contidas nas conclusões dos cinco Congressos realizados? Conclui, recebendo a concordância de Tanuri, que somente a médio e longo

prazo as propostas dos GTs poderão interferir nas políticas de formação de educadores (tanto inicial como continuada).

Marin, afirma que as propostas dos GTs não direcionaram políticas educativas, mas foram parcialmente incorporadas em algumas ações e alguns projetos.

Já Pimenta, considera que o clima democrático que se tem conseguido para as discussões, nos GTs, tem favorecido o aprimoramento teórico-metodológico dos seus participantes e que essa experiência é bastante rica em termos de formulação de políticas públicas democráticas.

“A realização de modo sequencial e contínuo dos Congressos, entremeados pelas sessões do Fórum, tem assegurado uma permanente difusão na Rede pública e nas Universidades da produção”.

Segundo essa professora, a iniciativa da criação dos GTs é uma das mais bem sucedidas em termos de formulação de políticas em nosso país.

Berto/DE-Registro afirma que a contribuição efetiva do congresso para a definição de políticas públicas educacionais para o Estado de São Paulo não pode ser inteiramente negada nem confirmada. Para ele as

“reformas no campo da educação, principalmente em nível de educação básica, tem sido ultimamente implantadas sem

consulta à Rede Pública e de forma não muito democrática. Parece que elas já se encontram pré-estabelecidas, com a argumentação de que já estão no bojo dos planos do governo, confirmada que foram antecipadamente pelo sufrágio das eleições”.

Para Moraes e Almeida/DE-Sorocaba, as discussões do congresso não contribuem para a definição das políticas públicas educacionais pois, apesar das críticas que os educadores fizeram ao sistema atual de ensino, os mesmos não apresentaram propostas inovadoras, possíveis e pertinentes à Escola Pública.

Fraga/DE-Jaú percebe que as propostas para definição das políticas públicas educacionais encaminhadas pelo Congresso são boas, mas que “o governo distorce sua linha pedagógica devido a rapidez com que impõe as reformas e mudanças”.

Depreendem-se dessas entrevistas, duas posições principais, existentes já, há muito tempo e que persistem, apesar de todo um encaminhamento, da Universidade em sentido contrário: de um lado o Ensino Superior afirmando que o Congresso possibilitou a articulação com Rede Pública se não de forma efetiva, pelo menos incipiente e, de outro, a Rede Oficial afirmando que essa articulação não se concretizou.

É interessante notar que os educadores da Rede Pública céticos em relação a essa articulação, representam um número muito



pequeno no universo dos quase 200 mil professores. Entretanto, não posso deixar de notar que representam regiões diferentes do Estado – Registro, Sorocaba e Jaú o que demonstra, talvez, que a distância espacial entre a Universidade e a rede Pública poder ser fator determinante para a integração ou não.

Percebe-se, no entanto, de uma certa forma, não só a grande preocupação dos educadores e pesquisadores com a problemática da formação do professor, como também o trabalho que vem realizando em busca da melhoria da qualidade de ensino e a importância dos Congressos para as discussões e construção de novos conhecimentos.

Se os encaminhamentos e as parcerias que a Universidade vêm realizando, nesse sentido, ainda estão aquém dos resultados pretendidos, isso é devido às inúmeras dificuldades pelas quais o sistema educacional brasileiro e a própria sociedade vêm passando. Dificuldades essas, constantemente veiculadas não só pela literatura especializada, como também pela mídia:

“ A desigualdade da distribuição dos recursos e a falta de articulação entre as políticas sociais leva o Brasil a ter um desempenho em educação pior do que permitiria sua condição econômica”.²⁶

²⁶ “Estudo mostra desajuste do ensino básico” In Folha de São Paulo 3º caderno, 24/03/99, p.6



Assim, os caminhos que podem levar à melhoria da qualidade de ensino tornam-se difíceis de serem trilhados mas não, impossíveis de percorrer.



CONCLUSÃO

As conclusões, a que chego ao final desse trabalho, são fruto não somente das leituras, entrevistas, reflexões e estudos, feitos ao longo dos últimos anos, mas também da experiência acumulada em 20 anos de trabalho na Rede Pública.

No Capítulo I, procurei traçar um rápido panorama dos cursos de formação e de sua desestruturação pela falta de políticas educacionais adequadas e a sua relação com a produção do fracasso escolar. Não me detive profundamente sobre esse tema, posto que tal reflexão já foi feita, com muita competência, por vários pesquisadores. Nem tampouco, pelo mesmo motivo, ousei fazer uma retrospectiva histórica dos cursos de formação de professores.

No Capítulo II, descrevi a gênese da história dos Congressos, que pode ser datada em abril de 1980, quando da constituição do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador durante a I CBE.

O Comitê mencionado foi transformado em Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, em novembro de 1983, e coube a regional CONARCFE de São Paulo definir as metas prioritárias para enfrentar os problemas da formação inadequada dos professores, possibilitando a articulação entre os docentes da Rede Pública e das Universidade, ampliando sua participação nos debates, estudos, pesquisas e reflexões.



Percebe-se que as três metas traçadas pela regional da CONARCFE de São Paulo foram contempladas com a realização dos “Congressos de Águas de São Pedro”.

Ao reunir profissionais dos 3 diferentes níveis de ensino de instituições públicas, particulares e entidades ligadas à educação, os Congressos possibilitaram a ação cooperadora, proposta no sentido de identificar, reunir e articular tão distintos profissionais. Cumprindo-se assim a 1ª meta.

Ao analisar, multidisciplinarmente, o problema da formação de educadores e procurar soluções com definição de propostas articuladas para a virada do século - I CEPFE **“Rumo ao Século XXI”** - contemplou-se a 2ª meta, que pretendia incentivar a diversidade de ações, buscando eliminar etapas rumo a mudança pretendida

E, finalmente, “(...) ao buscar alternativas e sinalizadores no sentido de qualificar e orientar a escola pública democrática no trabalho de formação do cidadão” (Almeida, Serbino e Barbosa, 1995, p.3) o II Congresso - **“Por um projeto educacional em favor da cidadania”** - contemplou a meta n.º 3 que buscou revelar os compromissos sociais dos educadores frente à realidade brasileira contemporânea.

Com o III CEPFE - **“Tempo da Escola... Tempo da Sociedade”** -, procurou-se, fundamentalmente, refletir sobre as contradições existentes entre escola e sociedade, tendo, como pano de



fundo, a formação do educador que é fator fundamental para a realização de uma transformação qualitativa nessa relação.

No IV CEPFE - **“Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade”** -, os objetivos propostos (analisar as questões da formação básica e continuada do educador e promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os professores e pesquisadores da Rede Pública e das Universidades) foram alcançados, como bem o provam as avaliações feitas pelos participantes.

Ao descrever o papel da CONARCFE como parte embrionária do “Congresso de Águas de São Pedro”, é importante falar também sobre o papel do CEPFE na criação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE.

Como já descrevi no Capítulo I, na década de 80, realizaram-se encontros nacionais do Projeto “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”. No I Encontro o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador foi transformado em CONARCFE e no V Encontro, realizado em julho de 1990, a CONARCFE foi transformada em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Segundo relato da Professora Raquel V. Serbino²⁷, a criação da ANFOPE foi resultado das discussões realizadas nos Congressos. Dois meses após a realização do primeiro evento, em maio de

²⁷ Presidente da Comissão Organizadora dos três primeiros congressos



1990, aconteceu, em Belo Horizonte, o V Encontro Nacional do Projeto “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação”. Muitos dos participantes desse Encontro, participaram do I CEPFE. Conscientes da importância das discussões sobre o tema da formação do educador e animados com o arranque dos debates, após o Congresso, propuseram a transformação da CONARCFE em ANFOPE.

O Programa Integrado de Pesquisa e Ação, com vistas à formação de educadores, idealizado pela Coordenação do Congresso para a continuação do trabalho, iniciado no I CEPFE, foi também resultado positivo do evento e influenciou a criação dos fóruns específicos de alguns GTs, que passaram a reunir-se periodicamente.

O papel da UNESP na coordenação dos CEPFE ocorreu pelos seguintes motivos:

- 1º) pelos Congressos serem concebidos por educadores da UNESP e, por o projeto do I Congresso ter recebido total apoio da Reitoria da Universidade, nas pessoas do então Reitor, Professor Paulo Miltom Barbosa Landim e do Vice-Reitor, Professor Arthur Roquete de Macedo;
- 2º) por ser a Universidade com estrutura maior, com campi espalhados por diversas regiões do Estado e por reunir as diferentes instâncias de formação do professor: Licenciaturas, Pedagogia e suas habilitações, Pós-Graduação em Educação e Programas de Educação Continuada.

Entretanto, é preciso deixar claro que a UNESP não assumiu sozinha a promoção dos congressos. Seus idealizadores tiveram o



cuidado de chamar à colaboração outras Universidades, educadores da Rede Pública, sindicatos/associações de classe e entidades ligadas à Educação, numa demonstração de cuidado e preocupação em aglutinar as várias instâncias, realizando realmente um evento multi-institucional, possibilitando, principalmente, a articulação entre a Rede Pública e a Universidade. Esse cuidado não ficou restrito somente às atividades realizadas durante os Congressos, mas procurou efetivar-se já nas primeiras reuniões da Comissão Organizadora para a qual foram chamados a tomar parte, não só os educadores das Universidades, como também os representantes da Rede e dos Sindicatos. Todos com o mesmo direito de participação e voto, nas decisões tomadas para a efetivação do evento.

Nesse sentido, vale lembrar as palavras da Professora Raquel Volpato Serbino no discurso de abertura do II CEPFE:

“Foi decisiva a contribuição dos colegas do ensino de 1º e 2º Graus, possibilitando-nos adequação à realidade” (texto digitado, s/d)

Se alguns entendem que a participação da Rede Oficial de Ensino nos Congressos foi limitada, percebo esses limites como institucionais, gerados pela organização do Congresso, e acima de tudo pela organização própria da Rede, muito extensa e da condição do professor da Escola Pública, que na sua imensa maioria, possui uma carga horária semanal muito grande, impedindo-lhe de desenvolver pesquisas e

outras atividades; não tendo, assim, condições de apresentar um trabalho de acordo com as exigências necessárias à sua participação nas atividades específicas do Congresso e, nem se sentindo atraído por eventos dessa natureza. Mesmo para aquele que demonstra interesse, há dificuldades, já citadas²⁸, incontornáveis, que impedem sua participação.

Essa questão da participação docente da Rede Pública nas atividades específicas do evento, merece reflexão mais profunda, pois o “Congresso de Águas de São Pedro” é um espaço para a troca de experiências entre educadores dos diversos níveis de ensino, e fundamentalmente, para a discussão científica. O limite, criado principalmente pela grande extensão da Rede Pública, pelas condições de trabalho e de vida do professor, demonstra a necessidade da organização de congressos locais, próprios de cada Diretoria de Ensino ou Região, voltados às necessidades da Rede, com a participação da maioria de seus profissionais, e realizados em parceria com as Universidades. Esses eventos seriam espaços onde os profissionais da Rede poderiam trocar experiências, estudar, refletir sobre os problemas que tanto lhes afligem, assim como uma preparação para sua participação em outros eventos promovidos pela comunidade Universitária.

No capítulo III, abordo os Grupos de Trabalho e a avaliação que faço sobre sua importância é bastante positiva. A criação dos Fóruns permanentes de alguns GTs tornou-se uma realidade. Outros, talvez

²⁸ Ver capítulo II, item 2.2.15. Platéia participante e procedência regional dos congressistas, p.112



não tenham conseguido implementar seus fóruns efetivamente, devido ao momento de discussão e reestruturação pelos quais os cursos de pedagogia e as licenciaturas estão passando. O MEC e o CEE/SP criaram comissões para estudar a reorganização/reestruturação desses cursos e muitos dos integrantes dos GTs foram chamados para compor essas comissões.

Os fóruns, criados a partir dos GTs, têm se reunido periodicamente, discussões e reflexões tem se efetivado no sentido de buscar a melhoria do ensino no Estado de São Paulo.

Percebe-se, através dos fóruns instalados, que as reflexões e propostas dos GTs²⁹ vêm, aos pouco ganhando espaço próprio, além do Congresso e, algumas dessas propostas estão tornando-se realidade, transformadas em medidas legais e adotadas pelas autoridades competentes. Como exemplos importantes, posso citar:

- 1) melhores condições de trabalho e recuperação salarial, parcial, para o professor da Rede Pública do Estado de São Paulo;
- 2) a realização de parcerias entre as Universidades e a SE que visam à formação continuada do professor da Rede Pública e permitem sua maior aproximação da Universidade e, conseqüentemente, da pesquisa;
- 3) a avaliação externa do rendimento escolar dos alunos da Rede (SARESP), dos cursos de formação de professores realizada pelas Universidades, Fóruns e demais entidades;
- 4) reformulação dos cursos de pedagogia;

²⁹ Ver capítulo III, item 4.2. Conclusões dos Grupos de Trabalho



5) extensão dos cursos de pós- graduação a um número cada vez maior de interessados.

A contribuição dos GTs, na indicação de políticas públicas para a melhoria do ensino, parece-me também estar se efetivando à medida em que notamos a presença de inúmeros educadores, coordenadores de GTs, em comissões de trabalho junto ao MEC, a SEE/SP., CEE; e, mesmo de membros da comissão organizadora dos Congressos, que estão participando efetivamente da Secretaria Estadual de Educação, da COGSP, CEI, CENP, FDE, assim como em algumas medidas educacionais de reestruturação do Ensino Fundamental, principalmente a “Escola de Cara Nova”, tomadas pelas autoridades governamentais e que certamente foram baseadas nas reflexões e estudos que esses educadores realizaram. Contribuição essa que também se efetiva na realização dos Fóruns Permanentes, no trabalho que realizam e produzem.

Muito embora, percebe-se, que para alguns dos educadores universitários, a articulação entre Rede Pública x Universidade ainda esteja em fase muito inicial; para outros, ela já está se efetivando, através de parcerias bem realizadas, que vêm contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino em muitas escolas da Rede e da própria formação do futuro educador. Nesse sentido, a criação desses Fóruns (que contam com a participação de educadores da Rede, dos sindicatos/associações e das Universidades) realizam um trabalho consciente e consistente, com reuniões constantes para estudar, refletir, produzir pesquisas pela melhoria da

qualidade de ensino. Contribuem também para a definição de políticas públicas educacionais, é sem dúvida alguma, um dos grandes trunfos do Congresso de Águas de São Pedro e refletem essa articulação

No Capítulo IV, as entrevistas, realizadas com alguns membros da Comissão Organizadora, coordenadores de GTs e educadores da Rede Pública, permitiram-me uma visão das diferentes opiniões sobre alguns dos objetivos propostos para este trabalho, e acabam, segundo minha leitura, convergindo a um ponto comum.

Foram quatorze educadores entrevistados, três da Comissão Organizadora, sete Coordenadores de GTs e cinco da Rede Pública³⁰. Metade deles - comissão organizadora, coordenadores de GTs e professor da Rede - afirmam que o Congresso conseguiu promover integralmente a articulação entre a Universidade e a Rede Pública. A outra metade - coordenadores de GTs e professores da Rede - afirma que tal articulação aconteceu em parte.

Se analisarmos bem as respostas do segundo grupo veremos que a justificativa de suas afirmações não conduz necessariamente à negação da articulação objetivada. O Professor Celestino Alves da Silva Junior, por exemplo, afirma o caráter ambíguo do Congresso (acadêmico científico - pessoal da Universidade - e profissional - pessoal da Rede Pública); a Professora Alda Marin, concorda que houve maior participação,

29. Prof. Silva Jr. foi Coordenador de GT no II CEPFE e Coordenador do IV CEPFE



no IV evento, de membros das equipes centradas na SE-SP ou órgãos mediadores, do que professores da Rede Oficial.

Parece-me claro que, embora o Congresso seja um espaço privilegiado e fundamental para a discussão e reflexão científica, não pode pela sua característica tão específica de reunir educadores de todos os níveis de ensino, abrir mão de discutir as preocupações, em pauta, referentes aos educadores que trabalham nas escolas estaduais. Entretanto, parece-me mais certo ainda, que o espaço do Congresso é um dos mais propícios para levar ao pessoal da Rede Oficial as discussões, estudos e reflexões ocorridas dentro do âmbito acadêmico/científico da Universidade, assim como, levar à Universidade, as preocupações e os problemas profissionais enfrentados pelos professores da Rede. Essa foi a finalidade principal do “Congresso de Águas de São Pedro”

Quanto a maior participação, no IV CEPFE, dos membros das equipes centradas na Secretaria de Educação e/ou órgãos mediadores, percebo a ocorrência de tal fato não negativamente, isto porque, pela primeira vez, a Secretária de Educação e as Coordenadorias de Ensino tiveram o cuidado de escolher e preparar para o evento os educadores realmente engajados na questão da formação, não deixando que a divulgação do mesmo se perdesse dentre as inúmeras tarefas das Diretorias de Ensino e também que a indicação dos participantes fosse feita apenas com o intuito de se fazer cumprir o convite feito pelo órgão superior. Notei sobretudo, que muitos professores da Rede Pública, que já haviam

participado de algum dos Congressos anteriores, indicados por seus professores de cursos de especialização, compareceram ao IV evento, motivados pelos seminários assistidos e pelas atividades desenvolvidas por eles, certamente, entusiasmados com os bons resultados das edições anteriores.

Todos os entrevistados foram unânimes em apontar a importância dos Grupos de Trabalho em relação aos seguintes aspectos:

- 1) questões ligadas à formação básica e continuada do professor;
- 2) a produção dos textos geradores que tem subsidiado as discussões nos encontros e fóruns específicos de cada Grupo;
- 3) produção do livro Repensando a Pós-Graduação em Educação;
- 4) produção do documento Que política queremos para a Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental? que serviu de base para a discussão sobre o Ensino Médio no Conselho Estadual de Educação.

Em relação à contribuição que o Congresso tem dado à definição de políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino, grande parte dos educadores entrevistados afirma que: as propostas geradas nos Congressos tem, como disse o Professor Severino, “abastecido as posições dos Programas do Estado de São Paulo” ou, possibilitado o aprimoramento teórico-metodológico dos seus participantes e enriquecido a formulação de políticas públicas democráticas³¹ e, sido incorporadas em ações e projetos

³¹ Depoimento, em entrevista para a realização deste trabalho, da Professora Selma Garrido Pimenta

da Secretaria de Educação³². Assim como, as pesquisas realizadas em relação à aprendizagem das séries iniciais do Ensino Fundamental e à melhoria do trabalho escolar acabam por desenvolver ações concretas, traduzidas nos projetos educacionais da SE.

Como educadora da Rede Pública, analiso a importância dos Congressos de Águas de São Pedro não apenas do ponto de vista de contribuição para os estudos, reformulação dos cursos de formação do educador e instância importante para a articulação da Rede Pública com a Universidade, mas principalmente como norteador de uma política educacional para o nosso Estado. Tanto assim, que nos últimos anos, a política, as transformações imprimidas e os projetos³³ elaborados pela Secretaria de Educação têm sido extremamente coerente com os objetivos, discussões e conclusões do Congresso. Isto porque, essas transformações e projetos foram elaborados e implementados graças ao empenho dos vários educadores que hoje fazem parte da equipe da Secretaria de Educação e das Coordenadorias de Ensino e que foram membros atuantes na coordenação dos Congressos

Percebo que a articulação da Universidade com a Rede Pública ainda não está completa, mas vem se construindo, através das parcerias que estão se estabelecendo, dos projetos que ambas vem desenvolvendo, das capacitações e através dos Projetos de Educação

³² Idem, Professora Alda Marin

³³ Reorganização das escolas(a Escola de Cara Nova) ; Classes de Aceleração; Reforço, Recuperação paralela e intensiva de final de ano; Reclassificação para as série mais adiantadas para aqueles alunos que tem condições de aprendizado e estão em defasagem de idade/série, Projeto de Educação Continuada, etc.

Continuada que estão sendo realizados. Existe efetivamente, em alguns locus, parcerias que estão realizando bons trabalhos, com resultados positivos na busca da melhoria da qualidade de ensino. Em outros, o trabalho é ainda incipiente, isto devido, principalmente, ao tamanho da Rede Pública (mais de 6 milhões de alunos, cerca de 200 mil professores), como também pelas próprias amarras de alguns, que ainda não conseguem desenvolver um trabalho articulado e de acordo com suas necessidades reais.

Entendo que se essa articulação entre a Rede Pública e a Universidade, objetivada pelos Congressos, ainda não se completou, pelo menos vai se concretizando, à medida em que os educadores das Universidades participantes da SE-SP viabilizam as propostas dos Congressos, desenvolvidas a partir do trabalho coletivo dos educadores e das diversas instâncias presentes nos eventos.

A formação do professor de Ensino Fundamental e Médio continua sendo centro das atenções dos educadores preocupados com o tema. Os debates não cessam e a busca por soluções também. Alguns cursos, principalmente os das faculdades particulares, não possuem um projeto pedagógico que discuta a formação do professor frente à realidade atual, ignorando as dificuldades³⁴ que o professor enfrenta nas salas de aula, principalmente nas comunidades mais carentes e continuam formando professores para uma elite. Muitos dos egressos das Universidades, além da

formação deficiente, nem sempre têm a possibilidade de formação continuada.

É importante, porém, deixar claro que o presente trabalho que teve como ponto inicial de investigação o problema da formação de professores, depois lançou-me ao desafio de discutir como essa questão vinha sendo tratada na década de 90, ao utilizar a produção científica gerada pelos quatro “Congressos de Águas de São Pedro” como referencial de análise, chamou-me a atenção para uma questão muito mais ampla: de como um grupo de educadores, preocupados em estudar e propor novos caminhos, para formação de professores, que refletisse numa melhoria do ensino, acabou produzindo um movimento educacional de grande envergadura, gerando uma produção científica específica, mobilizando educadores de todos os níveis. Enfim, um movimento que foi muito além dos objetivos propostos inicialmente, contribuindo para uma permanente evolução dos trabalhos nessa área.

Fica, entretanto, evidente o caminho para alcançar-se um ensino de qualidade: um trabalho pedagógico que assegure à criança o acesso, a permanência e a aprendizagem bem sucedida, assim como a sua formação como cidadão presente e atuante na nossa época. Tal percurso é longo e depende não somente de um grupo de educadores engajados com a problemática, mas fundamentalmente da congruência de seus educadores e

³⁴ Já citadas no capítulo I, p. 25



dos esforços de toda a sociedade. Cada instância assumindo efetivamente o compromisso político e moral de lutar pela melhoria da escola pública



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A.M.F.P.M., SERBINO, R. V., BARBOSA, R. L. L. "I, II, III CEPFE: por uma política de formação de educadores para o Estado de São Paulo" In Programas e Resumos das Comunicações do 1º Congresso de Formação e Cooperação entre Países Lusófonos. Universidade de Algarve/Portugal, 1995.
- ANDRÉ, M.E.E.D.A. Etnografia da Prática Escolar. Campinas/SP., Papirus, 1995
- ANAIS DO I, II, III, IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo, UNESP, 1990,1992,1994,1996.
- AZANHA, J.M.P. "Situação atual do ensino de 1º grau: pequeno exemplário de desacertos" In Cadernos de Pesquisa. SP., nº 52,, pp.109-111, fev. 1985.
- ARROYO, M.G. (org). Da escola carente à escola possível. S.Paulo, Loyola 1991.
- BICUDO, M.A.V. e SILVA JR., C.A. (org). Formação do Educador. SP., Ed. UNESP, 1996, 3 v.
- BOGDAN,R e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon Inc., 1982
- BRANDÃO, Z. "A formação dos professores e a questão da educação das crianças das classes populares" In Cadernos de Pesquisa., nº 40, pp.54-57, fev., 1982
- BRAVO, M.P.C. "La metodologia cualitativa" In BRAVO, M.P.C. e EISMAN, L.B. Investigación Educativa. 2ª ed., Sevilha, sevilha Alfar, 1994.
- BRZEZINSKI, I. Pedagogos, pedagogia e formação de professores.Campinas/SP., Papirus, 1996, 244 p.
- BUFFA, E. e NOSELLA, P. "Formação de professores de 1ª a 4ª séries; Escola Normal e Pedagogia" In III CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. 1994, Águas de São Pedro. Anais do III CEPFE. São Paulo, UNESP, 1994, pp. 22-39.



CAVALCANTE, M.J. CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do professor. São Paulo, Cortez, 1994, 124 p.

CUNHA, L.A. educação e desenvolvimento social no Brasil. 11ª ed., RJ., Francisco Alves, 1989, 293 p.

DIAS-da-SILVA, M.H.G.F.D. "O professor e seu desenvolvimento profissional: superando a concepção do aluno incompetente" In Cadernos Cedes 44, Campinas, UNICAMP, 1998, pp.33-45

Documento Final do IV Encontro Nacional da CONARCFE, texto digitado, 1989

FREIRE, P. "Compromisso do educador com a pesquisa" In A relação Universidade/Rede Pública de Ensino: desafios à Pós-Graduação em Educação. Seminários FDE/PUC, SP., EDUC, 1994

_____. "Escola Pública e Educação Popular" In Política e Educação. 3ª ed., SP., Cortez, 1997.

GATTI, B. A., ROVAI, E., PARO, V.H. "Um estudo sobre os cursos de formação de professores a nível de 2º Grau (antigos cursos normais)" In Cadernos de Pesquisa. Nº 20, mar., 1977, pp. 15-37.

GATTI, B.A. "A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia" In Cadernos de Pesquisa. Nº 81, São Paulo, 1992, pp.70-74

_____. formação de professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação. Campinas/SP., Autores Associados, 1997

_____. "Curso de Pedagogia em questão ou a questão da formação dos educadores" In Nuances, Revista do Curso de Pedagogia. P. Prudente, UNESP, nº 4, v. 4, 1998, pp.1-4

GIOVANI, L.M. "Do professor informante ao professor parceiro: reflexões sobre o papel da universidade para o desenvolvimento profissional de professores e as mudanças na escola" In Cadernos Cedes 44, 1998, pp. 46-58.

GUIBU, G. Y. O estágio Supervisionado na HEM: uma abordagem histórica. 1996, 157 p. Dissertação de Mestrado área de Educação, UNESP/Marília.

GUIRALDELLI JR., P. O que é Pedagogia. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos: 193)



KRAMER, S. "Melhoria de Ensino: o desafio da formação de professores em serviço"
In REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Brasília, v.70,
pp.189-207, maio/ago, 1989

LELIS, I. A. A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio. 2ª
ed., São Paulo, Cortez, 1989

LORIERI, M.A. "Escola Normal" In Anais do II CEPFE. São Paulo, UNESP, 1992, pp.
36-51

LORIERI, M., PIMENTA, S.G. e LEITE, Y.U.F. "Que professores formar
para as séries iniciais do Ensino Fundamental?" In Anais do IV Con-
gresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 1996, pp.
17-23

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. SP.,
EPU, 1986

MARIN, A.J. "Com o olhar nos professores: Desafios para o enfrentamento
das realidades escolares." In Caderno Cedes 44., Campinas, UNICAMP
1998, pp. 8-18.

MARTINS, J, BICUDO, M.A.V. A Pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e
recursos básicos. São Paulo, Ed. Moraes/EDUC, 1989.

MELLO, G.N. Magistério de 1º Grau: da competência técnica ao compro-
misso político. 10ª ed., São Paulo, Cortez, 1993

MENIN, A.M.C.S. Formação de professores e o fracasso escolar na 5ª
Série do período noturno. 1994, dissertação (Mestrado em Educação)
UNESP/Marília.

MOORE, G.E. "The Philosophy of G.E. Moore" In OGDEN & RICHARDS. The
Meaning of Meaning. London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1936

MOURA, M.I.G.L. Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
(CEFAM) no Estado de São Paulo: resgatando sua história e analisando sua
contribuição. Dissertação de Mestrado, área de Educação, 1991, PUC/SP.

MINTO, C. A. "Reinventar a licenciatura" In Revista ANDE. Nº 21, 1995



NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. 2ª ed., Lisboa, D.Quixote, 1995.

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar. 2ª reimpressão, São Paulo, T.A. Queiroz, 1993

PIMENTA, S.G. e GONÇALVES, C.L. Reverendo o Ensino de 2º Grau, propondo a formação de professores. São Paulo, Cortez, 1990.

PROJETO do I CEFE, s/d, texto digitado.

PROJETO do II CEFE, s/d, texto digitado.

PROJETO do III CEFE, 1994, texto digitado.

Relatório Final da Comissão Especial para Desenvolvimento de Estudos sobre Formação dos Profissionais da Educação no Estado de São Paulo. 1999, texto digitado.

RIBEIRO, M.L.S. História da Educação brasileira: a organização escolar. 13ª ed., Campinas/SP, Autores Associados, 1993

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930-1973). 15ª ed., Petrópolis/RJ, Vozes, 1993

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 12ª, Campinas/SP, Editores Autores Associados, 1996

SERBINO, R.V. "Ação cooperativa para formação dos profissionais de Ensino em São Paulo: uma proposta" In Anais do I CEPFE. São Paulo, UNESP, 1990, Comunicação Científica, p.49.

_____ Discurso de abertura ao I CEPFE, s/d, texto digitado

_____ Formação de educadores: programa integrado de pesquisa e ação. 1991, texto digitado

_____ Anais do II Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo, UNESP, 1992a, pp. 2-3

SERBINO, R. V. e ALMEIDA, A.M.F.P.M. (org.) Propostas dos Grupos de Trabalho do II CEPFE. 1992b, texto digitado

_____. "I CEPFE: o movimento pela Formação dos educadores avança" In Educadores para o Século XXI São Paulo, UNESP, 1992c, pp. 171- 190

_____. "I e II CEPFE: subsídios para uma política de formação de educadores para o Estado de São Paulo". In Linhas de Resumo em Formação de Professores do Congresso Internacional de Formação de Professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesa. Universidade de Aveiro/Portugal. 1993, p.153

SERBINO, R.V., RIBEIRO, R., BARBOSA, R.L.L., GEBRAN, R.A. Formação de professores. São Paulo, UNESP, 1996

SILVA JR., C.A. (org). CD ROM. IV Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores – 1996. UNESP / Marília. 1998

_____. Relatório Científico do IV CEPFE. 1996

SOARES, M (org). Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1989

TANURI, L. M. O ensino normal no Estado de São Paulo. 1890-1930. São Paulo, USP, 1979

TANURI, L.M. "Escola Normal: subsídios para discussão" In Anais do I CEPFE, SP., UNESP, 1990, pp. 87 – 95

ZELANTE, A. N. Formação do magistério de 1º Grau: um esforço de renovação. 1994, tese de doutorado em Educação, FE/USP.



LEGISLAÇÃO:

Constituição Federal, de 1988

Emenda Constitucional nº 14 de setembro de 1996. Institui o FUNDEF.

Lei nº 34 de 16 de março de 1846. Cria a Escola Normal Paulista.

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior.

Lei nº 5.962, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 9.394, de 02 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Regulamenta o FUNDEF.

Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial

Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário

Decreto-Lei nº 6.141, de 26 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial

Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946 Lei Orgânica do Ensino Primário

Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal

Decreto-Lei nº 9.163, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Decreto nº 28.089, de 14 de janeiro de 1988. Cria o CEFAM

Decreto nº 2.264, de junho de 1997. Regulamenta o FUNDEF.

Resolução - CNE nº 30 de 1971. Implanta as licenciaturas curtas nas Universidades Estaduais e federais e regulariza os cursos já existentes nas faculdades particulares.

Resolução- SE nº 14, de 28 de janeiro de 1988. Dispõe sobre instalação e funcionamento do CEFAM



ANEXOS

CONCEPÇÃO DE
EDUCADOR DA
CONARCFE

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
Coordenação Estadual Paulista

Síntese do Documento Final do V Encontro Nacional da CONARCFE³⁵

Belo Horizonte – 1990

O desenvolvimento da idéia de uma base comum.

“ (...) A base comum nacional supõe uma concepção da formação do educador que se expressa num corpo de conhecimentos básicos em três áreas fundamentais:

- conhecimento específico
- conhecimento pedagógico
- conhecimento integrador

O conhecimento específico trabalhará o corpo de conhecimentos específicos a cada licenciatura.

O conhecimento pedagógico influirá além do conhecimento didático-metodológico, a análise filosófica, histórica, sociológica do processo educativo; a dinâmica e a organização da educação brasileira e em especial da escola e do sistema de ensino, e o processo de ensino-aprendizagem.

O conhecimento integrador procurará trabalhar o conhecimento específico na ótica do ensino. Fará a relação entre a adequação, dosagem e organização do conhecimento a ser lecionado nos diversos graus de ensino e nas diferentes realidades existentes” (p. 5)

O posicionamento dos grupos de licenciatura específica/escola normal

“(…) É preciso uma sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e de seus fundamentos, que permita ao profissional da educação a apropriação de seu processo de trabalho e capacite-o para uma análise crítica da realidade da sociedade brasileira e da realidade educacional em particular.

“A base comum nacional deve evitar as concepções educacionais ultrapassadas. Deve enfatizar uma concepção sócio-histórica do profissional da educação, contextualizando e estimulando a análise política da educação, com vistas a conhecer os vários projetos políticos, propiciando uma tomada de posições e permitindo ao profissional da educação saber o que é uma gestão democrática, instrumentalizando-o a participar dessa gestão nas diversas instituições em que venha a atuar”. (p. 7)

O posicionamento dos grupos de pedagogia 1 e 3

A formação do educador “deverá superar a dicotomia teoria/prática construindo a identidade desse profissional através de um trabalho coletivo interdisciplinar articulado com o princípio da gestão democrática”. (p. 7)

³⁵ Relatores: Isabel Aurora de Souza Branco (IB-UNESP/R.Claro); Luiz Marcelo de Carvalho (IB-UNESP/R.Claro); Paulo Eduardo Martins Araújo (IB-UNESP/R.Claro); Rosa Maria Feiteiro Cavallari (IB-UNESP/R.Claro); Raquel Volpato Serbino (IB-UNESP/Botucatu)



PROGRAMAS DOS
CONGRESSOS

Entidades Colaboradoras

CONARCFE – Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador

ANDE – Associação Nacional de Educação

APASE – Associação Paulista de Supervisores de Ensino

Apoio

FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

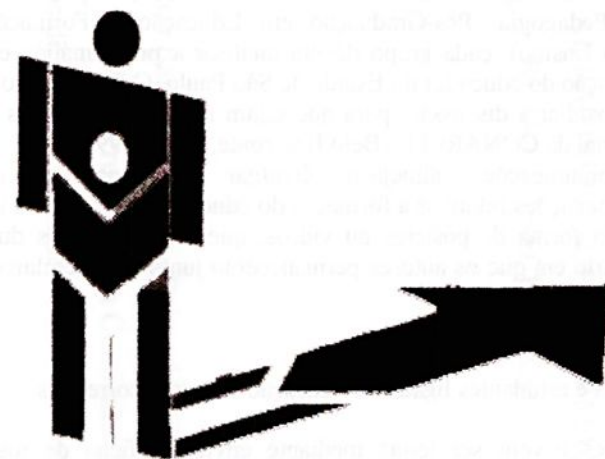
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

Secretaria de Estado da Educação – São Paulo

VUNESP – Fundação para o Vestibular

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

I CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES



RUMO AO SÉCULO XXI

Período

20 a 23 de maio de 1990

Local

Grande Hotel São Pedro – SP

Promoção

UNESP

I CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES
“RUMO AO SÉCULO XXI”

Dia 20 de maio de 1990

Horário: 19.30 às 20.00 hs.

Local: Auditório

Sessão solene de abertura:

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim (Reitor UNESP)

Profª. Drª Raquel V. Serbino (Presidente da Comissão Organizadora)

Prof. Dr. Luis Carlos de Freitas (Presidente da CONARCFE)

Horário: 20.00 às 23.00

Local: Auditório

DEBATE

Tema: Paradigmas alternativos do desenvolvimento mundial

Expositores: Prof. Dr. Enio Candoli

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Prof. Dr. Mario Rubens Guimarães. Montenegro

Prof. Emérito da Universidade Estadual Paulista

Debatedores: Prof. Dr. Gesner de Oliveira

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Prof. Dr. Fernando Novaes

Professor da Universidade Estadual de Campinas

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Carlos Bernardo

Professor da Universidade Estadual Paulista



Dia 21 de maio de 1990

Horário: 8.30 às 12.00 hs

Local: auditório

MESA REDONDA

Tema Geral: Modelos de desenvolvimento e política social para o Brasil

Sub - Tema I: Ciência, Tecnologia, Sociedade e Educação

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo

Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do
Estado de São Paulo

Sub - Tema II: A Economia e o Redirecionamento da Sociedade do Século XXI

Prof. Dr. José Serra

Deputado Federal (SP)

Sub - Tema III: Organização Social e Exercício do Poder

Prof. José Guilhaon de Albuquerque

Professor da Universidade de São Paulo

Coordenador: Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor da UNESP

Horário: 14.00 às 16.30 hs – GRUPOS DE TRABALHO

16.30 às 18.30 hs – SESSÕES DE COMUNICAÇÃO.

_____ x _____

Dia: 21 de maio de 1990

Horário: 20.00 às 23.00 hs

Local: Auditório

DEBATE

Tema: Epistemologia e Educação

Expositores: Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira

Professor da Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Celso Favaretto

Professor da Universidade de São Paulo



Debatedores: Prof^a. Dr^a. Miriam Jorge Warde

Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Silvio Ancisar S. Gamboa

Professor da Universidade Estadual de Campinas

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Viggiani Bicudo

Professora da Universidade Estadual Paulista

_____X_____

Dia: 22 de maio de 1990

Horário: 8.30 ÀS 12.00 hs

Local: Auditório

MESA REDONDA

Tema Geral: Formação de Educadores para o Século XXI: do possível ao necessário.

Sub -Tema I: Desafios para a formação do professor: dados de pesquisa recente.

Prof^a Dr^a Menga Ludke

Professora da PUC do Rio de Janeiro

Sub -Tema II: Pós-Graduação em Educação e Ensino como Recurso para a transformação.

Prof. Dr. Joel Martins

Professor Emérito da PUC de São Paulo

Sub - Tema III: Formação Continuada na Rede Pública.

Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho

Professor da Universidade Estadual Paulista

Vice-presidente do Conselho Estadual de Educação

Sub - Tema IV: Grupos de Formação na Rede Pública

Prof. Dr. Paulo Freire

Secretário de Educação do Município de SP

Coordenador: Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Junior

Professor da Universidade Estadual Paulista

Horário: 14.00 às 16.30 hs – GRUPOS DE TRABALHO

16.30 às 18.30 hs – SESSÕES DE COMUNICAÇÃO



Dia 22 de maio de 1990

Horário: 22.00 às 23.00 hs

Local: Auditório

MESA REDONDA

Tema Geral: Perspectivas para o Ensino Público no Estado de São Paulo.

Sub - Tema I: Educação Básica: 1º e 2º Graus de Ensino

Profª Drª Guiomar Namó de Mello

Deputada Estadual – SP

Sub - Tema II: Ensino Superior e Formação do Professor

Profª Drª Eunice Durhan

Professora da Universidade de São Paulo

Diretora da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior)

Sub - Tema III: Informatização e Tecnologia a Serviço do Professor

Profª Drª Bernadeti Gatti

Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

Sub-Tema IV: A recuperação da qualidade do ensino público e a formação/ atualização
do professor no Estado de São Paulo

Profª Drª Maria do Rosário Magnani

Professora da Rede Estadual

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Cesar Perri de Carvalho

Pró-Reitor de Graduação da UNESP

_____x_____

Dia: 23 de maio de 1990

Horário: 8.30 às 11.00 hs

Local: Auditório

SESSÃO PLENÁRIA

Pauta: Apresentação e discussão das propostas feitas pelos Grupos de
Trabalho



Participação especial:

Prof. Dr. Carlos Estivam Aldo Martins

Secretário da Educação do Estado de São Paulo

Horário: 11.00 hs

Local: Auditório

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

Prof. Dr. Antônio Cesar Perri de Carvalho

Pró – Reitor de Graduação da UNESP.



- **Dia 27 de maio**

8:30 horas: Mesa-Redonda **Base Comum Nacional na Formação do Educador**
Coordenadora: Profa. Dra. Maristela Veloso Campos Bernardo – UNESP
Expositores: Prof. Dr. Dermeval Saviani – UNICAMP
Profa. Dra. Nilda Alves – UFF
Prof. Dr. Luiz Carlos Freitas – ANFOPE
Profa. Dra. Myriam Krasilchik – USP

14:30 horas: Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicações Científicas

20:30 horas: Paineis **A Formação do Educador na América Latina**
Coordenadora: Profa. Dra. Guiomar Namó de Mello – IEA/USP
Expositores: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto – UFRJ
Prof. Dr. Juan Carlos Tedesco – UNESCO
Prof. Dr. José Mário Pires Azanha – USP

- **28 de maio**

8:30 horas: Sessão Plenária
Discussão dos Relatórios dos Grupos de Trabalho
Aprovação de Moções
14:30 horas: Solenidade de Encerramento

Apoio

FUNDUNESP
FNDE
FAPESP
CNPq
FINESP
VUNESP

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Raquel Volpato Serbino
Departamento de Educação – Instituto de Biociências – UNESP Botucatu

**II CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE
FORMAÇÃO DE EDUCADORES**

**POR UM PROJETO EDUCACIONAL
EM FAVOR DA CIDADANIA**



Período

24 a 28 de maio de 1992

Local

Grande Hotel São Pedro
Águas de São Pedro – SP

Entidades e Instituições Co-Promotoras

ANDE – ANFOPE – APSE – APEOESP – CENP – CONSELHO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – FDE – PUCCAMP – PUC/SP
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – UDEMO – UFSCAR – UNICAMP
UNIMEP – USC – USP

Promoção

Unesp



II CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES POR UM PROJETO EDUCACIONAL EM FAVOR DA CIDADANIA

Objetivos

- Analisar com dados de pesquisa e de trabalhos executados, ou em andamento, a formação e a prática atual do professor em todos os níveis.
- Propor alternativas que possibilitem promover a qualidade de escola pública democrática considerando o papel e a força dos professores na construção da cidadania.
- Sugerir indicadores para a viabilização de um projeto de educação para o Estado de São Paulo, que contemple a formação do cidadão.

Sistemática de Realização

1. Conferências
2. Mesas-Redondas
3. Painéis
4. Grupos de Trabalho
5. Sessões de Comunicações (vídeos, pôsteres, softwares)
6. Minucursos e Oficiais
7. Atividades Culturais

Participantes

Profissionais e3 estudantes ligados à Educação e áreas correlatas.

Apresentação de Comunicações

Os resumos das comunicações deverão ser enviados até o dia 11 de abril juntamente com a ficha de inscrição de pelo menos um dos autores.

Vagas

As vagas são limitadas. Serão preenchidas por ordem de inscrição.

Inscrições, informações e Reservas de Hotel

Tour Shop

Praça Isabel Aruuda, 157 – 5º andar – sala 51 – Centro

FAX: (0149) 22. 1512 – FONE.: (0149) 22 5322 e 22 2255

TELEX: 142703

CEP 18600 – BOTUCATU – SP

Programa

Dia 24 de maio

20:00 horas: Solenidade de Abertura

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim - Reitor da UNESP

21:00 horas: Conferência **O que é ser professor**

Prof. Dr. Florestan Fernandes – USP

Coordenador: Prof. Dr. Antonio César Perri de Carvalho
Pró – Reitor de Graduação da UNESP

- Dia 25 de maio

8:30 horas: Mesa-Redonda **Política e Financiamento da Formação do Educador no Estado de São Paulo**

UNESP

Coordenador: Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo - Vice-Reitor da

Expositores: Dr. Fernando Moraes – Secretário de Educação / SP
Prof. Dr. Elias Antonio Jorge – UFMG
Prof. Dr. Walter Esteves Garcia – CNPq

14:30 horas: Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicações Científicas

20:00 horas: Painel Estado, Educação e Formação da Cidadania

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Manoel do Santos Silva
Pró-Reitor de Pós-Graduação da UNESP

Expositores: Prof. Dr. Roberto Romano – UNICAMP
Profa. Dra. Maria Vitória Benevides – USP
Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante – UNESP

- Dia 26 de maio

8:30 horas: Mesa-Redonda **Pesquisa em Educação**

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Viggiani Bicudo – UNESP

Expositores: Prof. Dr. Joel Martins – PUC/SP

Profa. Dra. Carolina M. Bori – USP

Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia – USP

Prof. Dr. Mauricio Tragtenberg – UNICAMP

Profa. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro - UNICAMP

14:30 horas: Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicações Científicas



II CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE
EDUCACADORES
“POR UMA PROJETO EDUCACIONAL EM FAVOR DA CIDADANIA”

Dia: 24 de maio de 1992

Horário: 20.00

Solenidade de Abertura:

Coral da Universidade Metodista de Piracicaba / UNIMEP

Regência: Maestro Umberto Cantoni

Setor de Música – UNIMEP

Pronunciamentos:

Prof^ª. Dr^ª. Raquel V. Serbino

Presidente da Comissão Organizadora do II CEPFE.

Prof. Dr. Paulo Miltom Barbosa Landim

Reitor da UNESP

Horário: 21.00 hs

Conferência: O que é ser professor

Conferencista: Prof. Mario Sérgio Cortella

Secretário Municipal de Educação/ SP

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Cesar Perri de Carvalho

Pró-Reitor de Graduação da UNESP

Lançamento do Livro:

EDUCADORES TUMO AO SÉCULO XXI

Organizadores: Raquel Volpato Serbino

Maristela Veloso Campos Bernardo



Dia 25 de maio de 1992

Horário: 8.30 hs

MESA REDONDA

Política e Financiamento da Formação do Educador no Estado de São Paulo.

Coordenador: Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor da UNESP

Expositores: Dr. Fernando Moraes

Secretário de Educação do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Elias Antônio Jorge

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Walter Esteves Garcia

Representante do CNPq

Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicações Científicas

Horário: 17.30 hs

Teatro: "Memórias de um Computador"

Coordenação: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

Horário: 19.00 hs

Coral do Instituto de Artes e Reitoria

Regência: Maestro Samuel Kerr

Instituto de Artes e Reitoria / UNESP

Horário: 20.00 hs

Painel Estado, Educação e Formação da Cidadania

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva – UNESP

Expositores: Prof. Dr. Roberto Romano – UNICAMP

Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury – UFMG

Prof. Dr. Tullo Vigevani – UNESP.



Dia 26 de maio de 1992

Horário: 8.30 hs

MESA REDONDA

Tema: Pesquisa e Educação

Coordenador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Viggiani Bicudo

Professora da UNESP

Expositores: Prof. Dr. Joel Martins

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof^ª. Dr^ª. Carolina M. Bori

Professora da Universidade de São Paulo

Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Joly Gouveia

Professora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Mauricio Tratenberg

Professor da Universidade Estadual de Campinas

Prof^ª Dr^ª. Amélia Americano Domingues de Castro

Professora da Universidade Estadual de Campinas

Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicações Científicas

Horário: 17.30 hs

A música, a plástica na obra de Frei Jenuíno de Monte Carmelo

Pesquisa Clássica - Prof^ª Dr^ª Neide Marcondes

Instituto de Artes – UNESP / SP

Horário: 19.00 hs

Grupo Tempero “Ad Libitum”

Maestro Victor Gabriel Araújo

Instituto de Artes – UNESP / SP



Dia 27 de maio de 1992

Horário: 8.30 hs.

MESA REDONDA

Tema: Base Comum Nacional na Formação do Educador

Coordenador: Prof^ª. Dr^ª. Maristela Veloso Campos Bernardo (UNESP / Botucatu)

Expositores: Prof. Dr. Demerval Saviani (UNICAMP)

Prof^ª Dr^ª Nilda Alves (U.F.F)

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (ANFOPE)

Prof^ª Dr^ª. Myriam Krasilchik (USP)

Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho, Minicursos, Oficinas e Comunicação Científica

Horário: 17.30 hs

Teatro: "Boca do Lobo"

Coordenação: Naomi Torigoi

Grupo Cultural do Centro Comunitário do Bairro Paulicéia - Piracicaba

Horário: 20.00 hs

Painel: A formação do Educador na América Latina:

Coordenadora: Prof. Dra. Rose Neubauer da Silva - FCC/USP

Expositores: Prof. Dr. Gaudência Frigotto - UFF

Prof. Dr. Juan Carlos Tedesco - UNESCO

Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrósio - CEE/SP

_____x_____

Dia 28 de maio de 1992.

Horário: 8.30 hs

Sessão Plenária

Discussão dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

Aprovação das moções

Horário: 14.30 hs

Solenidade de Encerramento.



13) Licenciatura em Ciências Biológicas

Prof.^ª Dr.^ª Myrian Krasilchik – USP

Prof. Dr. Rubens Cruz – UNESP

14) Profissão de Professor de 1º grau no Brasil: características

Prof.^ª Dr.^ª Bernadete Angelina Gatti – FCC

Prof.^ª Dr.^ª Rose Neubauer da Silva – USP e FCC

15) Sindicato Único para o Magistério?

Prof.^ª Anna Maria Quadros Brandt de Carvalho – APASE

Prof. Roberto Augusto Torres Leme – UDEMO

Prof. Roberto Felício – APEOESP

Prof. Cláudio Benedito Gomide de Souza – UNESP

16) Práticas Interdisciplinares

Prof.^ª Dr.^ª Vani Moreira Kenski – UNICAMP

Prof.^ª Dr.^ª Ana Maria Saul – PUC/SP

Prof.^ª Dr.^ª Regina Boschniak Pereira – UFSCAR

17) Universidade e Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio: Qual a parceria?

Prof.^ª Angela Maria Martins – FDE

Prof.^ª Dr.^ª Raquel Volpato Serbino – UNESP

18) Política Educacional e Salários do Magistério

Prof. Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto – UDEMO

Prof. Dr. José Carlos de Araújo Melchior – USP

Prof. Guerino Zago – APEOESP

19) Ética e Educação

Prof. Dr. Cosme Damião Massi Bastos – UNESP

Prof. Dr. Osvaldo Giacoia Jr. – UNESP

20) Plano Decenal de Educação

Prof. Dr. Célio da Cunha – MEC

Comissão Organizadora

Raquel Volpato Serbino – UNESP (presidente)

Ana Maria Freire P. M. de Almeida – UNESP (secretária)

Anna Maria Quadros Brandt de Carvalho – APASE

Antonio Joaquim Severino – USP

Antonio Vicente Marafioti Garnica – UNESP

Cléia Maria Luz Rivero – UNIMEP

Cleide Moreira – SE

Irene Sales de Souza – UNESP

Isabel Aurora de Souza Branco – UNESP

Ivani Catrina Arentes Fazenda – PUC/SP

Jeanete Crisitna Alves Pinto Sachs – CENP

João Cardoso Palma – CEE

Leny Rodrigues Martins Teixeira – UNESP

Lila Maria Freitas Inglez de Souza – UNIMEP

Ligia Maria Vettorato Trevisan – AREX/UNESP

Lúcia Avelar – UNICAMP

Márcia Regina Ferreira de Brito – UNICAMP

Maria Aparecida Pileggi Perassollo – FDE/GDA

Maria Cecília Sanches Teixeira – USP

Maria Helena Maestre Gios – UNESP

Maria Isabel de Almeida – APEOESP

Maria Salete Zulzke Trujillo – PUCAMP

Maria de Lourdes Morales Horiguela – UNESP

Marília L. Washington – UFSCAR

Pedro Laudinor Goergen – UNICAMP

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – UFSCAR

Raimunda Abou Gebran – UNESP

Raquel Lazzari Leite Barbosa – UNESP

Ricardo Ribeiro – UNESP

Rosa Maria Cruz Gontijo – PUCCAMP

Rosa Maria Feitiro Cavalari – UNESP

Vitória Helena Cunha Espósito – PUC/SP

Volmer Aureo Pianca – UDEMO

Apoio

FUNDUNESP – FNDE – FAPESP – CNPQ – FINEP – VUNESP –
CAPES –

Secretaria da Ciência e Tecnologia de São Paulo – BANESPA –
BANCO DO BRASIL

Entidades e Instituições Co-Promotoras

ANDE – APASE – APEOESP – CENP – Conselho Estadual de
Educação – FDE –

PUCCAMP – PUC/SP – Secretaria da Educação – UDEMO –
UNIMEP

UFSCAR – UNICAMP – USP

Promoção

unesp

**III CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE
A FORMAÇÃO DE EDUCADORES**



**TEMPO DA ESCOLA....
TEMPO DA SOCIEDADE**

Período

22 a 26 de maio de 1994

Local

Grande Hotel São Pedro
Águas de São Pedro – SP

Entidades e Instituições Co-Promotoras

ANDE – APASE – APEOESP – CENP – Conselho
Estadual de Educação – FDE – PUCCAMP – PUC/SP –
Secretaria da Educação – UDEMO – UNIMEP –
UFSCAR – UNICAMP – USP

**PROMOÇÃO
UNESP**



Objetivos

O objetivo central do III CEPFE é repensar a relação escola/sociedade a partir da reflexão sobre pesquisas e práticas educacionais. Derivam daí como objetivos específicos:

- Discutir sobre a formação básica e continuada do educador, nos/para os diferentes níveis de ensino;
- Promover intercâmbio de idéias e experiências entre professores/pesquisadores de áreas ligadas à educação;
- Apresentar propostas com vistas a influir na política educacional de formação de educadores no Estado de São Paulo.

Sistemática de realização

1. Conferências
2. Mesas-Redondas
3. Grupos de Trabalhos
4. Seminários Temáticos
5. Sessões de Comunicação (vídeos, pôsteres, softwares, textos)
6. Atividades Culturais

Participantes: Profissionais e estudantes ligados à educação.

Apresentação de Comunicações

Os resumos das comunicações (vide ficha de inscrição) e os textos deverão ser enviados até o dia 10 de março de 1994.

O texto deverá ter no máximo 10 laudas de 30 linhas com 70 toques (espaço 2).

Os trabalhos enviados serão selecionados pela Comissão Científica.

Vagas: As vagas são limitadas e serão preenchidas por ordem de inscrição.

Inscrições e Informações

Secretaria Executiva do III CEPFE
Praça da Sé, 108 – 3º andar – CEP 01001-900 – São Paulo – SP

Telex 1119001–Fax (011) 36-5784–Fone: 232 – 7171 Ramal 1254

Taxa de inscrição US\$ 20,00

Programa

Dia 22 de maio

- 20h00 - Solenidade de Abertura
Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo
Reitor da UNESP
- 21h00 - Conferência **Relação Escola e Sociedade**
Prof. Dr. Antonio Nóvoa
Universidade de Lisboa

Dia 23 de maio

9h00 Mesa - Redonda **Política de Formação de Educadores**
Coordenadora: Profª. Drª. Maria Aparecida Viggiani

Bicudo

Pró-Reitora de Graduação da UNESP

Expositores:

Prof. Dr. Divonzir Arthur Gusso – I.N.E.P.
Profª. Drª. Guiomar Namó de Mello – BID
Profª. Drª. Maria José Vieira Feres – SESU/MEC
Representante da Secretaria da Educação do

Estado de São Paulo

14h30 Grupos de Trabalhos e Comunicações Científicas

20h00 Atividade Cultural

Dia 24 de maio

9h00 - Grupos de Trabalho e Seminários Temáticos

14h30 - Grupos de Trabalho e Comunicações Científicas

20h00 - Mesa - Redonda **Educação Urgente: para quê?**

Coordenadora: Profª. Drª. Maria Aparecida Lima Grande
-UNESP

Expositores: Profª. Drª. Lizete Regina Gomes Arelaro – USP

Representante do Empresário Paulista

Dia 25 de maio

9h00 - Grupos de Trabalho e Seminários Temáticos

14h30 - Mesa – Redonda **Formação Básica e Formação**

Continuada de Educadores

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva
Vice - Reitor da UNESP

Expositores: Prof. Dr. Antonio Nóvoa – Univ. de Lisboa

Prof. Dr. Ivan Nunes Prieto – MEC/Chile

Profª. Drª. Maria de Ibarrola – Fundação Nacional de
Capacitação do Sindicato de Professores –

México

Prof. Dr. José Mario Pires Azanha – CEE/SP

Prof. Dr. Michel Brault – IUFM/França

20h00 - Atividade Cultural

Dia 26 de maio

9h00 - Sessão Plenária

Discussão dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

Aprovação de Moções

Solenidade de Encerramento

Seminários Temáticos

1) Formação de Professores: alternativas institucionais

Profª. Drª. Guiomar Namó de Mello

Profª. Drª. Maria das Graças Furtado Feldens – UFRS

2) Pós – Graduação e Formação de Professores para o 3º grau

Prof. Dr. José Dias Sobrinho – UNICAMP

Prof. Dr. Marcos Tarciso Masetto – USP – PUC/SP

3) Currículos na Formação de Professores: Escola Normal, Pedagogia e Licenciatura

Prof. Dr. Romualdo Luiz P. de Oliveira – USP

Profª. Iria Brzezinski – UNB

4) L.D.B. e a Formação de Educadores

Profª. Lúcia Helena Lodi – UNESP – ANDES

Prof. Dr. César Augusto Minto – UFSCAR – ANDE

5) “Pedagogia da Qualidade” em debate

Prof. Dr. Hugo Assman – UNIMEP

Prof. Dr. Eraldo Marelin Viana – FCC

6) A Mídia e a Educação

Prof. Dr. Milton José de Almeida – UNICAMP

Profª. Drª. Maria Stela Felisminda de Rezende e Fusari – USP

7) Educadores de Rua

Drª. Alda Marco Antonio – MAS

Profª. Drª. Maria Stela Santos Graciani – PUC/SP

Padre Júlio Renato Lancelotti

8) Formação de Professores a distância

Profª. Drª. Maria Rosa de Abreu – UNB

Prof. Pedro Paulo Demartini – TVE

9) Educação e Informática

Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Borba – UNESP

Profª. Drª. Afira Ripper – UNICAMP

10) Alfabetização

Profª. Drª. Berta Braslawski – Universidade de Buenos

Aires

Profª. Drª. Eglê Pontes Franchi – UFSCAR

Profª. Drª. Maria Cecília de Oliveira Micotti – UNESP

11) Licenciatura em Ciências humanas

Profª. Drª. Roseli Fischmann – USP

Profª. Drª. Marisa Lajolo – UNICAMP

Profª. Drª. Zilda Márcia Grigoli Tokoi – USP

12) Licenciatura em Ciências Exatas

Prof. Dr. Ubiratan D’Ambrósio – UNICAMP

Prof. Dr. Ernest Hamburger – USP

Prof. Dr. Nilson José Machado – USP

III CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES
“TEMPO A ESCOLA ... TEMPO DA SOCIEDADE”

Dia 22 de maio de 1994

Horário: 18.00 hs

Local: Auditório

Concerto de Recepção aos Congressistas

Orquestra de Câmara de Araraquara

Coordenadora: Profª Edna Nogueira Moraes Silveira

Regência: Maestro Eduardo Henrique Alves

Horário: 19.00 hs

Solenidade de Abertura

Coral do Instituto de Artes do Planalto – IAP / UNESP

Regência: Maestro Samuel Kerr

Pronunciamentos:

Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo - Reitor da UNESP

Profª. Drª. Raquel V. Serbino -

Presidente da Comissão Organizadora do III CEPFE

Horário: 21.00

Conferência: Relação Escola e Sociedade

Prof. Dr. António Nóvoa - Professor da Universidade de Lisboa

Horário: 22.30 hs

Coquetel

_____x_____

Dia 23 de maio de 1994

Horário: 9.00 hs

MESA REDONDA

Tema: Política e Formação de Educadores:

Coordenadora: Profª Drª. Mª Ap. Viggiani Bicudo - Pro-Reitora de Grad. da UNESP

Expositores: Prof. Dr. Divonzir Arthut Gusso – INEP



Prof. Dra. Guiomar Namó de Mello – BID
Prof. Dra. Maria José Vieira Feres – SESU/ MEC
Representante da SEE/SP

Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho e Comunicações Científicas

Horário: 20.00 hs

Teatro “Tupac Amaru – o início do sonho latino”
Grupo experimental de Teatro – Lageado
FCA / UNESP / Botucatu

Horário: 21.00 hs

Lançamento de livros
Coquetel

_____x_____

Dia 24 de maio de 1994

Horário: 9.00 hs

Grupos de Trabalho e Seminários Temáticos

Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho
Comunicações Científicas

Horário: 20.00 hs

MESA REDONDA

Tema: Educação urgente: para que?

Coordenadora: Profª Drª. Mª Ap. Lima Grande

Professora da UNESP/Araraquara.

Expositores: Profª Drª. Lizete Regina Gomes Arelaro – USP

Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira - Presidente da FIESP



Dia 25 de maio de 1994

Horário: 9.00 hs

Grupos de Trabalho e Seminários Temáticos

Horário: 14.30 hs

MESA REDONDA

Tema: Formação Básica e Formação Continuada de Educadores

Coordenador: Prof. Dr. Antônio Manoel dos Santos Silva - UNESP / Marília

Expositores: Prof. Dr. Antônio Nóvoa

Professor da Universidade de Lisboa

Prof.^a Dr.^a Maria Ibarrola

Fundação Nac. de Capacitação do Sindicato de Professores do México

Prof. Dr. José Mario Pires Azanha

Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Michel Brault

IUFM/França.

Horário: 20.00 hs

Jantar dançante

Tecladista: José Carlos G. Brasil - Piracicaba

_____x_____

Dia 26 de maio de 1994

Horário: 9.00 hs

Sessão Plenária

Discussão dos relatórios dos Grupos de Trabalho

Aprovação de Moções

Horário: 12.30 hs

Solenidade de Encerramento

Pronunciamento

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Viggiani Bicudo

Pró – Reitora de Graduação da UNESP



O tema do IV CEPFE – “Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade”- pretende expressar o objetivo central de avaliar a posição atual do poder público no Brasil frente às responsabilidades que lhe são inerentes no campo educacional.

Pretende ainda avaliar a atuação daquelas instituições – as universidades – que no interior do aparelho do Estado ou fora dele respondem obrigatoriamente pela tarefa de formar e orientar a ação dos educadores. Esta preocupação nuclear conduz aos objetivos específicos, que se constituem,

ATIVIDADES:

1. Conferências
2. Mesas-Redondas
3. Grupos de Trabalho
4. Seminários Temáticos
5. Sessões de Comunicação
6. Atividades Culturais

PARTICIPANTES:

Pesquisadores científicos da área de educação, professores universitários e do ensino básico, alunos da graduação e pós-graduação.

APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

Os resumos das comunicações (vide ficha de inscrição) e os textos, vídeos e softwares deverão ser enviados até o dia 11 de março de 1996.

por sua vez, em retomada das intenções de trabalho continuamente evidenciadas desde o I CEPFE:

- Analisar as questões da formação básica e continuada do educador nos e para os diferentes níveis de ensino;
- Promover intercâmbio de idéias e experiências entre professores e pesquisadores das áreas ligadas à investigação educacional;
- Elaborar propostas que possam subsidiar intervenções consistentes nas políticas públicas de formação de educadores no Estado de São Paulo

Os trabalhos enviados serão analisados pela Comissão Científica

VAGAS:

As vagas são limitadas e serão preenchidas por ordem de inscrição, até 29 de março de 96

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

Secretaria Executiva do IV CEPFE Alameda Santos, 647 12º Andar – Cep 01419-901 – São Paulo

Telefone (011) 252.0250 – Fax: (011) 252.0206

TAXA DE INSCRIÇÃO

R\$ 20,00 – professores de 1º e 2º graus.

R\$ 40,00 – professores de 3º grau e alunos de pós-graduação

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Arthur Roquete de Macedo (Reitor)
Antonio Manoel dos Santos Silva (Vice-Reitor)



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Maria Aparecida Viggiani Bicudo
(Pró-Reitora de Graduação)

IV CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES



FORMAÇÃO DO EDUCADOR: DEVER DO ESTADO, TAREFA DA UNIVERSIDADE

27 A 31 DE MAIO DE 1996 GRANDE HOTEL SÃO PEDRO – ÁGUAS DE SÃO PEDRO, SP

PROMOÇÃO:

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES CO-PROMOTORAS:
APASE, APEOESP, CPP, PUCCAMP, PUC/SP,
SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, UDEMO,
UFSCAR, UNICAMP, UNIMEP, USP
COORDENAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – UNESP

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA

Dia 27	19h30	14 horas
20 Horas	Grupos de Trabalho	Sessão Plenária
Abertura	Dia 29	19h30
Conferência	9 horas	Mesa Redonda
"Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade"	Mesa Redonda	"A formação do educador e dos saberes que a determinam"
Dia 28	"Formação e atuação profissional do educador: interdependência e interdeterminação"	Dia 31
9 horas	14h30	8h30
Mesa Redonda	Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho
"Poder público e formação de educadores no Brasil atual"	Seminários Temáticos (10 a 18)	10h30
14h30	Dia 30	Conferência
Grupos de Trabalho	9 horas	"Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade"
Seminários Temáticos (01 a 09)	Comunicações científicas	Encerramentos
	Comunicações institucionais	

GRUPOS DE TRABALHO

Participantes indicados pelas instituições promotoras

GT-1 Formação de educadores para as séries iniciais do ensino de 1º grau

GT-4 Pós-Graduação e pesquisa

GT-2 Licenciaturas

GT-5 Formação continuada dos profissionais do ensino

GT-3 Pedagogia

GT-6 Educação especial

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

01. Municipalização do ensino: questões atuais.

11. Formação do professor para o ensino técnico

02. O magistério e o estatuto da criança e do adolescente

12. Discriminação étnica e multiculturalismo

03. Epistemologia e licenciaturas

13. Utilização pedagógica das redes eletrônicas

04. Formação de professores a distância

14. Currículos e educação básica

05. O ensino religioso na escola pública

15. O significado da violência na escola

06. Filosofia e formação do educador

16. Linguagens alternativas na formação do educador

07. Organização do trabalho na escola: formas convencionais e alternativas

17. Os sindicatos como instâncias de formação do educador

08. Articulação entre universidade e ensino de 1º e 2º graus

18. Avaliação do desempenho profissional do professor

09. Educação, cultura e meio ambiente

10. Formação do professor de educação especial

IV CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE
EDUCADORES
“FORMAÇÃO DO EDUCADOR: DEVER DO ESTADO, TAREFA DA
UNIVERSIDADE”

Dia 27 de maio de 1996

Horário: 20.30 hs

Solenidade de Abertura

Apresentação musical: Giácomo Bartoloni (violão)

Marcia Guimarães (voz)

Homenagem à Profª Drª Raquel Volpato Serbino

Entrega da Medalha Mérito Educativo ao Prof. Dr. Demerval Saviani

Conferência:

“Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade”

Prof. Dr. Ildeu Moreira Coelho - Universidade Federal de Goiás

_____x_____

Dia: 28 de maio de 1996

Horário: 9.00 hs

MESA REDONDA

Tema: “Poder público e formação de educadores no Brasil atual”

Coordenador: Prof. Dr. Arthut Roquete de Macedo - Reitor da UNESP

Expositores: Profª. Dra. Eunice Ribeiro Durham

Representante do MEC/SPE

Profª. Dra. Rose Neubauer da Silva

Secretária da Educação do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Miguel Arroyo

Secretário da Educação do Município de Belo Horizonte / MG.



Horário: 14.30 hs

Grupos de Trabalho
Seminários temáticos

Horário: 20.00 hs

Grupos de Trabalho

_____x_____

Dia 29 de maio de 1996

Horário: 9.00 hs

MESA REDONDA

Tema: “Formação e atuação profissional do educador: interdependência e interdeterminação”

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva - UNESP

Expositores: Profª. Dra. Menga Lüdke - UFF e PUC do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Neidson Rodrigues - Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Carlos Augusto Abi Calil - Representante do CNTE

Horário: 14.30 hs

Grupo de Trabalho
Seminários Temáticos

Horário: 18.30 hs

Lançamento de livros

Horário: 21.00 hs

Grupo trombonismo

Horário: 22.00 hs

Baile de Confraternização
Tecladista: José Carlos G. Brasil



Dia 30 de maio de 1996

Horário: 8.30 hs

Comunicações científicas

Comunicações Institucionais

Horário: 15.00 hs

Sessão Plenária

Horário: 20.30 hs

MESA REDONDA

Tema: “A formação do educador e os saberes que a determinam”

Coordenadora: Profa Dra. Maria Aparecida V. Bicudo

Pró – Reitora de Graduação da UNESP

Expositores: Profa. Dra. Regina Leite Garcia

Professora da Universidade federal Fluminense

Prof. Dr. Demerval Saviani - UNICAMP

Profa. Dra. Ana Maria Saul – PUC/ SP

_____x_____

Dia 31 de maio de 1996

Horário: 8.30 hs

Grupos de Trabalho

Horário: 11.00 hs

Encerramento



GRUPOS DE TRABALHO
TEXTOS GERADORES
E COORDENADORES

Os Grupos de Trabalho presentes em cada um dos quatro Congressos, com seus respectivos textos geradores e coordenadores foram os seguintes:

GT 1 - Escola Normal:

I CEPFE - “A Escola Normal: subsídios para discussão no I CEPFE (Anais, pp.87-95)

Coordenadora: Leonor Maria Tanuri - UNESP - Marília/SP.

II CEPFE - “A Escola Normal: subsídios para discussão” (Anais, PP 36-51)

Coordenador: Marco Antônio Lorieri - PUC/SP e CEFAM.

III CEPFE - “Revitalizar o passado” (Anais, pp.22-30). Coordenadora: Ester Buffa Nosella - UFSCar - São Carlos/SP.

IV CEPFE - “Que professores formar para as séries iniciais do ensino fundamental?” e “Um retrato em branco e preto da habilitação específica do magistério em São Paulo.” (Anais, pp.17-26). Coordenadoras: Selma Garrido Pimenta e Yoshie Ussami Ferrari Leite - USP/SP e UNESP/Presidente Prudente/SP

GT 2 - Licenciatura:

I CEPFE - “A questão das licenciaturas: alguns apontamentos.” (Anais, pp.96-102).

Coordenadora: Elza Nadai - USP/SP

II CEPFE - “O ensino superior e formação do professor: algumas questões sobre a licenciatura.” (Anais, pp.52-60). Coordenadora: Marcia Regina Ferreira de Brito - UNICAMP/SP.

III CEPFE - “Da leitura das falas ao discurso do objeto.” (Anais, pp.40-50). Coordenadores: Antônio Carlos Carrera de Souza e Luiz Marcelo de Carvalho - UNESP/Rio Claro/SP

IV CEPFE - “Licenciaturas: Um Histórico da situação e algumas considerações sobre possibilidades de ação.” (Anais, pp.29-36). Coordenadora Maria Regina da Silva - UNESP/Bauru/SP.

GT 3 - Pedagogia:

I CEPFE - “A formação do professor do Curso Normal e os especialistas: a Pedagogia hoje.” (Anais, pp.103-110). Coordenadora: Maria da Graça Nicoletti Mizukami - UFSCar/São Carlos/SP.

II CEPFE - “Pedagogia e suas habilitações.” (Anais, pp.61-93). Coordenadora: Maria Aparecida Lima Grande - UNESP. Araraquara/SP.



III CEPFE - “Um salto de qualidade na discussão da Formação do Pedagogo produzido pelo trabalho do pedagogo nos cursos de Pedagogia.” (Anais, pp.58-70). Coordenadora: Corinta Maria Grisolia Geraldi - UNICAMP/SP

IV CEPFE - “As perplexidades na caminhada da pedagogia podem auxiliar a demarcar o dever do Estado e as tarefas da Universidade?” (Anais, pp.39-50). Coordenadora: Corinta Maria Grisolia Geraldi - UNICAMP/SP.

GT 4 - Pós-Graduação e Pesquisa em Educação:

I CEPFE - “A Pós-Graduação em educação: compromisso com o conhecimento e com a prática na Formação do Professor.” (Anais, pp. 111-113). Coordenador: Antônio Joaquim Severino - USP/SP.

II CEPFE - “Pós-Graduação e Pesquisa” (Anais, pp.94-100). Coordenador; Celestino Alves da Silva Junior - UNESP/ Marília/ SP.

III CEPFE - “Tempo da Pós-Graduação” (Anais, pp.71-77). Coordenadoras: Ivani Cartarina Arantes Fazenda e Marli André - PUC/SP.

IV CEPFE - “O Compromisso da Pós-Graduação e da pesquisa com a problemática da formação de professores” e “Integração Mestrado/Doutorado: revendo a questão.” (Anais, pp.53-62). Coordenadoras. Ivani Catarina Arantes Fazenda - PUC/SP e Marli André - USP/SP

GT 5 - Formação Continuada dos Profissionais do Ensino:

I CEPFE - “Educação Continuada: sair do informalismo” (Anais, pp. 114-118). Coordenadora: Alda Junqueira Marin - UNESP/Araraquara/SP.

II CEPFE - “Formação Continuada dos Profissionais do Ensino” (Anais, pp.102-109). Coordenadoras: Célia Pezzolo de Carvalho e Marisa Ramos Barbieri - USP/Ribeirão Preto/SP.

III CEPFE - “Formação Continuada”. (Anais, pp.78-90). Coordenadores: José Cerchi Fusari e Terezinha Rios _ UNESP/Marília/SP.

IV CEPFE - “Gestão democrática, política pública e formação continuada”. (Anais, pp.65-69). Coordenadoras Cecilia Azevedo Lima Colares - UNICAMP/SP e Aline Maria Medeiros do R.Reali - UFSCar/SP

GT 6 - Educação Especial:

IV CEPFE - “A formação do educador para a área de Educação Especial no Estado de São Paulo: retrospectiva histórica e questionamentos”. (Anais, pp.73-79). Coordenadora: Maria Amélia de Almeida - UFSCar/SP.



